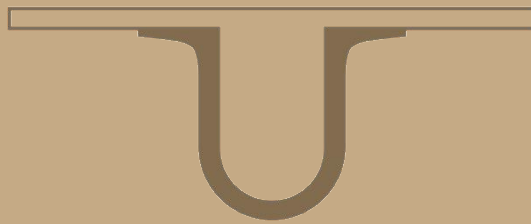




UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Vanessa Carapinha Costa

**ROTAS TURÍSTICAS COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

A ROTA DO MOSAICO ROMANO

**Trabalho de Projeto de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, orientado pela
Professora Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira e pelo Doutor João Humberto
Morgado Figueiredo Silva, apresentado ao Departamento de Geografia e Turismo da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

Outubro de 2020

FACULDADE DE LETRAS

ROTAS TURÍSTICAS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A ROTA DO MOSAICO ROMANO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto
Título	Rotas Turísticas como Estratégia de Desenvolvimento Territorial
Subtítulo	A Rota do Mosaico Romano
Autora	Vanessa Carapinha Costa
Orientadores	Professora Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira Doutor João Humberto Morgado Figueiredo Silva
Júri	Presidente: Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás Vogais: 1. Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos 2. Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira
Identificação do Curso	2.º Ciclo em Turismo, Território e Patrimónios
Área científica	Turismo e Lazer
Data da defesa	15-12-2020
Classificação	17 valores



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

A realização da presente investigação consistiu num desafio académico extremamente interessante, contudo com momentos de difícil progressão, nos quais todo o apoio que tive foi fundamental para a sua conclusão. Por isso, tenho a agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, acompanharam todo este processo e contribuíram para a construção deste trabalho de investigação.

A nível institucional, devo um profundo agradecimento à Professora Doutora Claudete Moreira, que proporcionou uma meticulosa orientação, aliada a palavras de incentivo e diversos conselhos, mostrando-se sempre presente e incentivando-me a fazer o meu melhor. De igual modo, agradeço ao Doutor Humberto Figueiredo, que teve a amabilidade de também me orientar nesta investigação, estando sempre disponível para transmitir o seu saber ou acompanhar o trabalho de campo. E ainda um sincero agradecimento aos doutores José Ruivo, Rafael Baptista, Bruno Alves, Joaquim Sousa, Virgílio Correia, Victor Melo, Cristina Bernardino, António Domingues, Gonçalo Gomes, Rui Seoane e Filomena Pinheiro, que aceitaram partilhar os seus conhecimentos e as suas experiências, disponibilizando o seu tempo para a concretização das entrevistas.

Num panorama mais pessoal, tenho a agradecer à família que Coimbra me deu. Às minhas queridas afilhadas e afilhado, que não se esquecem da desnaturada da madrinha. À Bea, madrinha fantástica e autêntica inspiração académica, que foi incansável no apoio que me deu. Aos colegas de mestrado, Rodrigo e Duarte, que foram aturando os meus devaneios sem sentido algum. Aos colegas de trabalho do Turismo da UC pela preocupação constante. À Ana Carvalho, amiga e confidente de todas as horas, que prezo pela paciência sem limites e pela cumplicidade resultante de tudo o que nos une. Ao Gerson, cuja amizade tem resistido aos testes do tempo e da distância, sendo um verdadeiro mestre das banalidades desta vida.

Agradeço do fundo do coração à Vera e à Vizinho, que ainda me aturam ao fim de tanto tempo e que tiveram especial paciência com as minhas mudanças de humor e receios constantes. Ao Nuno, o padrinho dos padrinhos, agradeço por comigo partilhar esta aventura (entre sessões de estudo e desabafos frustrados) e por nunca duvidar de mim, da mesma maneira que nunca duvidei das suas capacidades. Ao Zé Miguel, que merece uma menção honrosa por todos os tormentos que o fiz passar, agradeço a infinita paciência, a constante preocupação com o meu bem-estar, a minuciosa revisão do trabalho e agradeço, acima de tudo, a amizade. Por todos sinto uma enorme gratidão por toda a força que me deram, do início ao fim!

Por último, guardo os meus mais profundos agradecimentos à minha família. Aos meus pais e à minha irmã agradeço por estarem sempre presentes e por serem os pilares da minha vida. E mesmo não percebendo nada daquilo que andei a escrever no último ano (entra-lhes por um ouvido e sai pelo outro), vão encarecidamente arranando paciência para me ouvir. Aos meus sempre alegres e carinhosos avós, inspirações de uma vida e incansáveis guerreiros, agradeço-lhes com todas as forças. Nunca ninguém sentiu tanto orgulho e admiração como a que sinto por vocês. Avô, isto é para ti!

Resumo

Rotas Turísticas como Estratégia de Desenvolvimento Territorial – A Rota do Mosaico Romano

Nos últimos anos, o turismo tem vindo a assumir um papel central no desenvolvimento de vários territórios, essencialmente através do posicionamento dos mesmos entre o mercado de oferta de destinos turísticos e, conseqüentemente, da dinamização da sua economia. Neste contexto, é importante considerar o potencial das rotas na criação de um produto turístico que, recorrendo aos recursos endógenos de uma certa região, têm a capacidade de atrair visitantes ou turistas.

Nesse sentido, o presente projeto de mestrado procura fazer uma análise à importância destas rotas como sendo um catalisador de desenvolvimento territorial sustentável, particularmente no que diz respeito a territórios de baixas densidades. Estes territórios em particular apresentam uma dificuldade acrescida no que diz respeito às suas capacidades de desenvolvimento, decorrente das suas baixas densidades demográficas, de equipamentos, de investimentos.

Assim, criadas a diferentes escalas e com múltiplas temáticas, as rotas turísticas vão surgindo entre as estratégias de valorização dos vários elementos patrimoniais locais, através da criação de uma narrativa que permite a sua dinamização e valorização holística; como é o caso da “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”. Esta rota, projetada pela MosaicoLab, tem o intuito de valorizar o património musivo romano presente nos sítios arqueológicos de Conímbriga, Rabaçal e Santiago da Guarda.

Numa componente de carácter mais prático deste trabalho de investigação, considera-se o referido projeto no sentido de se estruturar uma rota turística capaz de dinamizar o território pelo qual se estende. Para isso, recorre-se à realização de entrevistas semiestruturadas como técnica de investigação, sendo realizadas dez entrevistas que reúnem o testemunho de atores estratégicos da região. Com a análise das mesmas compreende-se que, articulando os diferentes municípios na criação de uma estratégia conjunta e recorrendo à oferta de experiências criativas, é possível estruturar-se uma rota com o potencial de afirmar a região de Sicó como um destino de turismo criativo sustentável.

Palavras-chave: Rotas Turísticas, Desenvolvimento Territorial, Experiência Turística, Mosaico Romano, Turismo Criativo

Abstract

Tourist Routes as a Territorial Development Strategy – The Roman Mosaic Route

In recent years, tourism has been taking on a central role in the development of various territories, essentially by positioning them in the supply market of tourist destinations and, consequently, by boosting their economy. In this context, it is important to consider the potential of routes in creating a tourism product that, using the endogenous resources of a certain region, has the capacity to attract visitors or tourists.

In this sense, this master's project pursues to make an analysis of the importance of these routes as a catalyst of sustainable territorial development, particularly with regard to low density territories. These regions, in particular, face increased difficulties in terms of their development capacity, due to their low density of population, equipment, investment.

Thus, created at different scales and with multiple themes, the tourist routes emerge among the strategies of valorization of the various local heritage elements, through the creation of a narrative that allows its dynamism and holistic valorization; such is the case of the "Rota do Mosaico - Conímbriga e Sicó". This route, designed by MosaicoLab, aims to enhance the Roman mosaic heritage present in the archaeological sites of Conímbriga, Rabaçal and Santiago da Guarda.

In a more practical component of this research work, the referred project is considered in order to structure a tourist route capable of dynamizing the territory through which it extends. For this, semi-structured interviews are conducted as a research technique, with ten interviews being carried out, that gather the testimony of strategic actors in the region. With their analysis, it is understood that articulating the different municipalities in the creation of a joint strategy and resorting to the offer of creative experiences, it is possible to structure a route with the potential to affirm the region of Sicó as a sustainable creative tourism destination.

Keywords: Tourist Routes, Territorial Development, Tourist Experience, Roman Mosaic, Creative Tourism

Índice Geral

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Índice de Figuras

Índice de Quadros

Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

Capítulo I – Introdução	1
1.1. Contextualização do Trabalho de Projeto	1
1.2. Objetivos e Estrutura do Trabalho	3
1.3. Metodologia Utilizada	6
Capítulo II – Enquadramento Histórico-Territorial dos Vestígios Romanos em Portugal	7
2.1. Os Vestígios Romanos na Região Centro de Portugal	11
2.2. Os Sítios Arqueológicos que Integram a Rota do Mosaico Romano	14
2.2.1. A Cidade Romana de Conimbriga	14
2.2.2. A <i>Villa</i> Romana do Rabaçal	20
2.2.3. O Complexo Monumental de Santiago da Guarda	23
Capítulo III – Mosaico Romano: Génese, Singularidade e Distribuição Geográfica em Portugal	27
3.1. As Características Gerais do Mosaico Romano em Portugal	31
3.2. O Mosaico Como Expressão da Criatividade Romana	33
Capítulo IV – Rotas Turísticas: Definição e Caracterização	36
4.1. As Rotas Turísticas na Dinamização do Território	39
4.1.1. Importância das Rotas nos Territórios de Baixas Densidades	42
4.2. O Processo de Planeamento e de Criação de uma Rota	44
4.2.1. Fatores Críticos de Sucesso de uma Rota Turística	49
4.2.2. O Marketing Aplicado às Rotas Turísticas	51
4.3. As Rotas e o Turismo Criativo	54
4.3.1. O Valor da Experiência no Turismo Criativo e nas Rotas Turísticas	56
Capítulo V – Metodologia da Investigação	59
5.1. Precedências do Projeto da Rota do Mosaico Romano	59
5.1.1. Diagnóstico da Situação do Projeto	62

5.1.2. Caracterização da Oferta do Território	63
5.2. Abordagem Metodológica.....	66
5.3. Entrevistas Semiestruturadas.....	67
5.4. Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas	69
5.4.1. Parcerias Relevantes para a Rota	74
5.4.2. Sinalética Necessária à Rota	76
5.4.3. Financiamento para a Estruturação da Rota	77
5.4.4. Exposição dos Mosaicos da <i>Villa Romana</i> do Rabaçal	78
5.4.5. Programação de Visitação Turística à Rota	79
5.4.6. Centro de Interpretação da Rota do Mosaico Romano	81
5.4.7. Comunicação e Promoção Turística da Rota	82
Capítulo VI – Proposta para a Estruturação da Rota do Mosaico Romano	86
6.1. A Configuração da Rota do Mosaico Romano.....	86
6.2. Experiências, Atividades e Atrações Secundárias	86
6.3. Proposta para o Projeto de Estruturação da Rota do Mosaico Romano	88
6.4. Impactos da Rota do Mosaico Romano no Território	90
Capítulo VII – Considerações Finais.....	92
7.1. Retrospectiva do Trabalho de Investigação	92
7.2. Limites da Investigação e Futura Atuação.....	95
Bibliografia	96
Apêndices.....	102
1. Consentimento Informado	103
2. Grelhas de Análise das Entrevistas.....	104

Índice de Figuras

Figura 1: Mapeamento de Vestígios Romanos em Portugal.....	9
Figura 2: Mapeamento de Vestígios Romanos de Maior Destaque do Centro de Portugal.....	12
Figura 3: Friso Cronológico dos Marcos da Estação Arqueológica de Conimbriga	15
Figura 4: Vestígios da Residência Senhorial Romana Casa dos Repuxos (Conimbriga)	17
Figura 5: Vestígios da Residência Senhorial Atribuída a Cantaber (Conimbriga)	17
Figura 6: Mosaico Geométrico na Casa da Cruz Suástica (Conimbriga).....	18
Figura 7: Oficina de Restauro de Mosaicos em Atividade em Conimbriga	19
Figura 8: Friso Cronológico dos Marcos da Estação Arqueológica de Penela.....	20
Figura 9: Peristilo Octogonal da Residência Senhorial (<i>villa</i> do Rabaçal)	21
Figura 10: Representação da Estação do Ano do Outono (<i>villa</i> do Rabaçal)	22
Figura 11: Friso Cronológico dos Marcos do Complexo Monumental de Santiago da Guarda	23
Figura 12: Torre Medieval do Complexo de Santiago da Guarda	24
Figura 13: Mosaico Policromo do Grande Corredor da <i>Villa</i> (Complexo de Santiago da Guarda)	25
Figura 14: Distribuição dos Mosaicos Romanos de Portugal.....	30
Figura 15: Utilização de Mosaico em Mural, no Santuário da <i>Villa</i> de Milreu (esquerda)	32
Figura 16: Elementos Geométricos e Vegetalistas em Pavimento, na <i>Villa</i> de Milreu (direita).....	32
Figura 17: Mural de Tema Aquático de Mosaico em Piscina, nas Termas da <i>Villa</i> de Milreu	32
Figura 18: Esquematização das Características das Rotas por Timothy & Boyd	38
Figura 19: Benefícios que uma Rota Turística Proporciona no Território.....	40
Figura 20: Contributo das Rotas e Redes nos Territórios de Baixa Densidade Demográfica.....	43
Figura 21: Síntese dos Aspetos Fundamentais a Considerar na Criação de uma Rota	47
Figura 22: Os Cinco Conjuntos Chave para a Criação de Rotas Bem-Sucedidas.....	50
Figura 23: Os Três Principais Efeitos Pretendidos com o <i>Marketing Mix</i>	52
Figura 24: Diversidade de Experiências Disponíveis em Algumas Rotas de Portugal.....	57
Figura 25: Logotipo do Projeto CREATOUR.....	59
Figura 26: Logotipo da Entidade MosaicoLab	61
Figura 27: Principais Atividades Realizadas pela MosaicoLab (2017-2019).....	63
Figura 28: Número de Equipamentos e Agentes Turísticos Registados por Áreas de Atividade nos Municípios da Rota do Mosaico	65
Figura 29: Conteúdo e Objetivo Associado a Cada Uma das Quatro Partes das Entrevistas	68
Figura 30: Ilustração da Sinalética Direcional para a Rota do Mosaico Romano (esquerda)	77
Figura 31: Ilustração da Sinalética Identificativa dos Sítios da Rota do Mosaico Romano (direita)	77
Figura 32: Propostas de Visitação à Rota do Mosaico Romano para Públicos-Alvo Distintos.....	80
Figura 33: Atual Logotipo da “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”	84
Figura 34: Informações a Atentar na Criação do Website da Rota do Mosaico Romano.....	84
Figura 35: O Ciclo de Vida de uma Rota Turística (adaptação de Polli & Cook e de Butler).....	90
Figura 36: Possíveis Impactos da Rota do Mosaico Romano no Território que Esta Abrange	91

Índice de Quadros

Quadro 1: Principais Ações Exercidas Por Cada Imperador em Conimbriga	15
Quadro 2: Número de Sítios com Mosaico Romano em Portugal (1885-2008)	29
Quadro 3: Exemplos de Algumas Rotas Existentes em Portugal	39
Quadro 4: Entrevistas Realizadas para o Trabalho de Investigação	69
Quadro 5: Atuais e Possíveis Parcerias da MosaicoLab	75

Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

a.C.	antes de Cristo
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
APECMA	Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação do Mosaico Antigo
CES	Centro de Estudos Sociais
CIM RC	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CTN	<i>Creative Tourism Network</i>
d.C.	depois de Cristo
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
ET 2027	Estratégia Turismo 2027
ICOMOS	<i>International Council of Monuments and Sites</i>
MMC	Museu Monográfico de Conimbriga
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
PO.RO.S	Portugal Romano em Sicó
RNT	Registo Nacional de Turismo
TCP	Turismo Centro de Portugal
TP	Turismo de Portugal
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

Capítulo I – Introdução

1.1. Contextualização do Trabalho de Projeto

O crescimento contínuo do turismo a nível global e a conseqüente consolidação de destinos turísticos por todo o mundo tem evidenciado uma certa centralização da atividade turística nestes mesmos destinos. Tome-se como exemplo o território português, no qual as cidades apresentam grandes fluxos turísticos enquanto áreas rurais ou territórios de baixas densidades (demográfica, relacional, infraestrutural, de equipamentos e de investimentos) tendem a ser esquecidos pelos turistas e visitantes. É nesta conjuntura que surgem várias estratégias por parte dos Governos, das estruturas desconcentradas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, das Comunidades Intermunicipais, das autarquias e das Organizações de Gestão dos Destinos (nacionais, regionais e locais), no sentido de revitalizar estes espaços através da atividade turística, vendo-a como impulsionadora de um desenvolvimento local sustentável.

A criação de rotas turísticas afirmou-se como uma estratégia municipal e intermunicipal crucial que se baseia numa ideologia do turismo como atividade integradora e potencializadora de um desenvolvimento territorial sustentável. Assim, um dos modos de valorizar os recursos do território (património natural e cultural, material e imaterial) passa pela estruturação de conteúdos e criação de uma narrativa coerente, passível de desenvolver uma rota temática. A sua pertinência é tanto maior quanto maior é a densidade e relativa proximidade de recursos patrimoniais singulares, num dado território, que se podem combinar para estruturar e valorizar a oferta e a experiência turísticas. O evidenciar da relação entre o património e a região em que se insere visa permitir uma dinâmica de desenvolvimento mútuo, através de uma estratégia que passa pela combinação de vários elementos patrimoniais numa rota turística. É neste contexto que surge o presente trabalho de projeto intitulado Rotas Turísticas como Estratégia de Desenvolvimento Territorial – A Rota do Mosaico Romano.

Este trabalho considera a importância da ocupação romana em território nacional, a quantidade e a diversidade de vestígios existentes do período desta ocupação, para a estruturação de uma rota que, ancorada no território da região de Sicó, promova o desenvolvimento local sustentável. Ou seja, em Portugal existem inúmeros vestígios da presença romana que vão desde a cultura à construção e que refletem uma transformação cultural e urbana do território por eles encontrado. Materializado em construções como estradas, cidades ou termas, este património cultural material, que pode ser observado em toda a extensão do território português é, muitas vezes, motivo de atração de visitantes ou turistas. Conseqüentemente, esta rota pretende dar a conhecer os vestígios de Mosaico Romano encontrados nas Ruínas Romanas de Conimbriga, na *Villa Romana do Rabaçal* e no

Complexo Monumental de Santiago da Guarda, integrando estes sítios arqueológicos e relacionando-os em rede com o meio envolvente.

Neste contexto, o presente trabalho de projeto apresenta-se como um contributo para a MosaicoLab, uma das diversas entidades participantes no CREATOUR. O CREATOUR é um projeto implementado entre 2016 e 2020, cuja ação passa por recorrer ao turismo criativo como elemento dinamizador de áreas rurais, de baixas densidades, ou de cidades de pequena dimensão, com a finalidade de as tornar destinos turísticos. O projeto CREATOUR prioriza a interligação entre a criatividade e o destino, de modo a que os visitantes e turistas contactem diretamente com a cultura e com a comunidade local, através de uma experiência diferenciada e inspirada nos recursos endógenos dos territórios. A sua atividade abrange as regiões do Norte e Centro de Portugal, do Alentejo e Algarve, contando com cinco centros de investigação, quarenta entidades piloto distribuídas pelo território nacional e ainda uma rede de entidades colaborativas.

O projeto CREATOUR tem definido como grande objetivo o recurso ao desenvolvimento do turismo criativo para dinamizar áreas rurais e cidades de pequena dimensão do território nacional. Pelo que, a fim de o alcançar, a sua atuação passa pela realização de atividades de investigação de carácter multidisciplinar, pela organização de conferências anuais e pela elaboração de publicações. Tudo isto é executado em diferentes domínios de ação que incluem IdeaLabs, Iniciativas-Piloto e formação de redes e *clusters*. É neste contexto que surge, em setembro de 2017, a entidade MosaicoLab, uma associação sem fins lucrativos na região Centro de Portugal, cujo propósito é valorizar o Mosaico Romano como património cultural capaz de impulsionar o desenvolvimento local. Esta entidade que realiza atividades, iniciativas, projetos culturais e ainda de investigação, atua simultaneamente no âmbito do património cultural, das artes visuais e das atividades criativas. O mosaico romano é interpretado, deste modo, pela MosaicoLab, como um elemento de expressão da criatividade, essencial para o desenvolvimento do turismo criativo que o CREATOUR ambiciona.

Nesse sentido, a entidade MosaicoLab criou o projeto “Mosaico – Conímbriga e Sicó”, em setembro de 2017, que engloba os municípios de Condeixa-a-Nova, Penela e Ansião e que está sediado no Museu Monográfico de Conímbriga. Este projeto, que se insere no domínio do turismo criativo, tem vindo a desenvolver múltiplas iniciativas e atividades, proporcionando experiências nos diferentes sítios arqueológicos da sua rede, nomeadamente no Museu Monográfico de Conímbriga e nos restantes Centros Interpretativos. A atuação da MosaicoLab no campo do turismo criativo passou também, no início do ano de 2019, pela criação e implementação da “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”, uma rota que passa pelos mesmos três municípios, anteriormente mencionados, onde se encontram: as Ruínas Romanas e o Museu Monográfico de Conímbriga (Condeixa-a-Nova); o Espaço-

Museu e a *Villa* Romana do Rabaçal (Penela); e, ainda, o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Ansião).

A MosaicoLab pretende, com a referida rota, a promoção de um destino de turismo criativo que valorize e dê a conhecer o património cultural que é o mosaico romano, através da criação de uma oferta turística cultural e criativa adequada. Contudo, a Rota do Mosaico já criada e divulgada pela MosaicoLab carece de ser devidamente estruturada para que possa ser promovida e para que dela se possa fruir na sua plenitude. É neste contexto que a presente investigação de mestrado surge, incorporando numa rota vestígios históricos de considerável valor, presentes neste território, de modo a estruturar uma rota turística coerente e em concordância com os objetivos da MosaicoLab.

1.2. Objetivos e Estrutura do Trabalho

Considerando a previamente apresentada contextualização em que surge o presente trabalho, este encontra a sua pertinência como sendo um suporte teórico que reúne algumas das bases fundamentais à dinamização e à progressão da Rota do Mosaico Romano. Assim, como entidade responsável pelo projeto-piloto criado no âmbito do CREATOUR, a MosaicoLab tem dinamizado as suas iniciativas de um modo essencialmente experimental, pelo que o seu propósito de lhes dar continuidade e consistência passa, necessariamente, por uma fundamentação teórica adequada.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a importância das rotas turísticas como motor de desenvolvimento local sustentável, nomeadamente em regiões de baixas densidades. E, com isto, possibilitar a aquisição de um entendimento mais aprofundado do melhor caminho a seguir para a dinamização da rota em causa. Já adicional a este objetivo, figuram alguns outros mais específicos, nomeadamente: recorrer a uma rota turística para o desenvolvimento sustentável e responsável do território de baixas densidades ao longo do qual esta se estende; possibilitar a promoção de um destino de turismo criativo através da estruturação da Rota do Mosaico Romano; complementar a oferta turística atualmente existente na região de Sicó; e, por último, contribuir para o aumento do fluxo de turistas e da permanência nos territórios de Coimbra e Sicó.

Relativamente à sua estrutura, este trabalho de projeto reparte-se por seis capítulos distintos, que pretendem responder aos objetivos a que o mesmo se propõe. O **Capítulo I** apresenta uma vertente meramente introdutória, com uma breve contextualização do trabalho, através da explanação da cada vez maior aposta na criação de rotas turísticas como estratégia potencializadora de desenvolvimento territorial e de valorização de recursos. Em seguida, sublinha-se o destaque do património romano existente em Portugal, nomeadamente o mosaico romano, que, pela sua importância artístico-cultural, integra os projetos da MosaicoLab. Finaliza-se o capítulo com a

exposição dos objetivos a alcançar com a investigação, a apresentação da estrutura do projeto e a explanação da metodologia utilizada ao longo da sua execução.

O **Capítulo II** dá início a uma vertente teórica, mais descritiva, da conjuntura que permitiu a atual existência de património histórico romano em Portugal, sobre o qual se debruça a rota. Recorrendo a autores como Pierre Grimal ou Jorge de Alarcão, o capítulo apresenta o contexto histórico em que o povo romano passa pelo território nacional, introduzindo neste e na sua cultura as marcas da sua presença. Uma primeira abordagem é feita à escala nacional, cingindo-se em seguida ao Centro de Portugal, como sendo a região em estudo. Mais especificamente, são também apresentados os sítios arqueológicos que constituem a Rota do Mosaico Romano, evidenciando a sua historicidade, os devidos trabalhos arqueológicos e o seu património musivo.

O **Capítulo III** é ainda de vertente teórica e de descrição do património romano, mas com um enfoque no mosaico romano, no qual se alicerça a especificidade e diferenciação da Rota do Mosaico Romano. Assim, pegando num dos múltiplos vestígios da presença romana em Portugal, este capítulo aprofunda a génese desta arte musiva, assim como a distribuição do património de mosaico romano presente no país, onde se destacam os contributos de João Bairrão Oleiro e Maria de Fátima Abraços. Além disso, são apresentadas as características gerais do património musivo presente em todo o território nacional, com recurso a autores como Duran Kremer e Paulo Pereira. É ainda salientada a sua singularidade através de uma abordagem ao tema do mosaico romano como sendo uma expressão de criatividade por parte deste povo, que através da arte do mosaico reflete a sua cultura e os seus costumes.

O **Capítulo IV** constitui a última secção teórica, compreendendo uma exposição daquilo que é a componente turística da investigação. Este conjuga diferentes definições e modos de caracterização de rotas turísticas, sendo uma área de difícil concetualização, contudo apresentam-se algumas noções elaboradas pelo ICOMOS e pela UNESCO. Segue-se o perspetivar das rotas turísticas como impulsionadoras da dinamização territorial, assim como o ressaltar da sua importância socioeconómica para os territórios de baixas densidades. O capítulo prossegue com a interpretação de possíveis processos de planeamento e desenvolvimento de uma rota turística, determinando alguns dos fatores críticos fundamentais para o seu sucesso e abordando, brevemente, a promoção e o marketing turístico aplicados às mesmas. Por fim, é feita a ponte entre as rotas turísticas e o turismo criativo, com particular ênfase na oferta de atividades de experiência como modo de adicionar valor à experiência vivida pelo visitante ou turista.

O **Capítulo V** inicia a vertente prática do trabalho de investigação, abordando a metodologia de investigação. Para que isto seja possível, é primeiramente realizado um enquadramento da génese

da Rota do Mosaico Romano, ou seja, do projeto CREATOUR e da Associação MosaicoLab.Pt, nos quais se encontram os primeiros esforços realizados no âmbito da “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”. A oferta turística do território da rota é também discriminada, de acordo com as suas atrações, os empreendimentos turísticos, agentes de viagens, agentes de animação turística e alojamentos locais. Isto para que seja possível compreender o contexto do surgimento da rota no território e de toda a investigação associada. O capítulo continua com a abordagem à metodologia de investigação utilizada, na qual se explicita a pesquisa no contexto do turismo como ciência social, se identificam as entrevistas semiestruturadas como técnica de recolha de informação e também se detalha o processo de preparação e realização das mesmas.

Desta forma, apresenta-se a realização de dez entrevistas semiestruturadas a atores estratégicos, entre os quais se encontram responsáveis dos municípios que tutelam dois dos pontos da rota (Penela e Ansião), do Museu Monográfico de Conimbriga no terceiro ponto da mesma, da entidade reguladora do turismo da região Centro de Portugal, assim como da incubadora presente em Penela. O tratamento da informação recolhida permitiu concluir o capítulo com uma exposição da análise ao conteúdo das entrevistas e, com base no conhecimento adquirido junto a estes atores, são aprofundadas algumas medidas de ação essenciais a uma estruturação adequada da rota. Mais especificamente, aprofunda-se a criação de parcerias, a fixação de sinalética turística, a obtenção de financiamento, a intervenção na *villa* do Rabaçal, a programação de visitação à rota, a criação de um Centro de Interpretação e a promoção turística da mesma.

O **Capítulo VI** conclui a parte prática, recorrendo à exposição da configuração associada à Rota do Mosaico Romano, à associação de algumas atividades de possível realização na mesma, assim como às atrações secundárias que podem complementar a experiência turística no território por onde se estende a rota. No desfecho do capítulo, é apresentada uma proposta de planeamento em três fases (investigação, implementação e pós-implementação) do projeto de estruturação da Rota do Mosaico Romano, conjugando o conhecimento teórico dos autores com as experiências transmitidas pelos entrevistados. Esta é seguida de um prognóstico dos possíveis impactos da implementação da rota no território, nomeadamente no âmbito da atividade turística, da economia e da comunidade local.

O **Capítulo VII** finaliza a presente investigação com as considerações finais relativas a todo o trabalho de pesquisa realizado. Numa vertente mais conclusiva, este capítulo apresenta uma retrospectiva do conteúdo abordado ao longo de todos os capítulos que constituem o presente trabalho. Esta é complementada pela enumeração de algumas das limitações subjacentes à realização da investigação e ainda se perspetivam possibilidades de atuação futura, no sentido de contornar essas limitações e de se avançar com a estruturação da Rota do Mosaico Romano.

1.3. Metodologia Utilizada

Todo o processo de investigação deve ter por base um conjunto de procedimentos metodológicos previamente definidos. No entanto, a investigação pode apresentar inúmeros procedimentos que vão sempre depender da abordagem que é feita pelo investigador. Consequentemente, os processos de investigação não cumprem obrigatoriamente uma sequência de procedimentos universalmente definida. E este facto torna-se mais evidente nas ciências sociais (como o turismo) que, ao contrário das ciências exatas, trabalham com pessoas e abordam questões mais subjetivas (Veal, 2018).

Desta forma, de modo geral, a investigação efetuada para o presente trabalho foi organizada em três fases distintas. Num primeiro momento, procedeu-se a uma revisão de literatura cujas fontes de informação consistiram tanto em catálogos de bibliotecas como na internet, tendo sido consultados diferentes livros, revistas especializadas, artigos científicos, dissertações, teses, planos estratégicos, entre outros. Esta revisão de literatura científica e consequente aquisição de conhecimento através do contributo de vários autores, possibilitou a recolha de conteúdos históricos necessários à perceção e ao mapeamento de vestígios romanos existentes em Portugal. Assim como permitiu uma seleção de aspetos fundamentais na criação de rotas, informação imperativa para a elaboração de uma proposta de estruturação da Rota do Mosaico Romano.

Num segundo momento, de componente prática, procedeu-se a uma técnica de recolha de dados qualitativos, por se querer privilegiar a obtenção de informação de carácter qualitativo em detrimento do quantitativo. Por conseguinte, o método adotado para esta fase do trabalho foi a realização de entrevistas, de carácter semiestruturado, de modo a que os entrevistados possuíssem uma liberdade de discurso que permitisse o aprofundamento das temáticas abordadas. Utilizando esta técnica de investigação, foram realizadas dez entrevistas a elementos estratégicos presentes nos municípios por onde se estende a rota, assim como a elementos enquadrados no turismo da região Centro de Portugal. Com as entrevistas procurou-se perceber as diferentes perspetivas destes atores, relativamente ao turismo criativo, às rotas turísticas e, em particular, à Rota do Mosaico Romano.

Num terceiro momento do trabalho, após a realização das entrevistas, procedeu-se à sua transcrição e leitura meticulosa. Desta leitura surgiram dois quadros de categorização que dividiram a informação em diferentes categorias, também elas subdivididas em várias subcategorias e ainda em unidades de registo. Posto isto, a cada unidade de registo foram associados excertos, extraídos das diferentes entrevistas, que serviriam de linhas orientadoras para a análise do conteúdo das mesmas (que pode ser consultada no Capítulo V do presente projeto).

Capítulo II – Enquadramento Histórico-Territorial dos Vestígios Romanos em Portugal

A expansão do povo romano além das suas fronteiras foi um processo longo e muito complexo, um inicial ato de conquista que acabou por se tornar civilizador entre os povos conquistados, concretizando-se no estabelecimento do Império Romano. Para entender este processo histórico, é inevitável a consulta das obras publicadas por Pierre Grimal (1965; 1993; 1982), um historiador de renome que trata detalhadamente este tema. Já entre a literatura focada no Portugal romano é indispensável passar por autores como Jorge de Alarcão (1973; 1988; 2018) ou José d'Encarnação (1994; 2016) cujas obras retratam os vários aspetos da presença romana em território nacional. Os autores mostram o processo gradual que oscilou entre as conquistas militares e os acordos com aliados, que caracterizaram a presença romana nos novos territórios e levaram a uma profunda aculturação, que se fez sentir em todos os aspetos da vida das pessoas e da organização dos territórios. E particularmente em território nacional, existem numerosos sítios arqueológicos que apresentam grande importância enquanto objeto de estudo da História de Portugal no período em questão.

Posto isto, devido à grande diversidade de autores e de interpretações inerentes aos mesmos, o estudo do contexto histórico-territorial romano exige um trabalho de espírito crítico e a necessidade de cruzar diferentes fontes. Consequentemente, entre algumas contradições ou discrepâncias, formulam-se hipóteses cautelosas e nem sempre corroboradas. No que respeita aos vestígios romanos em Portugal, os autores estimam a informação através de todo o tipo de vestígios, desde os elementos culturais à construção urbana existentes em território nacional, não descurando o seu contexto na Península Ibérica. Deste modo, os historiadores acreditam que foi em 218 a.C. que se deu o começo da conquista romana no território da Península Ibérica, numa altura em que Roma se encontrava em plena guerra com Cartago. Quanto a Portugal, particularmente, Jorge Alarcão afirma que “foi no século II a.C. que os romanos alcançaram o território actualmente português” (Alarcão, 1983, p. 17), contudo existe alguma falta de conhecimento quanto aos detalhes da conquista e até mesmo sobre a descrição do que seria o território nacional nessa altura.

De acordo com Jorge de Alarcão, o interesse pela Península Ibérica por parte dos Cartagineses refletiu-se, já em meados do século III a.C., num reforço da sua presença nesse território, que o autor afirma que não se terá materializado numa verdadeira conquista como a romana. Contudo, a rivalidade que à época caracterizava a relação entre Roma e Cartago deu origem a três Guerras Púnicas, sendo que a segunda guerra, ocorrida entre 218 e 201 a.C. no território da Península Ibérica, resultou na expulsão dos Cartagineses e na génese da presença romana nesse território. Após este confronto, foi em 194 a.C. que se deu “o primeiro recontro de romanos e lusitanos” (Alarcão, 2018, p. 71), ao qual

se seguiram inúmeras batalhas, com vitórias e derrotas para ambas as partes, perpetuando-se uma altura de forte instabilidade político-militar. Nesta época, destaca-se o período de tempo entre 146 e 139 a.C., durante o qual coube a Viriato a chefia das batalhas pela parte lusitana e após o qual os lusitanos optariam pela sua rendição, em consequência do assassinato do seu líder (139 a.C.).

A Península Ibérica, que inicialmente consistia numa região de fronteiras indefinidas, foi alvo de um processo continuado de divisão provincial com a presença romana neste território. Primeiramente, destaca-se a divisão da Península em duas grandes regiões, nomeadamente *Hispania Citerior* e *Hispania Ulterior*, divisão esta que se seguiu pela posterior divisão da *Hispania Ulterior* em duas províncias de fronteiras bem definidas, a *Baetica* e a *Lusitania*, pelas mãos de Augusto. Assim, com este imperador romano delimitaram-se as fronteiras na Península e preparou-se o terreno para a criação de uma estrutura administrativa nas províncias delineadas: *Citerior*, *Baetica* e *Lusitania*. Por seu lado, a própria *Lusitania*, cuja capital era Mérida, foi dividida em três *Conventus* com sedes em: *Augusta Emerita* (Mérida), *Pax Iulia* (Beja) e *Scallabis* (Santarém). Em suma, estas divisões administrativas foram um marco fundamental pois a elas se seguiram outras de carácter regional e local, que marcaram o exercício do poder romano na Península Ibérica, prolongando-se este até ao início do século V d.C., quando Roma quebra a sua ligação com a *Lusitania*.

Após a via militar dar início ao domínio romano nos novos territórios, o seu estabelecimento e o início da romanização obedeceram a uma ordem que principiou na imposição romana e culminou numa progressiva transformação cultural. À medida que os territórios eram conquistados, encaminhavam-se e instalavam-se vários colonos italianos e veteranos das legiões que iniciavam de modo imediato o processo de romanização, através do contacto direto e da sua integração no novo sistema social do Império. Nos novos territórios do Império concretizavam-se, então, renovações no tecido urbano de grandes povoados pré-existentes (caso de *Conimbriga* e *Aeminium*, por exemplo), ou urbanizações de raiz e já integralmente romanas (caso de Ammaia) em locais de povoados pequenos ou inexistentes (Alarcão, 2018). Deste modo, “as cidades que então foram fundadas tornaram-se e permaneceram centros culturais muito activos” (Grimal, 1993, p. 20), pelo que iam recebendo a atenção dos imperadores, que empreendiam diversas obras públicas, particularmente nas capitais de província.

Desta forma, os momentos iniciais do processo de romanização tiveram como pilares essenciais a urbanização, a formação dos modos de governo locais e um fomento económico que perspectivava cidades autónomas. Nesta altura ergueram-se as principais obras públicas e privadas (que iam sendo alvo de reconstrução ou reabilitação), enquanto a cultura romana se ia introduzindo por todo o território do Império através de uma aculturação de costumes, tradições, hábitos, métodos. Neste aspeto Alarcão defende o modo algo pacífico com que se deu esta romanização, no sentido em

que “foi, em grande medida, miscigenação ou aculturação, com persistência de passados não obliterados nem proibidos, com respeito por tradições e especificidades, mas com introdução de instituições, práticas e normas” (Alarcão, 2018, p. 242). Contudo, este cenário não invalidou o surgimento de períodos de grande desassossego e instabilidade económica, social e política.

Com isto, é possível perceber-se que a conquista e ocupação romana foi um processo gradual e que se consolidou, na Península Ibérica, apenas com Augusto. E desde os inícios desta ocupação que as anteriores cidades indígenas passaram por processos de urbanização que as moldaram ao urbanismo romano, sendo que alguns vestígios perduram até aos dias de hoje, geograficamente distribuídos e de variados tipos. Na Figura 1 expõe-se uma compilação desses vestígios romanos, com o contributo de diferentes autores, para uma visão mais completa e abrangente.

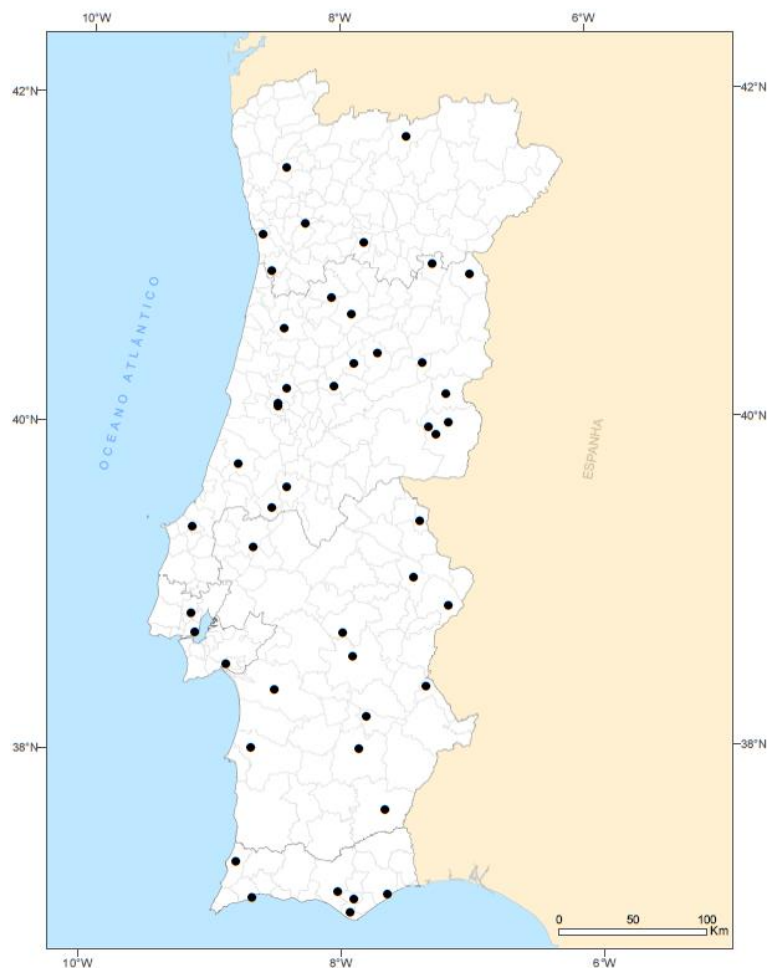


Figura 1: Mapeamento de Vestígios Romanos em Portugal

Fonte: Fabião (2006); Schattner (2016); Alarcão (2018) (adaptado)

Elaboração Vanessa Costa (2020)

A presença romana em território nacional deixou, deste modo, um vasto património que se encontra essencialmente materializado em estradas, pontes, aquedutos, banhos termais, cidades, residências rurais; uma multiplicidade de vestígios que são possíveis de encontrar ao longo de todo o território nacional. Atualmente, dos que foram encontrados de norte a sul do país, é pertinente mencionar pela sua relevância e diversidade:

- (i) a via romana XVIII (Geira) por Terras de Bouro;
- (ii) o complexo mineiro romano de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar)
- (iii) as termas romanas de *Aquae Flavia* (Chaves);
- (iv) o teatro romano de *Olisipo* (Lisboa);
- (v) o complexo industrial piscícola romano de Tróia (Setúbal);
- (vi) as cidades romanas de *Mirobriga* (Santiago do Cacém) e de *Ammaia* (Portalegre);
- (vii) as *villae* romanas de Milreu (Faro) e de Torre de Palma (Monforte);
- (viii) a ponte de Trajano (Chaves);
- (ix) o templo romano de Évora;
- (x) a barragem romana de Álamo (Alcoutim);
- (xi) a muralha romana de *Igaedis* (Idanha-a-Velha);
- (xii) o porto romano de Boca do Rio (Vila do Bispo).

Ao listar apenas alguns exemplos de cada tipo dos inúmeros vestígios da construção romana, pode verificar-se que os vestígios tangíveis desta época são encontrados nas suas mais variadas formas, tanto em construções públicas como privadas, e com traços urbanísticos e arquitetónicos próprios que ilustram todo o seu engenho e criatividade. Estes vestígios de construção romana encontram-se em sítios arqueológicos em diferentes fases de escavação e a sua própria importância, a nível local e nacional, depende de variáveis como: a sua função à época romana; o estado de conservação atual; ou a informação que conseguem transmitir a quem estuda o local.

Além disso, é importante salientar que a presença romana em território da Lusitânia não se efetuou de modo uniforme. O mais recente mapeamento de Jorge de Alarcão mostra uma maior intensidade de vestígios a sul, “numa vasta área onde se situam *Augusta Emerita, Norba Caesarina, Ebora, Pax Iulia, Myrtilis, Salacia, Caetobriga* e, a norte do Tejo, na faixa litoral de *Olisipo* até *Aeminium*. Acima do Douro, a fachada atlântica contrasta com as terras do interior” (Alarcão, 2018, p. 345). Esta disparidade reflete-se na atual distribuição territorial dos vestígios desta época, encontrados em maior número nas áreas em que a presença romana foi mais acentuada e, ainda dentro destas áreas, é possível encontrar vestígios que ilustram a desigualdade social vigente entre as gentes das suas populações. São várias as razões destas assimetrias regionais, nomeadamente a fertilidade ou as

caraterísticas do solo, o clima, a economia, um conjunto de fatores difíceis de definir concretamente, mas que condicionavam a fixação de população e o desenvolvimento de centros urbanos.

O império romano foi estruturado por cidades que se encontravam interligadas por uma vasta rede viária e, em Portugal, esta não se apresenta totalmente definida. De facto, “das 57 estações viárias indicadas pelos roteiros antigos, apenas cerca de metade se pode identificar com segurança, e mesmo assim algumas apenas com aproximação” (Mantas, 2016, p. 105). Por isso existem traçados que atualmente se consideram hipotéticos pelas dúvidas da sua marcação e mesmo quanto a certas vias ou pontes (que se datam à época romana) levantam-se dúvidas relativamente à sua veracidade, fazendo com que grande parte dos vestígios da rede viária sejam meramente especulativos e nos forneçam pouca informação comparativamente a outros. Contudo, a análise desta rede é de máxima importância para perceber os percursos percorridos pelos romanos, que os usavam para efeitos militares, de administração, de comércio ou de mera deslocação entre as diferentes *villae* e *civitates*.

Neste enquadramento de presença romana em Portugal e considerando a necessidade de valorizar, preservar e dar a conhecer o património romano existente no território nacional, foi criada a Associação Portugal Romano, no dia 3 de março do presente ano. Com esta iniciativa, noticiada por vários jornais das regiões envolvidas no processo, nove concelhos possuidores de importantes vestígios romanos em território português oficializaram o compromisso de preservação e conservação conjunta do seu património. Nomeadamente os concelhos de Condeixa-a-Nova, Penela, Oliveira do Hospital, Ansião, Tomar, Braga, Santiago do Cacém, Seixal e Vidigueira. Tendo como principal finalidade o recurso a este património para o fomento de ações culturais e sociais nos territórios envolvidos, esta rede possui uma grande responsabilidade no que concerne ao estudo intensivo, às ações de conservação e valorização e à divulgação adequada dos vestígios patrimoniais que envolve.

2.1. Os Vestígios Romanos na Região Centro de Portugal

Como foi referido anteriormente, de modo geral, a região Centro de Portugal não possui uma grande densidade de vestígios da época romana como a região Sul. Não obstante, os sítios arqueológicos que existem constituem-se como objetos de análise para vários investigadores, entre os quais se destacam, pelas suas obras: Virgílio Correia (1991; 2009; 2013), anterior diretor do Museu Monográfico de Conimbriga e arqueólogo responsável pelo Serviço de Escavações do mesmo; Miguel Pessoa (1991; 2014; 2017), responsável pelo Serviço Museológico do referido museu e cofundador da APECMA, cuja investigação se debruça sobre Conimbriga e o património musivo romano; ou Pedro Carvalho (2013; 2016; 2017), que coordenou com Jorge de Alarcão os trabalhos arqueológicos no Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra), assim como outras investigações e escavações.

Além dos autores mencionados, nos trabalhos de Jorge Alarcão existem referências a vários sítios arqueológicos do Centro, com um grande foco em *Aeminium* e Conimbriga. O destaque que é dado a estes dois sítios e o rigor com que são estudados pela maioria dos investigadores, deve-se fundamentalmente à sua notoriedade no enquadramento da sua região envolvente e até mesmo no contexto nacional. É necessário considerar que a menor quantidade de vestígios romanos atualmente visitáveis presentes no Centro de Portugal leva a que alguns sítios arqueológicos recebam uma maior atenção pelo seu melhor estado de conservação ou pela maior quantidade ou diversidade do espólio. Posto isto, é necessário listar os locais de vestígios romanos existentes na região Centro de Portugal, em melhor estado de conservação e musealização, localizando-os num mapa (Figura 2), para que se possa conhecer o seu número e o seu padrão de distribuição territorial, enquadrando espacialmente os sítios arqueológicos em que se foca este trabalho de investigação.

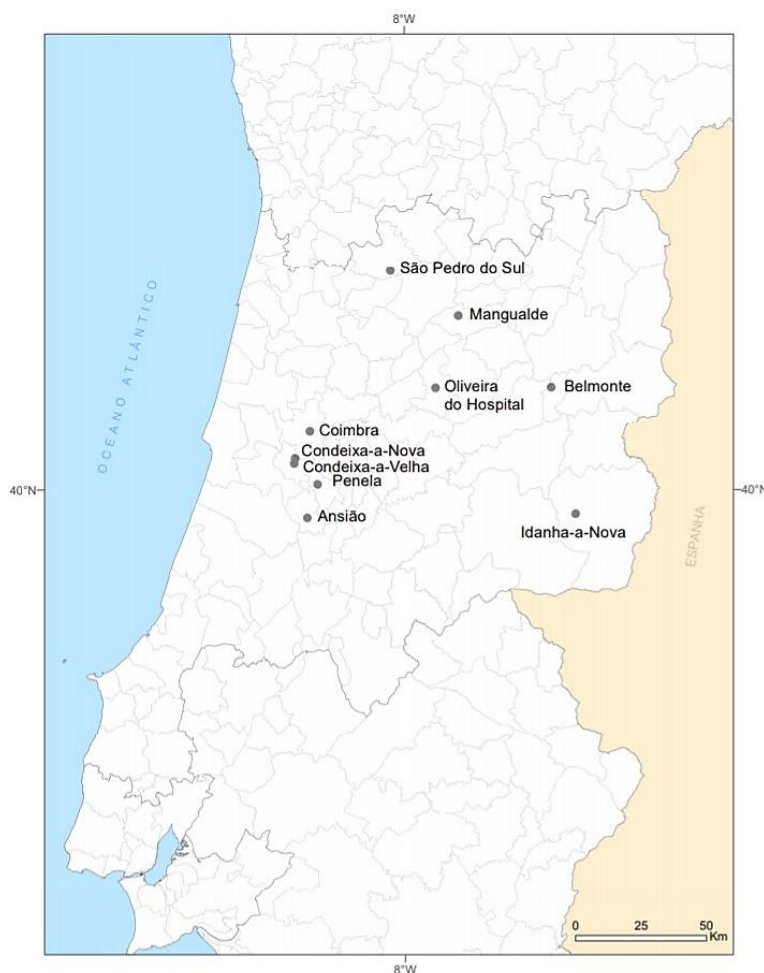


Figura 2: Mapeamento de Vestígios Romanos de Maior Destaque do Centro de Portugal

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Assim sendo, na região Centro de Portugal é possível encontrar o seguinte património de origem romana:

- (i) o criptopórtico do *forum* romano de *Aeminium* (Coimbra);
- (ii) as ruínas romanas de Conimbriga (Condeixa-a-Velha);
- (iii) o aqueduto romano de Conimbriga (Condeixa-a-Nova);
- (iv) a torre romana de captação de água de Alcabideque (Condeixa-a-Nova);
- (v) a *villa* romana do Rabaçal (Penela);
- (vi) o complexo monumental de Santiago da Guarda (Ansião);
- (vii) as termas romanas de São Pedro do Sul;
- (viii) as ruínas da *Mansio* da Raposeira (Mangualde);
- (ix) as ruínas romanas de Bobadela (Oliveira do Hospital);
- (x) a ponte romana de Segura (Idanha-a-Nova);
- (xi) as muralhas romanas de *Igaedis* (Idanha-a-Nova);
- (xii) o sítio arqueológico de *Centum-Cellas* (Belmonte).

Particularizando, nos cem municípios que constituem a região Centro encontram-se claros vestígios de assentamentos urbanos e residenciais em Coimbra, Condeixa, Penela e Ansião. A torre de captação de água de Alcabideque e o aqueduto, cruciais para o abastecimento de Conimbriga aquando da sua fundação, afirmam-se atualmente como distintos exemplos do engenho e da construção romanos. Já o complexo termal de São Pedro do Sul é considerado dos mais importantes de Portugal, tanto pela presença de significativos elementos romanos, como por ser um local de atividade central para a sua comunidade. Por outro lado, as ruínas de Bobadela, que se materializam num fórum, anfiteatro e arco romanos, dispõem de um Centro Interpretativo cujo propósito passa por conservar e dinamizar o património desta antiga cidade romana.

Posto isto, entre os sítios arqueológicos que se podem encontrar nesta região, conclui-se que apresentam uma natureza bastante diversa, havendo três sítios que denotam uma característica comum entre si: a cidade romana de Conimbriga, a *villa* romana do Rabaçal e o complexo monumental de Santiago da Guarda, pois conservam um interessante espólio de mosaicos romanos que são parte integrante dos pavimentos residenciais da época. Este conjunto salienta-se pela sua proximidade e particularidade: Conimbriga cuja notoriedade em parte advém das boas condições de conservação dos mosaicos e do edificado urbano presente na zona escavada; o Rabaçal, que detém a única planta octogonal em Portugal e apresenta diversos pavimentos em mosaico; e, por último, Santiago da Guarda, com um complexo histórico edificado sobre uma antiga residência romana senhorial, também ela pavimentada a mosaico nos seus vários compartimentos.

2.2. Os Sítios Arqueológicos que Integram a Rota do Mosaico Romano

Entre os vestígios existentes em Portugal, surgem espaços que são verdadeiros testemunhos daquela que era a arte musiva na arquitetura romana. Uma arte que dispunha de uma grande importância pois, através desta, os seus proprietários ostentavam o seu poder, decoravam os seus espaços ou até ilustravam as suas crenças. Por esta ser uma prática recorrente um pouco por todo o Império Romano e por haver em território nacional notáveis exemplos, nos subcapítulos seguintes apresenta-se uma análise sobre os três sítios arqueológicos que constam na Rota do Mosaico, pela sua historicidade e pelas características do seu espólio musivo.

2.2.1. A Cidade Romana de Conimbriga

Na região de Coimbra, Conimbriga surge como um marco da ocupação romana a nível nacional. Classificadas como Monumento Nacional no ano de 1910, as ruínas de Conimbriga têm vindo a afirmar-se como um dos maiores povoados romanos em território nacional, o que torna inegável a sua importância para os estudos da presença romana em Portugal. De acordo com uma cronologia de Virgílio Correia e José Ruivo (2012-2013), as primeiras grandes escavações e o levantamento inicial de mosaicos neste local ocorreram em 1899 (as escavações mais sistemáticas deram-se já em 1929), sendo que entre os anos quarenta e cinquenta do mesmo século dá-se a reconstituição e consolidação da estação arqueológica, com a qual o Museu Monográfico de Conimbriga se inaugurou no ano de 1962.

As referidas datas assinalam os marcos mais significativos (Figura 3) de uma estação arqueológica que se considera a principal em Portugal, “em área de escavação aberta ao público para visita, na dimensão da instituição que directamente a gere, no volume de produção científica a ela associada e também no imaginário colectivo do país” (Correia, 2008, p. 71). Neste contexto, Virgílio Correia analisa a evolução dos trabalhos nesta estação ao longo do tempo, assim como o seu significativo contributo para o progresso da arqueologia nacional, direccionando-a para aquilo que ele designa como uma perspectiva científica. Assim, Conimbriga assume-se como um incontornável exemplo do que outrora era uma cidade romana de média dimensão e é uma importante referência para arqueólogos e historiadores desta área.

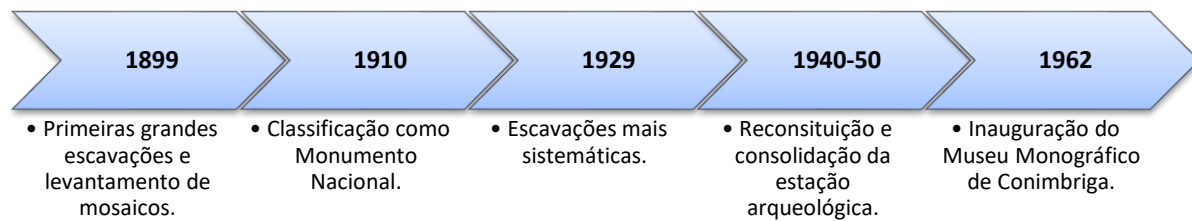


Figura 3: Friso Cronológico dos Marcos da Estação Arqueológica de Conimbriga

Fonte dos dados: Correia & Ruivo (2012-2013)

Habitada desde o século IX a.C., os trabalhos no terreno mostram que a vida neste local remonta ao final da Idade do Bronze, mas foram os elementos urbanísticos da povoação da Idade do Ferro que condicionaram o urbanismo romano, na segunda metade do século I a.C.. É no século II a. C. que Conimbriga começa a ser inicialmente influenciada, através da sua integração no mercado romano, com a importação de cerâmicas e produtos alimentares; contudo, “a verdadeira «romanização» de Conímbriga iniciar-se-á no reinado de Augusto” (Arruda, 1997, p. 266). Desta forma, crescendo a ritmos diferentes consoante a ação exercida por cada imperador, Conímbriga prosperou essencialmente através do seu urbanismo e das suas construções (Quadro 1), recebendo ainda (após a aquisição do novo estatuto jurídico) uma renovação no tecido urbano e a reconstrução integral do *forum* e das termas.

Quadro 1

Principais Ações Exercidas Por Cada Imperador em Conimbriga

Augusto	Cláudio	Vespasiano
Bairro habitacional	Novas habitações (<i>insulae</i>)	Estatuto de município (Flavia Conímbriga)
<i>Forum</i>		
Termas		
Aqueduto		

Fonte dos dados: Arruda (1997)

Neste contexto, Miguel Pessoa (2005) enfatiza o incremento da investigação relativa ao mosaico romano devido à grande quantidade de trabalhos que se iniciaram e também à publicação do primeiro volume do *Corpus* dos Mosaicos Romanos de Portugal – *Conventus Scallabitanus*, de Bairrão Oleiro (1992), dedicado à Casa dos Repuxos. Desta forma, “os mosaicos romanos contribuíram para a investigação das *civitates* de *Aeminium* e *Conimbriga*” (Pessoa, 2005, p. 365) e da relação que existiria entre estas, à época romana, dada a sua proximidade e localização no mesmo *conventus*. Além disso,

considera-se que a estrada que ligaria *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga) seria uma das principais vias do Portugal romano, a qual passaria por Conimbriga e *Aeminium*.

Atualmente, no que é o espaço de visita às ruínas romanas de Conimbriga, é possível observar, entre outros, vestígios de: um núcleo urbano com o *forum*, a praça pública, as termas, o anfiteatro; a muralha tardia (uma das suas duas muralhas); diversos espaços edificados (*insulae*); e algumas residências privadas de famílias mais abastadas (*domus*). Entre estas últimas é possível denominar: a Casa dos Repuxos; a Casa de Cantaber; a Casa da Suástica; a Casa dos Esqueletos; e a Casa do Tridente e da Espada. Sendo que todas elas possuem pavimentos de mosaico completos ou fragmentos de painéis (Correia, 2017). Apesar de todas estas edificações serem fundamentais para entender a organização urbana de Conimbriga enquanto cidade romana, entre elas destacam-se os espaços residenciais, particularmente a Casa dos Repuxos e a *Domus* de Cantaber, já que o “estado de conservação dos seus mosaicos muito contribui para essa celebridade” (Arruda, 1997, p. 271).

Particularizando, por um lado destaca-se a Casa dos Repuxos (Figura 4), a qual apresenta a configuração da remodelação dos inícios do século II, em apenas dois terços da sua área original. Dotada de pavimentação a mosaico, na sua extensão encontram-se salas (de recepção, convívio), quartos, cozinha, anexos, área do porteiro, espaço de latrinas e um amplo peristilo central. Esta destaca-se essencialmente pela grande quantidade e pelo ótimo estado de conservação dos seus mosaicos, comparativamente aos restantes edifícios escavados, pelo que tem vindo a ser alvo de intensivos estudos, cuja “informação permite uma aprofundada análise da relação entre a expressão de valores ideológicos na arquitetura e na decoração” (Correia, 2017, p. 131). E neste aspeto é importante salientar que, além de previamente ponderados, os motivos musivos mais elaborados eram posicionados em pontos estratégicos e geralmente centralizados, quer nas salas, quer nos corredores.

Segundo Virgílio Correia, nos mosaicos desta casa pode encontrar-se quatro temáticas distintas, nomeadamente: as cenas e figuras heroicas, do qual é exemplo a referência a Teseu (herói grego) através da representação de um labirinto e da referência ao Minotauro no seu centro; os cenários de caça, como a grande ilustração da caça ao veado no medalhão central do *cenatio* da casa; as representações dos proprietários e das suas famílias, sendo que neste caso se encontram as figuras do proprietário e do seu primogénito no *triclinium* principal; e, por último, as ilustrações de fundo mitológico, com referências à mitologia grega e romana, como no caso do painel onde figura Sileno e Dionísio. Tendo em conta as temáticas referidas, é possível perceber que os motivos musivos da Casa dos Repuxos são essencialmente figurativos, contrastando com os pavimentos das outras residências deste sítio arqueológico, nos quais predominam os motivos geométricos.



Figura 4: Vestígios da Residência Senhorial Romana Casa dos Repuxos (Conimbriga)

Fotografia de Vanessa Costa (julho de 2020)

Por sua vez, a *Domus* de Cantaber (Figura 5), com a sua ampliação de finais do século I que lhe conferiu a configuração chegada até nós, afirma-se como a maior habitação desta cidade romana. Na sua área escavada, encontra-se um grande peristilo central articulado com setores independentes, bem como uma área de termas privadas construída posteriormente. Contudo, esta não tem vindo a ser tão estudada quanto a Casa dos Repuxos, apresentando uma menor quantidade de vestígios preservados e maiores problemas na sua conservação, o que limita a obtenção de mais informação sobre as suas características, nomeadamente no que diz respeito aos pavimentos em mosaico.



Figura 5: Vestígios da Residência Senhorial Atribuída a Cantaber (Conimbriga)

Fotografia de Vanessa Costa (julho de 2020)

Nesse contexto, Virgílio Correia declara que “apenas quatro elementos iconográficos sobreviveram na casa em posição para serem analisados” (Correia, 2017, p. 151), nomeadamente: os vários escudos militares cruzados distribuídos na bordadura da área central de um mosaico, do qual não se preserva o centro; a ilustração de uma muralha com os portões e as torres, nos corredores localizados no peristilo sul; uma forma de composição octogonal acompanhada por um vaso de plantas em cada um dos quatro cantos; e, no mesmo compartimento que o motivo anterior figuram, a preto e em frente às entradas, um tridente, um labirinto e duas rosetas.

É igualmente necessário destacar as Termas do Sul presentes em Conimbriga, pois estas constituem “o único edifício público da cidade que nos deixou registo do uso de pavimentos em opus tessellatum nas suas duas fases” (Oliveira, 2006, p. 282). Este facto permite a obtenção de algum conhecimento sobre a decoração termal, apesar de a sua qualidade artística não se mostrar tão significativa quanto os mosaicos ou fragmentos encontrados nas casas anteriormente expostas. É também importante referir que tanto a Casa do Tridente e da Espada, como a dos Esqueletos ou a da Cruz Suástica apresentam um grande valor patrimonial, com pavimentos musivos predominantemente geométricos (Figura 6), ainda que não tão estudados no contexto deste sítio arqueológico.



Figura 6: Mosaico Geométrico na Casa da Cruz Suástica (Conimbriga)

Fotografia de Vanessa Costa (julho de 2020)

Com tudo isto, considerando a relevância da cidade de Conimbriga à época romana, o estado de preservação dos seus vestígios e toda a informação que estes conseguem transmitir, Conimbriga desenvolveu-se e afirmou-se “como o principal pólo nacional de conservação do Património arqueológico (móvel e imóvel)” (Correia, 2008, p. 72). Isto com o grande contributo do Laboratório de Conservação e Restauro e da Oficina de Restauro de Mosaicos aí estabelecidos (Figura 7), cuja atuação

conjunta é fundamental para o sucesso da missão do Museu Monográfico de Conimbriga, no que diz respeito aos trabalhos de investigação e conservação destas ruínas. Desta forma, o museu tem a particularidade de possuir o único centro de conservação e restauro de mosaico existente em Portugal, no qual são restaurados painéis musivos vindos de todo o território nacional.



Figura 7: Oficina de Restauro de Mosaicos em Atividade em Conimbriga

Fotografia de Vanessa Costa (julho de 2020)

É ainda pertinente referir que, entre o ano de 2013 e 2016, foram sendo realizadas ações no âmbito do Movimento de Promoção da Candidatura de Conimbriga a Património Mundial da UNESCO. Movimento que reuniu um conjunto de atividades e eventos orientados para a valorização do património cultural presente em Condeixa-a-Velha, a fim de se avançar para a concretização de uma candidatura de Conimbriga a Património da Humanidade.

Em contrapartida, mais recentemente, o município viu o seu património romano reconhecido com o convite que recebeu para integrar a Rede de Cidades Romanas do Atlântico, cujo protocolo de criação seria assinado em janeiro de 2018, na Feira Internacional de Turismo de Madrid. Desta rede, que se estende pela denominada área de influência atlântica, fazem atualmente parte municípios de França (*Saintes e Périgueux*), Espanha (*Irun, Castro Urdiales, Gijón e Lugo*) e Portugal (Braga, Condeixa-a-Nova e Marvão), numa ótica de reconhecimento e valorização de um passado que lhes é comum pela presença romana nos seus territórios.

2.2.2. A *Villa Romana do Rabaçal*

Sensivelmente a 10km a sul de Conimbriga, no concelho de Penela, encontra-se o Rabaçal e, nesta localidade, na encosta este da Serra de Sicó, a *villa* tardo-romana do Rabaçal. Esta tem sido profundamente estudada pelo arqueólogo Miguel Pessoa (1992; 1998; 2011), um autor de referência na análise deste sítio arqueológico. Localizada à época romana dentro dos limites do *Conventus Scallabitanus*, pertencente à *civitas* de Conimbriga e estando ainda relativamente próxima da via romana que fazia a ligação entre *Olisipo* e *Bracara Augusta* (do lado oposto do vale); “a *Villa* romana do Rabaçal é designada pelo nome da actual povoação do Rabaçal, na ausência de qualquer testemunho epigráfico ou textual” (Pessoa, 2007, p. 85). O mencionado autor, que participa nas investigações desta *villa* desde o seu começo, apresenta uma cronologia das intervenções e descobertas no espaço ao longo dos anos.

Neste âmbito, algumas datas marcam os trabalhos na *villa* (Figura 8), iniciados em 1984 devido à aquisição de conhecimento de vestígios romanos na área, através de fontes como Santos Rocha (1905) ou Jorge de Alarcão (1974). No mesmo ano, a equipa de investigação conseguiu encontrar pavimentos musivos com motivos excepcionais que, no ano seguinte, se complementou com a descoberta de um peristilo octogonal com vinte e quatro colunas, de corredores com baixos-relevos, do mosaico das estações do ano, entre outros diversos materiais. Já em maio de 2001, abriu ao público o espaço-museu da *villa* romana do Rabaçal, que o arqueólogo considera uma referência para a valorização das descobertas. E em 2002 procedeu-se ao registo gráfico dos motivos musivos encontrados, ao qual se sucedeu a realização de múltiplos *Workshops* Internacionais de Conservação de Mosaicos *in situ* (2003, 2004, 2010, 2011). Em suma, a investigação arqueológica vem progredindo entre várias descobertas e sistemáticos trabalhos de escavação e conservação, que permitiram a classificação da *villa*, em 2013, como Sítio de Interesse Público, classificação que a DGPC propõe alterar de futuro para Monumento Nacional.



Figura 8: Friso Cronológico dos Marcos da Estação Arqueológica de Penela

Fonte dos dados: Pessoa (2011)

Quanto à historicidade da *villa* romana do Rabaçal, de ocupação posterior a Conimbriga, data-se a sua edificação no século IV d.C. e o seu abandono no século V (Mendes et al., 2015). Considerada como tendo sido a residência de uma nobre família romana, nesta *villa* observa-se uma residência senhorial, um balneário, um edifício agrícola, alguns anexos e espaços destinados à produção interna e uma área atribuída à captação de água (Pessoa, 2007). A particularidade que se destaca nesta *villa* é a sua planta de peristilo octogonal rodeado por vinte e quatro colunas (Figura 9), única em Portugal e que se equipara às *villae* romanas de *Valdetorres del Jarama* (Madrid) e *Palazzo Pignano* (Milão) (Pessoa, 2011). O edifício desta antiga residência senhorial preserva ainda alguns dos seus painéis musivos originais completos e outros dos quais apenas restam fragmentos. Estes apresentam-se dispostos ao longo de um corredor que envolve o peristilo e nas suas salas adjacentes, numa diversidade de motivos que variam entre o geométrico, o figurativo e o vegetalista.



Figura 9: Peristilo Octogonal da Residência Senhorial (*villa* do Rabaçal)

Fotografia de Vanessa Costa (julho de 2020)

Desta forma, a área residencial da *villa* apresenta um pavimento fundamentalmente policromático distribuído pelos vários espaços. As oito alas do peristilo eram completamente cobertas a mosaicos geométricos em painéis retangulares, entre os quais os cantos apresentam ainda painéis com componentes geométricas, vegetalistas, bem como golfinhos ou cântaros. O corredor da ala oeste considera-se dos mais complexos pela presença simultânea de elementos geométricos e vegetalistas (vasos e flores) nas molduras, com desenvolvimentos figurativos no painel da Quadriga (em parte conservado) e na ilustração das quatro estações do ano (figurações mais emblemáticas da *villa*, estando a do Outono exposta na Figura 10). No *vestibulum*, há duas composições geométricas desenvolvidas em torno de suásticas e peltas, com uma terceira de ligação ao corredor, apresentando um pequeno losango com entrelaçados. O *triclinium* reparte-se em cinco painéis justapostos, quatro

com elementos geométricos e um central ilustrando uma figura humana feminina. Numa área elevada sobre o *triclinium*, calcula-se a existência de uma faixa entrançada em semicírculo, cuja fragmentação não permite ter certezas sobre a sua composição nem tamanho. E no espaço do *oecus*, apresentam-se quatro painéis quadrados encaixados entre si e outros dois menores justapostos, também essencialmente geométricos e com cantos decorados a cântaros e entrançados (Pessoa, 2011).



Figura 10: Representação da Estação do Ano do Outono (*villa* do Rabaçal)

Fotografia de Vanessa Costa (julho de 2020)

Com a breve exposição do parágrafo anterior, é possível ter uma perceção da “introdução de novos elementos ornamentais nos mosaicos do Rabaçal na criação do entrelaço e entrecruzado, baseado no repertório geométrico romano tradicional, evoluindo aqui para uma elaboração mais complexa” (Pessoa, 2007, p. 89), o que se reflete em composições que apresentam características da arte musiva mais tardia. O autor defende que esta diversidade de representações e a introdução destes novos elementos, aliados à utilização de tesselas (pequenos cubos que compõem o mosaico) em pasta de vidro (comum nos séculos III e IV) na *villa*, acentuam as disparidades com outros sítios arqueológicos da Lusitânia romana. De modo generalizado, esta especificidade traduz-se numa maior aproximação à tradição clássica visível nos vestígios mais a oriente do Império, em detrimento daqueles que se situam geograficamente mais perto, na Lusitânia. Por outro lado, os motivos musivos desta *villa* podem também ser considerados “o testemunho de um tempo de mudança imensa na arte, na religião e na política” (Pessoa, 2007, p. 98) pelas suas características e pelo contexto tardio em que surgem.

Não obstante, a *villa* romana do Rabaçal suportou algumas vicissitudes com o passar do tempo pois, desde o seu abandono até aos dias de hoje, esta foi ocupada como área cemiterial (século XV) e posteriormente como campo de cultivo (Mendes et al., 2015). Quer isto dizer que ao longo do tempo

em que a *villa* esteve soterrada, esta sofreu “diversos danos associados ao ambiente em causa” (Mendes et al., 2015, p. 62), nomeadamente o revolvimento da terra devido aos enterramentos e a ação das raízes das plantações. E se estes dois fatores constituem a causa principal de descaraterização e de várias fissuras ou lacunas nos mosaicos, de igual forma o desenterramento da *villa* trouxe consequências que também contribuíram para a sua deterioração, particularmente dos seus mosaicos, visto que estes passaram a estar diretamente expostos às condições meteorológicas. Assim sendo, para diminuir a ação direta de fatores como a chuva, o vento ou o sol intenso e para se conseguir a sua conservação, os pavimentos musivos encontram-se todos eles cobertos com areia, sendo que quaisquer intervenções realizadas *in situ* visam evitar ao máximo o progresso desses danos.

2.2.3. O Complexo Monumental de Santiago da Guarda

A apenas cerca de 12km a sul da *villa* romana do Rabaçal, mas já pertencente à região de Leiria, no concelho de Ansião e freguesia de Santiago da Guarda, ergue-se o Paço dos Vasconcelos, que data dos séculos XV e XVI. Esta edificação consta como uma das propriedades de referência entre as casas nobres da época (Pereira, 2017), com uma torre e uma área residencial com acesso para o pátio. O paço, atualmente conhecido por Complexo Monumental de Santiago da Guarda e classificado Monumento Nacional em 1978, encontra-se erguido sobre uma *villa* tardo-romana descoberta no ano de 1998, levando a que se procedessem aos trabalhos de escavação e simultaneamente à recuperação de todo o paço, entre os anos de 2002 e 2005 (Ribeiro, 2015).

Assim, com poucos detalhes cronológicos referentes à *villa* em si (Figura 11), neste conjunto que sobrepõe vestígios de diferentes períodos da história no mesmo espaço físico, “eles não podem ser desenquadrados do conjunto arqueológico/monumental em que estão inseridos” (Silva, 2011, p. 289). Pelo que a sua investigação deve ser realizada de modo holístico e em relação com todo o espaço circundante. Este foi recentemente alvo de um projeto de musealização, que levou à sua reestruturação interior e a uma reorganização do modo de apresentação de conteúdos, numa ação que foi divulgada ao público através de uma simbólica cerimónia de reabertura do Complexo Monumental de Santiago da Guarda, em novembro de 2019.

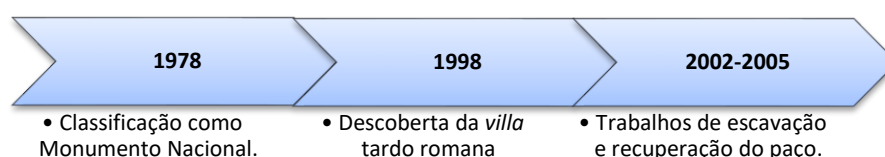


Figura 11: Friso Cronológico dos Marcos do Complexo Monumental de Santiago da Guarda

Fonte dos dados: Ribeiro (2015)

Datada dos séculos IV e V (período posterior à *villa* do Rabaçal), a *villa* tardo-romana de Santiago da Guarda situava-se ainda dentro dos limites geográficos do romano *Conventus Scallabitanus* e aparenta ter sido ocupada até à Idade Média. Relativamente a esta *villa*, Carlos Silva defende a falta de exatidão quanto à sua data de edificação, assim como a falta de informação sobre os seus residentes. Contudo, afirma também que “pela exemplar dimensão do complexo habitacional, qualidade artística dos seus pavimentos musivos e pelo conforto que os vestígios das estruturas arquitectónicas permitem supor, [apresenta-se] um ‘palácio’ rural que testemunha um tempo de magnificência que precedeu a inevitável queda” (Silva, 2011, p. 297). Foi sobre esta *villa* que foi construída, na altura da Reconquista, uma torre medieval e posteriormente, no século XVI, ergueu-se o Paço dos Vasconcelos ou Paço dos Condes de Castelo Melhor (Figura 12), representando cada uma das construções os diferentes períodos temporais e as suas distintas finalidades.



Figura 12: Torre Medieval do Complexo de Santiago da Guarda

Fotografia de Vanessa Costa (agosto de 2020)

Em todo o caso, mesmo com a construção que soterrou esta *villa*, é possível distinguir a existência do peristilo central, o átrio, a área de residência, o *triclinium* e outras salas variadas (Ribeiro, 2015). Além disso, destaca-se também “um vasto património musivo” (Ribeiro, 2015, p. 71) distribuído pelas suas salas e pelos seus corredores que, segundo o arqueólogo Rodrigo Pereira, constitui um total de vinte e um mosaicos romanos policromáticos. O referido arqueólogo apresenta uma listagem de todos os vestígios de mosaicos existentes, aquando da sua investigação, na *villa* romana de Santiago da Guarda, dos quais: dezoito painéis, um fragmento de pequenas dimensões e um outro mosaico sob uma estrutura encontram-se *in situ*; e um fragmento exposto numa das salas do Complexo.

De um modo geral e de acordo com os dados de Rodrigo Pereira (2017), todos os motivos musivos que se encontram nesta *villa* caracterizam-se por uma distinta policromia (Figura 13), à exceção de um painel no pavimento de uma das salas de menores dimensões (entendida como sendo o *cubiculum*) que se diferencia dos restantes pela sua bicromia. Os padrões que predominam são fundamentalmente geométricos e vegetalistas, contudo entende-se que a área central do mosaico presente no peristilo romano apresentaria um tema figurativo, do qual só é possível ver um canto da sua moldura. Quanto aos elementos geométricos, são visíveis as suásticas, como no já referido mosaico do peristilo, ou os triângulos e os quadrados no pavimento do longo corredor, podendo conjugar-se, por vezes, diferentes elementos geométricos no mesmo mosaico. Já a decoração vegetalista está presente na maioria dos compartimentos, quer sendo o elemento central ou apenas em detalhes mais pequenos, através da figuração de plantas, flores ou folhas, como se pode observar, por exemplo, no pavimento do *cubiculum*.



Figura 13: Mosaico Policromo do Grande Corredor da *Villa* (Complexo de Santiago da Guarda)

Fotografia de Vanessa Costa (agosto de 2020)

É de salientar, ainda, a interpretação de Luís Ribeiro (2015), que distingue duas tendências na decoração musiva da *villa*, tendo em consideração as suas cores e os seus motivos. Ou seja, por um lado, existem mosaicos fortemente geométricos, com um número reduzido de elementos vegetalistas e de escassa diversidade de cores, enquanto por outro lado e na sua maioria, o vegetalismo e a diversidade de cores predominam entre os mosaicos. Baseado nesta constatação, o autor defende a presença de duas fases distintas que deveriam ser analisadas mais profundamente para que se percebesse se refletem diferentes períodos temporais, oficinas ou artistas. Além disso, o mesmo acrescenta que, dadas as circunstâncias da descoberta da *villa*, subsistem alguns obstáculos quanto ao conhecimento e à definição da sua dimensão real e, conseqüentemente, da extensão e do estado do

seu pavimento musivo. Contudo, a *villa* apresenta diferentes estados de conservação e todos os mosaicos descobertos “foram sujeitos a uma intervenção de conservação e restauro, para limpeza e fixação das extremidades para impedir a desagregação das tesselas” (Ribeiro, 2013, p. 76).

Em suma, no contexto dos vestígios romanos em Portugal e na Região Centro, é notável a possibilidade de se observar similitudes e diferenças entre os pavimentos de mosaicos que as ruínas de Conimbriga e as restantes *villae* referidas ostentam, na sua evolução temporal e na sua proximidade geográfica. Virgílio Correia (2017) afirma que existe uma certa lógica em considerar a hipótese de que, após a construção da muralha, as oficinas de mosaico de Conimbriga se tivessem deslocado para as áreas rurais circundantes e aí continuado a sua atividade. Esta ideia, aliada à itinerância das oficinas, parece encontrar fundamento quando se comparam os pavimentos musivos destes três sítios, quanto à policromia e geometria que os caracterizam ou os elementos que se vão repetindo e lhes atribuem uma certa uniformidade. Se, por um lado, é possível detetar semelhanças nos motivos florais, nas cores e nos entrelaçados observados nas *villae* do Rabaçal e de Santiago da Guarda, por outro lado, é igualmente possível perceber as diferenças ao nível de padrões e composições dominantes, como a ausência de motivos figurativos na *villa* de Santiago da Guarda, contrastando com os outros dois locais.

Anteriormente enquadrados no território do romano *Conventus Scallabitanus* e atualmente na área que envolve as Terras de Sicó, os sítios arqueológicos de Conimbriga, Rabaçal e Santiago da Guarda “reúnem um significativo número de mosaicos, apresentando boas perspectivas de estudo, de intervenção e de novas descobertas, a curto, médio e longo prazo” (Pessoa, 2005, p. 367). Não é por mero acaso que Carlos Silva, ao caracterizar a paisagem cultural desta região, afirma que “as Terras de Sicó e os territórios envolventes, contêm vestígios exemplares da grandiosidade da civilização romana” (Silva, 2011, p. 232). Além disso, a importância de Conimbriga no contexto da presença romana reflete a sua influência no território que a rodeia e os vestígios presentes nos três sítios arqueológicos analisados apresentam especificidades que, além de os interrelacionar fortemente, destacam-nos entre os vestígios romanos do território português.

Por conseguinte, estes três sítios arqueológicos localizam-se na paisagem cultural que caracteriza o maciço da Serra de Sicó, uma região que nos últimos anos tem vindo a ser dinamizada pela Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó. Constituída em 1995 com a finalidade de promover um desenvolvimento integrado do território, os seus eixos estratégicos passam pela valorização dos recursos endógenos locais, promoção de Sicó como destino turístico, formação de recursos humanos e colaboração intermunicipal. No âmbito da atuação desta associação destaca-se, no decorrente ano, a apresentação de uma proposta para a classificação de Sicó como Área de Paisagem Protegida de Âmbito Regional.

Capítulo III – Mosaico Romano: Gênese, Singularidade e Distribuição Geográfica em Portugal

A investigação sobre o Império Romano passa obrigatoriamente pelo estudo das suas formas de arte, uma vertente que, pelas informações que consegue fornecer sobre a época, tende a constar em variadas obras sobre o Império e o processo de romanização. Neste contexto destaca-se a arte do mosaico, a qual tem vindo a receber cada vez mais a atenção por parte dos investigadores dedicados a esta época e a incentivar à especialização no estudo da arte do mosaico romano por parte de alguns destes investigadores. Nesta conjuntura, é necessário salientar que existem diferentes níveis nos quais se encontram as investigações dos atuais países cujos territórios fizeram parte do Império, sendo que enquanto a grande maioria já avançava com a elaboração de *Corpus*, “até aos finais do séc. XX, o estudo de mosaicos romanos em Portugal andou eminentemente associado à Arqueologia em geral e poucas foram as publicações que ousaram ir além do mero inventário” (Oliveira, 2010, p. 253).

Quanto à sua gênese, com uma tremenda influência helenística na sua conceção e representação, esta forma de arte foi apropriada pelos romanos, acabando por se propagar por todo o Império Romano com estilos próprios e técnicas que eram aprimoradas nas várias oficinas de produção espalhadas pelo Império. O estilo desenvolvido em Itália tinha por base as tesselas pretas e brancas que se agrupavam criando composições de tendência geométrica e em que as figurações surgiam de modo esquemático. Todavia, com o passar do tempo foram surgindo configurações de silhuetas humanas que se foram tornando cada vez mais realistas e detalhadas. Assim, todo o processo e a evolução envolvidos nesta forma de arte trazem um cunho absolutamente romano que tem a sua gênese no estilo que se propagou a partir de Itália e, posteriormente, adquiriu um cariz muito diverso no restante território do Império, dependendo do ambiente cultural, das técnicas de construção e das instituições locais (políticas, religiosas ou sociais).

Podendo ser encontrado em residências senhoriais ou edifícios públicos, “o mosaico (*opus tessellatum*) é um tipo de decoração que, apesar de poder revestir paredes e coberturas de habitações, é essencialmente utilizado em pavimentos” (Carvalho, 1997, p. 340). O mesmo autor afirma que, nas *villae*, o uso do mosaico muitas vezes se restringia à pavimentação e que este não cobria toda a residência, apenas certas divisões como o peristilo, a sala de receção e os quartos. Assinalando outras razões para o frequente uso deste elemento, Janine Lancha (2008) sublinha que a pavimentação a mosaico servia para tornar os pavimentos impermeáveis, uma conceção que surgira com o arquiteto romano Vitrúvio. Assim, dado o seu valor funcional, estético e simbólico, atualmente encontra-se uma quantidade significativa de mosaicos romanos no pavimento de residências urbanas e rurais de maior ostentação, sendo menos frequentes os casos em que estes se observam em edificações públicas.

Considerando a Lusitânia romana no contexto da produção musiva, os vestígios de mosaicos encontrados por todo o território ilustram “uma grande variedade de temas e de aspetos, como de lugares e contextos arqueológicos e arquitetónicos” (Lancha, 2016, p. 330). Os arqueólogos têm vindo a descobrir novos conjuntos em diferentes lugares, tanto no meio urbano como distribuídos pelo meio rural, dando destaque a Mérida enquanto capital da província, que teve sempre presente o desenvolvimento desta arte e cuja influência se disseminou por toda a Lusitânia. Janine Lancha, a título de exemplo, menciona o conhecimento de alguns mosaístas como *Seleukus*, *Anthus* e *Valerianus*, acrescentando que são poucos os mosaicos lusitanos que apresentam a assinatura do mosaísta ou da oficina que os fabricou. Porém, esse frequente desconhecimento relativamente ao autor não interfere na qualidade do mosaico, no qual são valorizadas as características particulares que lhe são inerentes, sendo todos eles preservados e estudados com a maior cautela.

É de constatar que se verifica um crescente número de livros, publicações e artigos científicos relativos à temática do mosaico romano em Portugal, resultantes do trabalho de arqueólogos e historiadores de arte, sobretudo ao longo dos últimos anos. Entre os vários investigadores devem ser referidos os trabalhos de: João Bairrão Oleiro, que se destaca na arqueologia portuguesa e, em particular, pela autoria do primeiro *Corpus* dos Mosaicos Romanos de Portugal; Janine Lancha, coautora e coordenadora do segundo volume do *Corpus*, relativo aos mosaicos da *Villa Romana* de Torre de Palma; Miguel Pessoa, o autor do recente volume do *Corpus*, já dedicado aos mosaicos da *Villa Romana* do Rabaçal; Maria de Fátima Abraços, um dos membros fundadores da APECMA; ou Duran Kremer, investigadora doutorada em arqueologia; entre outros.

Assim, o trabalho desenvolvido por estes especialistas tem vindo a dar resposta às preocupações de Jorge de Alarcão (1988) que, no que concerne ao estudo do mosaico romano em Portugal, declara ser um assunto que praticamente não detém estudos criteriosos e exaustivos (que permitam a sua datação ou a elaboração de mapas de distribuição mais fidedignos). Este defende a necessidade de “um *Corpus* que reúna toda a documentação publicada” (Alarcão, 1988, p. 192) para que haja maior facilidade em localizar as oficinas e entender os diferentes estilos regionais. Nesse sentido, Maria de Fátima Abraços sublinha o contributo de Estácio da Veiga no registo do primeiro inventário de mosaicos, elaborado em 1885; assim como o trabalho de Rui de Serpa Pinto que, em 1934, aspirou à criação de um inventário nacional com a elaboração da primeira carta de distribuição portuguesa. Com o tempo, trabalhos como estes têm vindo a ser realizados e, à medida em que se descobrem mosaicos nos sítios arqueológicos (a sua evolução quantitativa ilustra-se no Quadro 2), as listas de distribuição aumentam e os mapas vão-se completando.

Quadro 2

Número de Sítios com Mosaico Romano em Portugal (1885-2008)

Ano	Inventários/Autores	Número de Sítios com Mosaico
1885	Estácio da Veiga	18 (Algarve)
1933	Rui Serpa Pinto	40
1936	Luís Chaves	47
1959	Maria Cristina M. Sá	100
1974	F. Acuña Castroviejo	13 (Douro)
1974	Jorge Alarcão	105
1986/88	Jorge Alarcão	165
1986	Bairrão Oleiro	181
1996	Bairrão Oleiro	200
2005	Fátima Abraços	254
2008	Fátima Abraços	262

Fonte dos dados: Abraços (2008)

Para além da quantificação dos sítios com mosaicos romanos existentes em território nacional, interessa dar conta da sua distribuição geográfica. Esta apresenta-se mapeada por Jorge de Alarcão que, em 1983, assinalou num mapa de Portugal os 109 sítios que dispunham de mosaicos romanos (Figura 14). Apesar de este autor complementar o seu estudo numa obra de 1988 onde apresenta várias folhas de levantamento com 165 sítios com mosaicos integrais ou vestígios, o mapa que se expõe mostra-se mais elucidativo. Alarcão associa a grande maioria dos sítios arqueológicos a *villae* e apenas alguns a cidades, ruínas de santuários ou residências de administradores de minas. A partir deste mapa consegue-se uma perceção geral daquela que era, na altura, a distribuição dos sítios com mosaicos romanos em Portugal: o padrão de distribuição geográfica apresenta uma maior densidade no litoral algarvio, na área do Alentejo Interior e na Beira Interior.

No entender de Jorge Alarcão, os vários aglomerados de presença de mosaicos justificam-se pela possibilidade de existência de oficinas de produção nos arredores e, do mesmo modo, este associa a predominância verificada na região sul à maior quantidade e riqueza das suas *villae*, comparativamente ao resto do país. Por sua vez, Maria da Conceição Lopes reforça esta ideia ao afirmar que as *villae* a sul de Portugal apresentam maior densidade na ocupação do território, comparativamente ao norte, e também, de um modo geral, revelam superiores “dimensões e magnanimidade arquitectónica e decorativa” (Lopes, 2008, p. 109). Contudo, a autora frisa que a quantificação dos mosaicos romanos em Portugal advém de referências sumárias e que é imperioso a sua revisão e atualização. É importante considerar que as contínuas escavações que levam à descoberta de novos mosaicos (e à conseqüente alteração desta distribuição), sejam acompanhadas da devida inventariação, com rumo à criação de um *Corpus* nacional do mosaico romano.

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1 Braga | 56 Vila Verde (Sintra) |
| 2 Oleiros (Guimarães) | 57 Almoçageme (Sintra) |
| 3 Caldas de Vizela (Guimarães) | 58 Colares (Sintra) |
| 4 Póvoa de Varzim | 59 Eira Pedrinha (Sintra) |
| 5 Fontão (Matosinhos) | 60 Oeiras |
| 6 Canavezes | 61 Tróia |
| 7 Frende (Baião) | 62 Alcácer do Sal |
| 8 Vila Real | 63 Arraiolos |
| 9 Canelas (Régua) | 64 Herdade da Morgada (Évora) |
| 10 Covelinhas (Régua) | 65 Évora |
| 11 Tralhariz (Carrizada de Ansiães) | 66 Nossa Senhora da Tourega (Évora) |
| 12 Longroiva (Meda) | 67 Fonte Coberta (Évora) |
| 13 Ançã (Cantanhede) | 68 Malk Abraão (Alvito) |
| 14 Senhora do Desterro (Montemor-o-Velho) | 69 Vila Verde (Ferreira do Alentejo) |
| 15 Colombeiros (Figueira da Foz) | 70 Beringel (Beja) |
| 16 Conimbriga | 71 Monte do Meio (Beja) |
| 17 Rabaçal | 72 Pisões (Beja) |
| 18 São Simão (Penela) | 73 Monte de Frades (Beja) |
| 19 Caranguejeira (Leiria) | 74 Beja |
| 20 Martim Gil (Leiria) | 75 Herdade da Calçada (Beja) |
| 21 Arnal (Leiria) | 76 Alcaçarias (Beja) |
| 22 São Sebastião do Freixo (Batalha) | 77 Quintos (Beja) |
| 23 Pedrógão (Alcobaça) | 78 Herdade da Salsa (Serpa) |
| 24 Sandoeira (Vila Nova de Ourém) | 79 Moura |
| 25 Olival (Vila Nova de Ourém) | 80 Aljustrel |
| 26 Porto da Laje (Tomar) | 81 Mértola |
| 27 Cardais (Tomar) | 82 Monte dos Fernandes (Mértola) |
| 28 Villa de Cardílio (Torres Novas) | 83 Herdade do Montinho (Mértola) |
| 29 Caveira (Tomar) | 84 Montinho das Laranjeiras (Mértola) |
| 30 São Miguel (Golegã) | 85 Álamo (Mértola) |
| 31 Arripiado (Chamusca) | 86 Cacela |
| 32 Alvega (Abrantes) | 87 Torre de Ares (Tavira) |
| 33 Idanha-a-Velha | 88 Quinta das Antas (Tavira) |
| 34 Nisa | 89 Pedras d'El-Rei (Tavira) |
| 35 Garrianchos (Marvão) | 90 São Domingos de Asseca (Tavira) |
| 36 Aramenha (Marvão) | 91 Marim (Olhão) |
| 37 Granja (Crato) | 92 Torrejão Velho (Olhão) |
| 38 Alter do Chão | 93 Milreu (Faro) |
| 39 Torre de Palma (Monforte) | 94 Amendoal (Faro) |
| 40 Herdade da Faleira (Arronches) | 95 Faro |
| 41 Coutada do Povo (Arronches) | 96 Loulé |
| 42 São Saturnino (Fronteira) | 97 Cerro da Vila (Loulé) |
| 43 Monte de São Francisco (Fronteira) | 98 Retorta (Loulé) |
| 44 Vila Fernando (Elvas) | 99 Ferragudo (Lagoa) |
| 45 Alfarófia (Elvas) | 100 Portimão |
| 46 Quinta das Longas (Elvas) | 101 Abicada (Portimão) |
| 47 Torre do Cabedal (Vila Viçosa) | 102 Arrancada (Portimão) |
| 48 Pardais (Vila Viçosa) | 103 Lagos |
| 49 Rouca (Alandroal) | 104 Senhora da Luz (Portimão) |
| 50 Silveirona (Estremoz) | 105 Cerro (Lagos) |
| 51 Santa Vitória do Ameixal (Estremoz) | 106 Burgau (Vila do Bispo) |
| 52 Cabeção (Mora) | 107 Boca do Rio (Vila do Bispo) |
| 53 Porto do Sabugueiro (Muge) | 108 Salema (Vila do Bispo) |
| 54 Bairradinha (Alenquer) | 109 Murtinhal |
| 55 Odrinhas (Sintra) | |

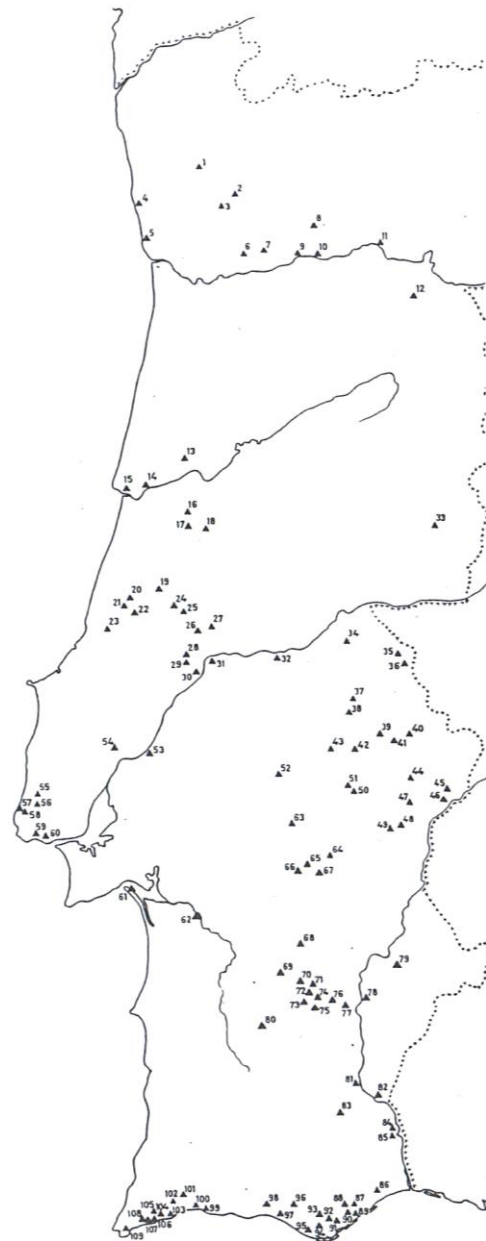


Figura 14: Distribuição dos Mosaicos Romanos de Portugal

Fonte: Alarcão (1983) (adaptado)

3.1. As Características Gerais do Mosaico Romano em Portugal

A História indica que entre os mosaicos localizados na região a sul do Tejo se encontram os mais antigos do território nacional, devido ao trajeto que os romanos tomaram no processo de romanização da Lusitânia e que teve o seu início na região sul de Portugal. Apesar deste conhecimento, de um modo geral, é extremamente difícil atribuir uma data precisa aos mosaicos existentes em Portugal. Na sua maioria, são datados pelos especialistas entre os séculos II e IV d.C., correspondendo ao que estes consideram “o período de apogeu da arte musiva em Portugal (isto é, de maior apuro técnico [*sic*], difusão e perfusão de estilos e temas)” (Carvalho, 1997, p. 341). Uma forma de arte que acabou por ser abandonada na altura em que Roma quebrou as suas ligações com a Lusitânia, no século V, e outros povos ocuparam o território nacional.

Primeiramente utilizados nos espaços privados e em alguns locais públicos dos aglomerados urbanos, o uso dos mosaicos propagou-se, mais tarde, às *villae* e a sua presença passou a ser frequente neste meio mais rural. Isto era possível pois havia uma grande flexibilidade por parte dos mosaístas que tanto poderiam trabalhar de modo particular e itinerante como empregues em oficinas fixas nas cidades, também estas com a capacidade de serem ambulantes (Caetano, 2014). Deste modo, era algo bastante comum que os mosaístas, solicitados pelos proprietários, percorressem cidades e *villae*, deixando as suas obras pelos diferentes espaços. Nos seus trabalhos, inicialmente, estes produziam mosaicos que empregavam predominantemente tesselas pretas e brancas, ou seja, caracterizavam-se por uma bicromia, a qual no século II d.C. foi complementada pela difusão da policromia, que recorria a diferentes cores. Além disso, de forma genérica, o mosaico romano em território nacional apresenta uma tendência para os “esquemas geométricos mais ou menos integrados de elementos vegetalistas, animais, de objectos ou até de figuras humanas” (Kremer, 2015, p. 30). Assim, é possível considerar que em Portugal existe uma maior predominância de mosaicos de carácter policromo, geométrico e padronizado, entre os exemplares encontrados e estudados.

Apesar do embelezamento dos espaços proporcionado pelos mosaicos de cenas figurativas, estes são dos mais escassos em Portugal, abundando os temas de carácter geométrico e vegetalista. No entanto, existem diversos exemplos de painéis figurativos distribuídos por diferentes *villae* portuguesas, entre os quais se salientam: o mosaico dos Cavalos e o das Musas (*villa* de Torre de Palma); ou o mosaico do Oceano (*Ossonuba*, Faro), considerado o “mais rico mosaico do ponto de vista técnico e estético de todos os que se encontram em território português” (Pereira, 2011, p. 143). Tendo isto em consideração, o mosaico romano estabeleceu uma relação estreita com a arquitetura, participando nos programas decorativos dos interiores. A *villa* romana de Milreu salienta-se pela diversidade do seu espólio musivo, o qual permite exemplificar: a menos frequente observação do

mosaico como mural (Figura 15); a geometria e o vegetalismo característicos nos mosaicos portugueses (Figura 16); assim como a sua relação com o espaço funcional ou com a paisagem circundante e os seus recursos, como os temas marinhos representados em Milreu (Figura 17).



Figura 15: Utilização de Mosaico em Mural, no Santuário da *Villa* de Milreu (esquerda)

Figura 16: Elementos Geométricos e Vegetalistas em Pavimento, na *Villa* de Milreu (direita)

Fotografias de Vanessa Costa (novembro de 2019)



Figura 17: Mural de Tema Aquático de Mosaico em Piscina, nas Termas da *Villa* de Milreu

Fotografia de Vanessa Costa (novembro de 2019)

Os estilos, os temas e as estruturas encontrados em Portugal, até ao presente, não são suficientes para que se possa fazer uma análise comparativa e determinar os possíveis diferentes estilos associados a cada aglomerado urbano ou regiões rurais. E mesmo sem a certeza de que diferentes estilos artísticos possam ter existido em território nacional, Jorge de Alarcão afirma que a comparação com os melhores exemplos internacionais, evidencia um menor nível artístico nacional. Por um lado, núcleos como o de Conimbriga apresentam características muito particulares e uma grande qualidade estética nos seus mosaicos, assim como as *villae* na sua proximidade e as do sul de Portugal, que apresentam um notável património musivo. Por outro lado, a simplicidade dos temas figurativos e vegetalistas e a predominância dos motivos geométricos acentuam esta discrepância relativamente aos mosaicos de casos internacionais. Contudo, as descobertas e os trabalhos de restauro que têm vindo a ser realizados nos últimos anos têm permitido atenuar esse contraste existente, revelando painéis de grande qualidade figurativa, do qual é exemplo o mosaico do *triclinium* da Casa da Medusa (Alter do Chão).

3.2. O Mosaico Como Expressão da Criatividade Romana

No contexto da romanização, a arte decorativa em mosaico acabou por se tornar um setor de produção em massa ao longo de toda a extensão do Império, espalhando-se tanto por edifícios privados (como as residências senhoriais), assim como por edifícios públicos (como as termas). Investigadores que se têm dedicado ao estudo desta área, como Katherine Dunbabin (2012), constataam que são os motivos geométricos, esquemáticos e simbólicos que predominam na maioria das regiões do Império, naturalmente pela influência italiana. Contudo, a evolução das técnicas de conceção do mosaico e o desenvolvimento da criatividade revelou novas formas de expressão desta arte decorativa por toda a extensão do Império Romano. Por conseguinte, apesar da sua génese se encontrar na Itália e de o processo de conquista e aculturação romana ter introduzido nos novos territórios as bases da sua execução, “cada província tendia a desenvolver o seu próprio carácter regional, com um repertório de desenhos e métodos de composição favoritos” (Dunbabin, 2012, p. 969). Ou seja, esta tendência de adaptação e inovação local permitiu o desenvolvimento de estilos próprios em cada região, materializando-se numa diversidade e riqueza cultural associada ao mosaico.

Apesar do estigma que inicialmente se lançou sobre os motivos geométricos, que se julgavam de menor valor comparativamente aos figurados, Duran Kremer (2015) defende que o estudo dos mosaicos geométricos possibilita a obtenção de numerosas informações. Nestes é possível fazer uma análise aos seus modelos, para além da observação da componente mais prática da técnica de colocação do mosaico, o que pode possibilitar a identificação da oficina que o elaborou e uma perceção

global daquilo que caracteriza os seus trabalhos. De modo geral, a possibilidade de identificar diferentes oficinas leva a que seja possível delinear, com maior ou menor precisão, o seu modo de expressão artística que acaba por definir uma certa época e região. Neste aspeto, é possível salientar particularidades que diferenciam as oficinas ou mosaístas fixos e as oficinas ou mosaístas itinerantes, dado que os primeiros se revelam mais conservadores e de motivos predominantemente clássicos, enquanto os segundos apresentam motivos mais criativos que derivavam de influências de outras regiões do Império.

A criação de cada painel de mosaico resultaria da conjugação de diferentes fatores e, se por um lado está a reconhecida competência da oficina ou do mosaísta a quem o trabalho é encomendado, por outro existe a preponderância que tem quem solicita o mosaico. É necessário considerar que ambas as partes trabalhavam conjuntamente na tomada de decisões sobre o ordenamento, a disposição ou a composição dos motivos no espaço físico que o mosaico iria ocupar. Não obstante, tudo isto era definido consoante as preferências do proprietário, particularmente o motivo desejado para o mosaico a elaborar. Por isso, além de os motivos variarem de acordo com a divisão que vão ocupar, estes mudam também conforme os interesses, as atividades e os gostos do proprietário. Consequentemente, quando concluída, a obra aporta toda uma conjuntura de preferências culturais, vivências quotidianas e atividades pessoais, refletindo uma marca cultural, estética e social. Assim como constitui um importante registo, para a posteridade, dos vários elementos culturais da época, tais como: os mitos; a religião; os itens do quotidiano; as atividades lúdicas e festividades; a indumentária e a alimentação; as ferramentas e o armamento; entre muitos outros. Também a natureza, com a sua fauna e a flora, se representa constantemente em inúmeros mosaicos, quer como elementos associados a outros motivos figurativos ou compondo mosaicos integralmente vegetalistas.

Neste contexto, o mosaico apresenta-se como uma expressão artística que transmite, através da imagem e das formas, os ideais e valores culturais de uma época. E sendo produzido em quantidades consideráveis por toda a extensão do Império Romano, acabou por se transformar num valorizado setor de atividade. Com base numa expressão de García y Bellido, Maria Teresa Caetano afirma que o mosaico romano se tornou num “produto ‘artístico-industrial’ de fruição universal” (Caetano, 2014, p. 208) devido à sua ação como “catalisador sociocultural” (Caetano, 2014, p. 208). Desta maneira, a progressiva criação e recriação dos motivos musivos teve dois resultados diretos: por um lado, atuou como um reflexo da sociedade e da cultura romanas; por outro lado, integrou-se na tradição da arte romana, como uma das suas mais significativas formas de expressão criativa.

A arte do mosaico romano, apesar de universal entre os limites do Império, alcançou uma grande complexidade e construiu uma relação intrínseca com o espaço nos diferentes territórios do Império Romano. Por todas as suas particularidades é possível afirmar que “nenhuma outra forma

artística desempenhou o papel multifacetado que o mosaico conquistou: ser simultaneamente um importante elemento arquitectónico e uma notável obra de arte, símbolo de uma civilização” (Oliveira, 2010, p. 360). Esta paisagem musiva de características tão particulares em cada região do antigo Império Romano apresenta-se “como uma importante manifestação artística e cultural de diferentes momentos da romanização – rica em materiais, em técnicas, em motivos decorativos, em imagens e em narrativas – inserida numa Paisagem Cultural” (MosaicoLab, s.d.).

Dada a enorme relevância do mosaico romano em Portugal, foi constituída, em 2006, a Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação do Mosaico Antigo (APECMA). Sendo parte integrante da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo, esta associação sem fins lucrativos pretende dar a conhecer o mosaico romano do território português, através do seu estudo, conservação e divulgação, assim como consciencializar as pessoas para o seu valor patrimonial. Deste modo, o mosaico romano pode constituir um recurso adequado ao desenvolvimento de produtos turísticos que dinamizem o território onde este se encontra. O desenvolvimento de rotas turísticas assentes no património em questão é uma ótima aposta, pois além de se conseguir dinamizar os sítios arqueológicos, potencia-se a criação de narrativas que lhes permitem uma maior integração no território onde se inserem. No capítulo seguinte encontra-se uma análise mais detalhada relativa às rotas como produto turístico, à sua pertinência como elemento estratégico de turismo e ao modo como estas podem valorizar os recursos endógenos de uma região.

Capítulo IV – Rotas Turísticas: Definição e Caracterização

Entre as diversas modalidades de visitação de destinos turísticos encontra-se o *touring* cultural e paisagístico, cuja prática engloba programas realizados em rotas ou circuitos e traçados, de modo a que os visitantes e turistas conheçam o destino ou destinos abrangidos, quer de modo independente como organizado por agentes turísticos. Neste campo, entre autores como Durusoy (2014), Simas (2015), Timothy e Boyd (2015) ou Cardia (2018), os conceitos referentes a rotas, circuitos e itinerários, não se encontram totalmente definidos pela falta de consenso entre as abordagens concetuais, que vão divergindo consoante os diferentes autores e as suas perspetivas de análise. Assim sendo, o conceito de **rota cultural** tem vindo a ser objeto de discussão desde a década de 60 do século XX, por entidades como o ICOMOS, a UNESCO e o Conselho da Europa, quando pretendem salientar a sua importância no seio das viagens culturais. Consequentemente, além dos relatórios elaborados por estas entidades, as novas abordagens e organizações que surgiram nas décadas seguintes trouxeram consigo novas definições para este conceito, no contexto nacional e internacional.

Em 1987, o Conselho da Europa criou o *Cultural Routes of the Council of Europe*, um programa no qual se integravam mais de trinta rotas que interligavam o diverso património de diferentes países da Europa. Estas deveriam estender-se por três países, no mínimo, e ter subjacentes os valores defendidos pela entidade, nomeadamente: os direitos humanos; a diversidade cultural; o diálogo intercultural; e as trocas mútuas através das fronteiras. Contudo, de acordo com Durusoy (2014), a primeira definição globalmente aceite, no que concerne às rotas culturais, surgiu no relatório de uma reunião entre a UNESCO e o ICOMOS, decorrida em novembro de 1994, denominada *Routes as a Part of Our Cultural Heritage*. Neste documento, as **rotas patrimoniais**, termo pelo qual foram designadas as rotas na referida reunião, compreendiam “elementos tangíveis cujo significado cultural vem de trocas e de um diálogo multidimensional entre países ou regiões, e que ilustram a interação do movimento, ao longo da rota, no espaço e no tempo” (UNESCO & ICOMOS, 1994).

Em 2008, ICOMOS elaborou *The ICOMOS Charter on Cultural Routes*, um documento fundamental para este assunto, que contém uma definição de rota cultural, assim como os seus elementos essenciais, os indicadores específicos e uma metodologia de aplicação (que será posteriormente discriminada neste trabalho). Quanto ao conceito em si, o ICOMOS reconhece primeiramente a complexidade e multidimensionalidade que advém da valorização dos diferentes elementos que são agregados num todo, definindo rota cultural como “qualquer via de comunicação, seja terra, água ou algum outro tipo, que é fisicamente delimitada e é também caracterizada por ter a sua específica funcionalidade dinâmica e histórica para servir um propósito específico e bem

determinado” (ICOMOS, 2008, p. 3). A este conceito estão associadas três condições que definem a rota: (i) deve emergir das interações entre pessoas ou comunidades e refleti-las; (ii) articulada com a primeira, deve estar associado um intercâmbio cultural no tempo e no espaço, perceptível na sua herança cultural; e, por fim, (iii) deve fazer parte de uma dinâmica de inter-relações históricas às quais esta possa ser associada.

Tendo como referência as definições apresentadas pela UNESCO, pelo ICOMOS e pelo Conselho da Europa, três entidades de notabilidade internacional e que formam as bases para gestores e investigadores de todo o mundo, é possível perceber que o conceito de rota cultural não difere muito. Ou seja, existem alguns elementos que se apresentam comuns a todas as definições, caracterizando de um modo generalista as rotas culturais. Posto isto, é indispensável a existência de elementos tangíveis que sejam pertinentes para a criação da temática da rota e que estejam vinculados a valores que lhes proporcionem a componente intangível. A esta relação entre o tangível e o intangível estão associados:

- (i) as ideias de dinamismo e de movimento intercultural;
- (ii) os elementos da rota como meios de expressão de processos culturais locais;
- (iii) e a noção de continuidade temporal e espacial.

Apesar da complexidade deste conceito pluridimensional, têm surgido várias abordagens relacionadas com o mesmo, visto que as rotas culturais têm assumido um papel fundamental no desenvolvimento de comunidades e regiões. Neste contexto, Simas (2015) apresenta definições sintéticas para diferenciar os conceitos de rota e circuito e, baseando-se em Gomez e Quijano (1992), define: o **circuito turístico** como um programa realizado em forma de itinerário circular (em que os pontos de partida e de chegada são coincidentes); enquanto a **rota** se apresenta como um itinerário de direção já definida e em que os pontos de partida e chegada são distintos. O autor usa a mesma fonte para definir **itinerário** como “uma forma de explicar e descrever um determinado trajeto, referindo os sítios de passagem e de potencial interesse de visitaçãõ” (Simas, 2015, p. 57), assim como a oferta de atividades e os serviços existentes que complementam o produto.

Após uma abordagem concetual do termo, é imperativo que se elabore uma breve exposição de alguns elementos que caracterizam as rotas. Em primeiro lugar, o surgimento de literatura relativa a este tema fez com que surgissem algumas classificações quanto ao tipo de rotas existentes e às suas características. E, neste seguimento, Timothy e Boyd (2015) apresentam duas perspetivas que estão na base da criação das rotas culturais enquanto recursos turísticos, sendo elas organicamente evoluídas (*organically-evolved*) ou intencionais (*purposive*). Ou seja, as primeiras são produtos delineados a partir de traçados de rotas históricas pré-existentes, como as rotas migratórias ou os caminhos desde

sempre percorridos por peregrinos. As segundas são intencionalmente delineadas num percurso sem qualquer traçado histórico, mas com um contexto que associa os vários pontos da rota, como as rotas dos castelos de determinada região ou as gastronómicas, que ligam vários pontos de significativa cultura gastronómica. Assim, a tipologia defendida por estes dois autores expõe uma maneira simples de classificar as rotas culturais, de acordo com as Diretrizes Operacionais da Convenção do Património Mundial.

Em segundo lugar, de modo geral, vários elementos caracterizam as rotas culturais, nomeadamente: a escala estabelecida para a rota que pode ser local, regional, nacional ou até mesmo transfronteiriça; relacionada com a escala, varia a extensão da rota, que pode implicar a deslocação através de transportes entre os pontos de interesse; a interligação de lugares pela sua historicidade, pelo vínculo a célebres figuras ou pela sua arquitetura; por fim, particularmente as rotas intencionalmente criadas caracterizam-se por uma efemeridade que leva a uma constante renovação e também por uma temática que é formulada de acordo com o património que abrangem (Timothy & Boyd, 2015). Estas características, esquematizadas na Figura 18, apresentam-se numa perspetiva inerente à conceção da rota em si, pelo que na perspetiva do utilizador existem particularidades como: o percurso poder ser feito de modo particular ou com um guia intérprete; e poder ser percorrido total ou parcialmente, consoante o nível de interesse pessoal.

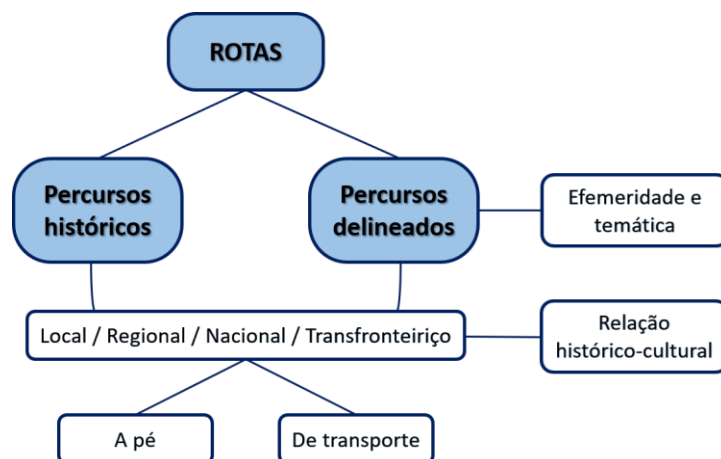


Figura 18: Esquematização das Características das Rotas por Timothy & Boyd

Fonte: Timothy & Boyd (2015) (adaptado)

Em contrapartida, Cardia (2018) detalha um conjunto de cinco critérios de classificação de rotas, que passam pela finalidade da criação da rota, pela sua temática, pela sua representatividade histórica, pelo seu espaço geográfico e pelo seu estatuto ou reconhecimento oficial. Assim, apesar de as características e classificações apresentadas serem uma análise daquilo que são as rotas de um modo generalista, as suas especificidades vão variando de acordo com cada rota, pois cada uma delas se apresenta como um caso em particular, pela sua natureza e pelo seu contexto específico. Quer isto

dizer que as rotas possuem uma forte inter-relação com o território onde são desenvolvidas, evidenciando características intrínsecas e tornando-se fundamentais no desenvolvimento territorial.

4.1. As Rotas Turísticas na Dinamização do Território

É um facto adquirido que o turismo tem vindo, cada vez mais, a fazer parte dos planos de ordenamento e gestão do território, apresentando-se como um importante fator de desenvolvimento territorial. E é seguindo esta linha de pensamento que são desenvolvidos múltiplos produtos turísticos e serviços associados, a fim de se conseguir afirmar os territórios como destinos turísticos e posicioná-los no mercado de modo a que haja um retorno dos investimentos realizados e um consequente desenvolvimento territorial sustentável.

Neste contexto, surgem produtos e serviços de diversas tipologias, entre os quais as rotas. Este produto turístico apresenta diversas tipologias (culturais, históricas, religiosas, de natureza) e diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional) que variam consoante a entidade criadora; podendo esta fazer uso de recursos endógenos numa rota pelo património histórico-cultural do território (como rotas dos castelos) ou recorrendo à criação de atrações que carecem de historicidade e cujos valores lhes são acrescentados para o seu reconhecimento (como rotas literárias). No Quadro 3 encontram-se listadas algumas das rotas existentes em território nacional, que ilustram diferentes tipologias que estas podem ter e demonstram a variedade que lhes é inerente.

Quadro 3

Exemplos de Algumas Rotas Existentes em Portugal

Rota	Ano	Entidade Promotora	Tipologia
Caminhos de Fátima	1996	Centro Nacional de Cultura	Religiosa
Rota da Transumância	2015	Estratégia Intermunicipal	De natureza
Rede das Aldeias do Xisto	2013	ADXTUR	Cultural e de natureza
Rota da Bairrada	2006	Associação Rota da Bairrada	Cultural
Rota da Filigrana	2016	Município de Gondomar	Cultural
Rota do Fresco	1998	Spira	Histórico-cultural
Rota do Românico	1998	Associação de Municípios do Vale do Sousa	Histórica e paisagística
Rota dos Vinhos do Alentejo	2014	Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal	Cultural
Rota Porto Liberal	2017	Irmandade de Nossa Senhora da Lapa	Histórica
Rota Vicentina	2013	Associação Rota Vcentina	Cultural e de natureza

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Posto isto, qualquer que seja a metodologia utilizada para a junção dos elementos físicos numa rota, o objetivo final passa sempre pela dinamização do território que esta percorre. E, desta forma, o desenvolvimento e a dinamização territoriais acontecem instantaneamente, pelo que é necessário entender que estes advêm dos pequenos, mas numerosos e variados, contributos que a criação de novas rotas ou a renovação das existentes podem ter para o território que abrangem. As práticas que estão associadas ao desenvolvimento de rotas turísticas, como “criar redes, construir parcerias e estimular a cooperação e a colaboração entre os diferentes agentes e grupos de interesse” (Moreira, 2013, p. 267), repercutem-se num progresso conjunto dos municípios por onde estas se estendem. Assim, para se atingir o pretendido desenvolvimento territorial, é necessário saber aproveitar eficientemente e fazer a devida gestão dos benefícios que as rotas têm a capacidade de proporcionar, tais como os que se encontram listados na Figura 19.

<p>No território como destino turístico</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumentar o fluxo turístico local • posicionar o destino no mercado (local, regional, nacional e global) • consolidar ou renovar a imagem de marca do destino • integrar áreas com diferentes densidades (populacional, de equipamentos, de infraestruturas), designadamente de baixas densidades • promover a cooperação intermunicipal
<p>Na procura turística</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumentar a estada média no destino • esbater a sazonalidade • induzir a dispersão da procura turística pelo território • tornar o excursionista em turista • valorizar a experiência turística
<p>Na oferta turística</p> <ul style="list-style-type: none"> • incentivar ao desenvolvimento de infraestruturas e de equipamentos • preservar, conservar e valorizar os elementos patrimoniais • preservar adequadamente os recursos endógenos • integrar os diferentes agentes económicos e as diversas atrações turísticas • induzir formas de cooperação e colaboração, bem como de parcerias e redes
<p>Na economia local e regional</p> <ul style="list-style-type: none"> • gerar retornos económicos diretos (lucros para empresas) e indiretos (futuros investimentos) • criar novas oportunidades de emprego • fomentar a cooperação entre localidades vizinhas

Figura 19: Benefícios que uma Rota Turística Proporciona no Território

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Posto isto, como afirma Luís Figueira (2013), as rotas passaram a constar entre a oferta dos destinos turísticos como importantes alternativas ao turismo massificado, por constituírem percursos alternativos que dão ênfase aos detalhes culturais desses territórios. Estas são “boas oportunidades

para que se processem dinâmicas de desenvolvimento sustentável em áreas que emergem para o turismo” (Figueira, 2013, p. 76). De igual modo, mas com maior pormenor, Elifnaz Durusoy (2014) discrimina a amplitude de desenvolvimento que as rotas proporcionam, quando subscreve os princípios de Moulin e Boniface (2001) e afirma que as rotas culturais são “uma das mais cruciais fontes de conservação, preservação, turismo e desenvolvimento socioeconómico” (Durusoy, 2014, p. 12). Quer seja na economia, na sociedade ou nos elementos patrimoniais, estes autores expõem, de modo abrangente, os benefícios da criação ou renovação de rotas turísticas, que devem ser considerados aquando da definição dos planos estratégicos de desenvolvimento de qualquer território.

Em Portugal, o documento orientador do turismo nacional, a Estratégia Turismo 2027, detalha o crescimento do turismo nacional na última década e a sua situação atual, perspetivando o seu futuro e determinando as estratégias a implementar para se alcançarem os objetivos que se estabelecem. Este documento confirma o crescimento turístico que se tem vindo a observar em Portugal, que em grande parte se relaciona com a crescente qualificação dos recursos turísticos e dos seus equipamentos de suporte (TP, 2017). Neste contexto, a ET 2027 apresenta no plano de operacionalização 2017-2020 um conjunto de cinco eixos e várias linhas de atuação, onde é possível encontrar, no eixo que se centra na valorização territorial e das comunidades, uma linha de atuação que visa potencializar e conservar o património natural e rural “em torno de redes temáticas e/ou de recursos endógenos dos territórios” (TP, 2017, p. 55); e outra que visa criar ofertas que vão ao encontro da procura existente com “roteiros/itinerários temáticos com forte vocação turística de âmbito histórico-cultural e/ou natural, tendo subjacente os ativos turísticos estratégicos nacionais” (TP, 2017, p. 55).

Relativamente ao Centro de Portugal, o Plano Regional de Desenvolvimento Turístico, publicado em 2019 pelo Turismo Centro de Portugal, contém a estratégia turística desta região para o horizonte temporal 2020-2030. Estratégica que assenta fundamentalmente na exploração e valorização dos recursos turísticos existentes ao longo de toda a sua extensão, de modo a alcançar um bom posicionamento estratégico, subdividindo-se em três períodos temporais, nomeadamente a curto (2020), médio (2023) e longo prazo (2030). O documento deixa clara a missão da Entidade Regional de valorizar e desenvolver o turismo através de uma gestão integrada dos territórios da região e, para a sua concretização, cinco novos pilares estratégicos foram definidos:

- (i)** Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos;
- (ii)** Natureza, *Wellness*, Turismo Ativo e Desportivo e Mar;
- (iii)** Turismo Espiritual e Religioso;
- (iv)** Turismo *Corporate* e Empresarial;
- (v)** *Lifestyle*, *Inspirational* e novas tendências.

Desta forma, esta estratégia de coesão e integração baseia-se na “oferta combinada e complementar entre recursos e produtos turísticos da Região” (TCP, 2019, p. 18), ou seja, a zona Centro pretende capacitar-se para um desenvolvimento em rede, no qual as rotas turísticas podem vir a ter um importante papel ao valorizar os elementos patrimoniais e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento coeso do turismo.

Já a uma escala mais localizada, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra criou, em 2017, o projeto Região de Coimbra Turismo 2020 - Promoção Integrada dos Produtos Turísticos da Região de Coimbra que, como o nome indica, projeta uma integração intermunicipal no desenvolvimento do turismo e na criação de produtos turísticos. No referido projeto, torna-se pertinente salientar que, dentro dos seus produtos âncora, se apresenta uma visão em rede para a cidade e a região de Coimbra, que visa a “criação de novos Roteiros que permitem e promovem a articulação da oferta patrimonial da cidade de Coimbra com os restantes municípios da região” (CIM|RC, 2017). Assim, também a Região de Coimbra tem empreendido uma estratégia de dinamização e promoção turística assente na gestão integrada e na criação de sinergias, fundamentais na dinamização territorial, nomeadamente em territórios de baixas densidades.

4.1.1. Importância das Rotas nos Territórios de Baixas Densidades

As motivações que levam os visitantes e turistas a escolher os seus lugares de destino são cada vez mais variadas, mostrando uma clara tendência para a procura de novas experiências e de uma diferenciação que foge ao turismo massificado de certos destinos. Deste modo, evocando a autenticidade e a identidade dos territórios, desenvolvem-se novos produtos turísticos que vão ao encontro das motivações da procura. Entre estes destinos, diferenciados e menos massificados, encontram-se os territórios rurais e os de menor densidade populacional, de equipamentos, de infraestruturas, que cada vez mais recorrem ao turismo a fim de dinamizar o seu território. Desta estratégia turística surgem os efeitos listados anteriormente na Figura 19, que são particularmente importantes para os territórios em espaço rural, menos desenvolvidos ou de baixas densidades.

Com isto em consideração, Briedenhann & Wickens (2004) expõem a contemporânea preferência do turismo como motor de desenvolvimento territorial, “especialmente em comunidades rurais onde as pessoas estão tão desesperadas que irão aceitar qualquer proposta, que preveja oferecer crescimento económico, com pouca ou nenhuma consideração pelos futuros impactos prejudiciais” (Briedenhann & Wickens, 2004, pp. 71-72). Ou seja, apesar das autoras defenderem os impactos positivos que a aposta no crescimento turístico tem no desenvolvimento das comunidades rurais (como o impulso na economia ou a cooperação inter-regional), estas aludem a um importante

aspecto que é a necessidade de considerar todos os impactos, tanto positivos como negativos. Desta forma, o seu estudo debruça-se sobre a viabilidade de recorrer ao turismo, nomeadamente às rotas turísticas, para o desenvolvimento de áreas rurais.

Em contrapartida, Pedro Carvalho (2019) mostra uma maior confiança na criação de rotas e no desenvolvimento de redes, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das áreas de menor densidade populacional presentes no interior do território nacional. Este propõe “que se definam percursos em rede pelos territórios do interior raiano e leituras históricas dessas paisagens, tendo como polos museus renovados ou novos centros interpretativos” (Carvalho, 2019, p. 127), com vista à valorização do seu património, à cooperação inter-regional e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do território. Posto isto, o autor considera a aposta na criação de redes uma estratégia de desenvolvimento sustentável, com uma forte capacidade de potencializar os seus recursos endógenos que, “enquanto fatores diferenciadores (...), é preciso saber potenciar ou induzir o seu valor socioeconómico e educativo” (Carvalho, 2019, p. 128). A diferenciação, a inovação e a criatividade são os três fatores aos quais Pedro Carvalho atribui maior relevância como elementos a considerar na elaboração destas estratégias.

Neste contexto de dinamização dos territórios através do turismo, nomeadamente aqueles menos desenvolvidos ou de baixas densidades, é necessário ter em consideração duas perspetivas. Mencionados por Pedro Carvalho, existem os pontos de vista turístico e social, ou seja, é fundamental que sejam criados “espaços ou projetos que se direcionem para o turismo, mas que ao mesmo tempo deverão ser pensados para quem vive nesses territórios” (Carvalho, 2019, p. 130). Este é um dualismo que tem de ser considerado aquando da conceção de qualquer estratégia de desenvolvimento que recorra ao turismo, pois a estratégia turística deve ser a que melhor se adequa ao território em questão e que responda primeiramente às necessidades da sua população. Assim, além dos efeitos diretos que a atividade turística e particularmente as rotas têm na economia de um território, é fundamental que haja ainda um contributo significativo para a sociedade. Isto porque a dinamização da economia (através dos novos serviços e das novas possibilidades de negócio) permite gerar melhores oportunidades para a fixação da população e para a melhoria da sua qualidade de vida, o que se pode traduzir no desenvolvimento gradual destes territórios de menores densidades (Figura 20).

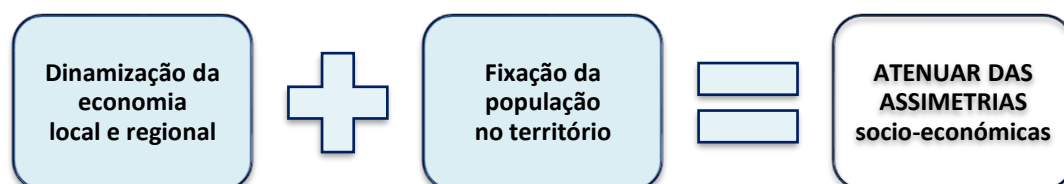


Figura 20: Contributo das Rotas e Redes nos Territórios de Baixa Densidade Demográfica

Fonte: Carvalho (2019) (adaptado)

Entre este tipo de territórios existem muitos que encontram grandes obstáculos na afirmação das suas atrações turísticas e não possuem a capacidade de captar os visitantes e turistas por si só, pelo que a criação de rotas tem a capacidade de agregar várias atrações numa só oferta e assim dar-lhes a visibilidade e o potencial turístico que isoladamente não possuíam. Posto isto, bem projetadas, implementadas e geridas, as rotas têm a capacidade de contribuir para o crescimento e desenvolvimento de tantos territórios quantos estas puderem abranger, pois “a integração de atividades e atrações num sistema de rota unificado pode servir para estimulação da cooperação e parceria entre comunidades e pode atuar como um veículo para o desenvolvimento económico em áreas marginais” (Meyer, 2004, p. 3). Ou seja, a autora apresenta uma estratégia de planeamento turístico que tem por base as rotas como impulsoras de dispersão da atividade turística em direção às áreas periféricas ou menos desenvolvidas, com o objetivo de “estimular a economia nessas áreas e gerar receita e emprego” (Meyer, 2004, p. 3).

No particular enquadramento das políticas nacionais, Paulo Carvalho (2009) apresenta como uma das vertentes de atuação para o desenvolvimento destes territórios de baixas densidades “a construção de redes territoriais” (Carvalho, 2009, p. 489). Esta afirmação é corroborada quando a entidade reguladora do turismo em Portugal promove as colaborações em rede no sentido de “alinhar estratégias conjuntas que conduzam à criação de produtos turísticos diferenciadores, à sua promoção e venda” (TP, s.d., Redes Colaborativas). Assim sendo, na sua grande maioria, estes produtos traduzem-se no desenvolvimento de rotas que “dão visibilidade a recursos ‘adormecidos’ que passaram a conjugar de forma integrada todos os ingredientes de uma operação turística” (TP, s.d., Redes Colaborativas) e que têm vindo a crescer em número no interior do território português. A multiplicidade e diversidade de rotas permitem a devida adequação aos diferentes territórios e, conseqüentemente, a estruturação de produtos que melhor respondam às necessidades da sua população, ao seu desenvolvimento sustentável e ao seu crescimento económico (Cardia, 2018).

4.2. O Processo de Planeamento e de Criação de uma Rota

De forma genérica, o planeamento consiste num conjunto de decisões antecipadas e conscientes de algo que se pretende realizar, um “processo sistemático de ação, escolha e tomada de decisões a ser levado para realizar efetivamente uma sequência de objetivos especificados dentro de uma base completa, considerando todas as forças, fraquezas, oportunidades, ameaças, políticas, facilidades e limitações existentes” (Durusoy, 2014, p. 13). Neste processo, em qualquer que seja a área de atuação, é importante ter em consideração o seu carácter sistemático e sequencial, pois os

vários elementos a ter em consideração requerem um tempo e uma ordem definida de tratamento, a fim de se alcançarem os objetivos pré-definidos de modo eficiente.

O planeamento estratégico torna-se fundamental no contexto da criação de um produto ou serviço turístico, dado que o turismo influencia e é influenciado pelas diversas componentes da vivência humana, sendo fundamental considerar que este produto ou serviço vai interferir no território e na comunidade, através das alterações na sua organização física, económica e cultural. Elifnaz Durusoy (2014) afirma que os campos do planeamento e da gestão de rotas culturais têm vindo a receber maior atenção nos últimos tempos e acrescenta que este processo em particular é extremamente complexo, pelo que persiste a falta de uma estrutura clara e definida para a criação de rotas turísticas. Esta lacuna existente na literatura científica encontra-se apenas atenuada pelo trabalho de algumas organizações (ICOMOS, 2008) e investigadores (Meyer, 2004; Ramírez, 2011; Figueira, 2013; Timothy e Boyd, 2015), cujos trabalhos se direcionaram na criação de diretrizes gerais.

Antes de mais, aquando do processo de planeamento de uma rota turística é importante perceberem-se algumas linhas gerais fundamentais. Referido por Javier Ramírez (2011), na etapa inicial do desenho da rota salienta-se, por um lado, a necessária intervenção de especialistas e entidades especializadas (externos ao destino) que trabalhem em conjunto com a administração local e com grupos de interesse (*stakeholders*), a fim de desenvolver as linhas estratégicas do planeamento. Por outro lado, ainda numa fase inicial, defende também a necessidade de aplicar as metodologias previamente definidas e estabelecidas pelas entidades nacionais e internacionais, para a criação do produto rota. Estes dois princípios gerais acabam por ser fundamentais quando se planeia a criação de uma rota, visto que antes de dar início ao processo em si, é preciso haver uma perceção de quem irá atuar e de que maneira o fará, tudo isto numa ótica de trabalho metodologicamente organizado e repartido entre os vários *stakeholders*.

Dorothea Meyer (2004) enfatiza a ideia de que o planeamento de rotas turísticas tem a sua essência na criação de redes, afirmando que “uma boa estrutura para uma região é construir e manter acordos colaborativos entre o governo e o concelho local, empresas privadas e associações, a atividade turística e as comunidades locais” (Meyer, 2004, p. 16). Expõe também aquelas que considera serem as componentes fundamentais na criação de rotas, nomeadamente o desenvolvimento de produtos inovadores, que afirma passar pela conceção de uma imagem de marca para o destino, pelo foco no público-alvo que pretende atrair, pela identificação dos recursos locais e, simultaneamente, a aposta em negócios sustentáveis a longo prazo. A autora refere a atenção à escolha de estradas ou trilhos que atraiam e satisfaçam adequadamente a procura turística, assim como aos equipamentos fundamentais para a viabilidade de uma rota, que vão desde a sinalética, as áreas de descanso devidamente equipadas, até aos equipamentos de apoio a rotas mais longas (como o alojamento ou a restauração).

E como último elemento fundamental apresenta a questão do acesso, que considera um requisito relevante, dado que os bons acessos atribuem às rotas uma maior atratividade.

Neste contexto da criação de rotas, Figueira (2013) elaborou o Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, uma obra que pretende contribuir para “o preenchimento de uma lacuna no domínio da bibliografia disponível para elaboração de Rotas em turismo cultural” (Figueira, 2013, p. 14). O manual contempla vários aspetos que vão desde a teoria subjacente à roteirização até à estruturação efetiva de uma rota, pelo que o fundamento do documento se baseia, essencialmente, na premissa de que todo o seu planeamento deve obedecer a uma sequência de passos metodologicamente delineados. Desta forma, considera a diversidade de recursos que são envolvidos ao longo deste processo, nomeadamente humanos, materiais, informativos e financeiros (Figueira, 2013), constituindo elementos obrigatórios para as etapas que define como principais na estruturação de rotas, estando estas listadas na seguinte ordem:

- (i) apresentação da proposta e envolvimento dos atores;
- (ii) definição da equipa, de competências e de funções;
- (iii) levantamento e classificação hierárquica das atrações;
- (iv) estudo de mercado e definição de segmentos-alvo;
- (v) identificação de impactos e enquadramentos;
- (vi) roteirização: definição de rotas temáticas, seus itinerários e circuitos;
- (vii) implementação das rotas: iniciativa privada ou público-privada;
- (viii) teste das rotas e estudo dos custos, receitas e preços a praticar;
- (ix) qualificação dos serviços e organização dos contextos: procedimentos e regulamentos;
- (x) promoção e comercialização;
- (xi) monitorização, avaliação e melhoria.

De acordo com Figueira (2013) a criação de rotas turísticas deve considerar os “procedimentos técnicos comuns, normalizados em função dos objectivos estratégicos que decorrem dos planos de desenvolvimento turístico, respectivamente, europeus, nacionais e das regiões mas, sempre, tomando conta da singularidade de cada caso em presença” (Figueira, 2013, pp. 23-24). O que quer dizer que, antes de iniciar o planeamento de qualquer produto como uma rota turística, é imperativo observar os procedimentos que são normalizados pelas entidades de relevância neste contexto.

Assim, já perante a perspetiva de uma entidade internacional, o *International Scientific Committee on Cultural Routes*, pertencente ao ICOMOS, elaborou o documento denominado *The ICOMOS Charter on Cultural Routes*, onde se refere que “o conceito de Rota Cultural requer uma metodologia específica para a sua pesquisa, avaliação, proteção, preservação, conservação, uso e

gestão” (ICOMOS, 2008, p. 8). E considerando que esta metodologia exige um conjunto de ações devidamente coordenadas e integradas, o documento estabelece seis pontos fundamentais:

- (i) a pesquisa deve recorrer a várias **equipas de investigação**, de carácter **multidisciplinar** e debruçar-se sobre os pontos da rota (cada um em particular e num todo);
- (ii) o **financiamento** é referido como algo que deve ser adquirido progressivamente (com acordos de cooperação) e em concordância com as etapas do projeto, porém o total deve ser estimado e as prioridades definidas inicialmente;
- (iii) a **avaliação, proteção e preservação ou conservação do território e património** são aspetos que devem ser abordados rigorosamente, particularmente a avaliação da autenticidade dos lugares e dos impactos da rota, sendo que implicam o seguimento de normas legais;
- (iv) o **uso sustentável da rota** no sentido do desenvolvimento sustentável do território, e a sua relação com as atividades turísticas que devem complementar a rota;
- (v) a **gestão** que tem de ser adequada, cobrir todas as atividades e garantir a sua **coordenação**;
- (vi) a **participação pública** apresenta-se como ponto fundamental, dado que a comunidade deve participar na criação e na aplicação prática da rota.

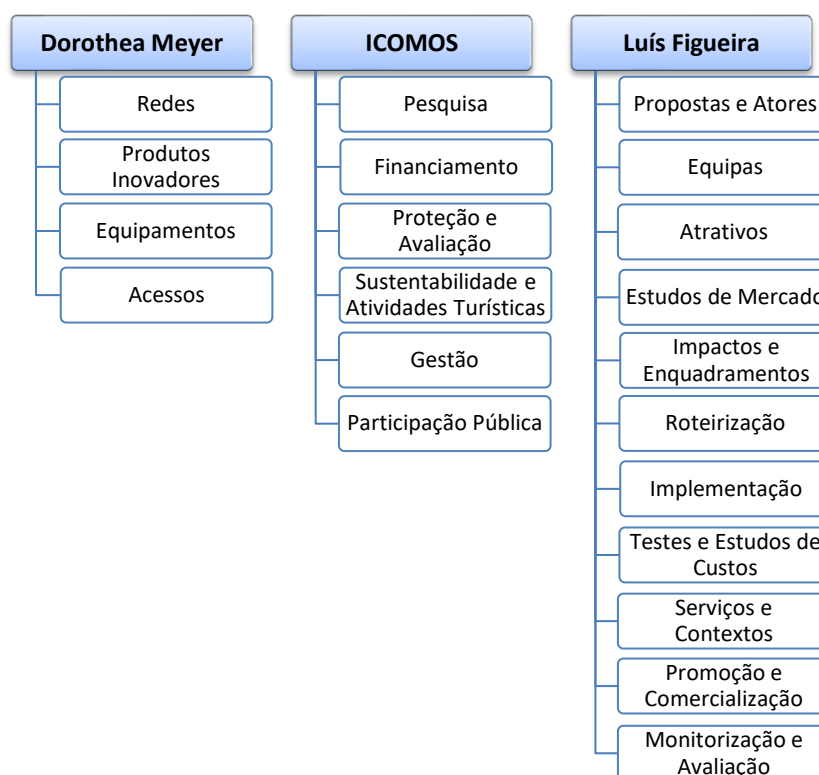


Figura 21: Síntese dos Aspetos Fundamentais a Considerar na Criação de uma Rota

Fonte: Meyer (2004); ICOMOS (2008); Figueira (2013) (adaptado)

Em suma, Meyer (2004) e Figueira (2013) apresentam diferentes interpretações no que concerne às múltiplas etapas a percorrer para a estruturação de uma rota. De modo mais sintético como Meyer (2004) ou mais detalhado como Figueira (2013), existem conceções que se mostram transversais, nomeadamente o envolvimento de múltiplos atores em rede que consta imediatamente no topo das linhas gerais (Figura 21). Em contrapartida, além de Figueira apresentar uma listagem mais completa das várias componentes que contempla, o elemento que mais significativamente o diferencia é a noção de continuidade, patente na monitorização que deve ser realizada mesmo após a criação e a implementação da rota. Quanto à entidade ICOMOS, apresenta de modo sucinto as principais etapas e especifica duas importantes componentes que não constam entre as referências bibliográficas analisadas, nomeadamente a pesquisa, que deve receber particular atenção mesmo antes do início dos trabalhos, e o financiamento, sem o qual o projeto não prossegue.

Recentemente, Timothy e Boyd (2015) publicaram uma obra que incorpora a investigação que têm vindo a desenvolver na área do planeamento e desenvolvimento de percursos (*trails*) e rotas, na qual declaram que “diversos estudiosos delinearam vários processos de planeamento para a criação de rotas e trilhos, cada um com as suas forças e fraquezas” (Timothy & Boyd, 2015, p. 180). Na publicação apresentam dois modelos de planeamento: um esquema de Hugo (1999), focado na criação de um *ecotrail* através de cinco fases, nomeadamente a análise, planeamento, avaliação, implementação e monitorização; e outro de McNamara e Prieaux (2011), para percursos pedestres, que apresenta as fases de estudo, objetivos, análise e plano de *design*, implementação e monitorização. Contudo, os autores não apresentam um modelo próprio de planeamento, destacando seis elementos que consideram indispensáveis ao processo:

- (i) o **financiamento** é referido como algo escasso e imprevisível no desenvolvimento de rotas e deve-se procurar diferentes maneiras de o arranjar, contudo salienta-se a importância da procura pela independência financeira das entidades responsáveis pelas rotas;
- (ii) a **participação de voluntários** encontra-se relacionada com o tópico anterior, na medida em que se consegue economizar, além de poder envolver a comunidade local ou até estudantes no planeamento e funcionamento da rota;
- (iii) a **aquisição de direito de uso dos terrenos** é descrita como uma das tarefas mais complicadas, demoradas e dispendiosas no processo de criação de rotas ou trilhos, não obstante, na maioria dos casos a questão resolve-se com acordos entre as entidades e os proprietários dos terrenos;
- (iv) o **desenvolvimento participativo**, que não é mais do que o envolvimento da comunidade durante o processo, que é visto numa lógica de desenvolvimento sustentável para a comunidade local;
- (v) a **cooperação e colaboração** entre múltiplos *stakeholders* apresenta-se fundamental para a conceção e o bom funcionamento da rota;

(vi) e a **temática** surge como um fator crítico de reflexão aquando da criação do conceito e da essência da rota, considerando-se que as que têm mais visibilidade apresentam uma temática específica.

A exposição feita nos parágrafos anteriores permite perceber que não existe um modo único e universalmente aceite para a criação de rotas turísticas. Visto que tanto a sua criação como o seu funcionamento variam significativamente, de acordo com a tipologia ou o enquadramento da rota em questão. É possível perceber que ao longo do tempo os autores vão apresentando contributos cada vez mais completos relativamente às componentes envolvidas nesta questão e, conseqüentemente, apresentando maior complexidade. Os vários contributos, uns mais exaustivos do que outros, atribuem uma certa consistência à bibliografia e contribuem no sentido da possibilidade da futura criação de linhas orientadoras universais aplicadas à criação de rotas turísticas. Neste seguimento, e para a elaboração deste trabalho de investigação, serão considerados os contributos dos autores apresentados neste capítulo, de modo a elaborar uma proposta consistente e que consiga englobar os aspetos mais pertinentes para a estruturação coerente da Rota do Mosaico Romano.

4.2.1. Fatores Críticos de Sucesso de uma Rota Turística

Da mesma maneira que foi constatado anteriormente o facto de não existir um modelo único para a criação de rotas, também não existe um paradigma que sirva de base para garantir o sucesso de qualquer produto turístico, nem particularmente das rotas turísticas. Neste âmbito, a Organização Mundial de Turismo declara que esse decorre “apenas da análise aprofundada dos recursos disponíveis e das comunidades envolvidas, assim como da preparação de um plano de ação que se foque em gerar experiências significativas e únicas através de rotas culturais” (UNWTO, 2015, p. 34). A organização salienta também aspetos fundamentais como: o envolvimento de múltiplos *stakeholders*; uma gestão público-privada, na qual as políticas públicas se apoiam no setor privado; um bom plano de marketing e promoção turística; o recurso a voluntariado; ou a colaboração com associações.

Não sendo os únicos elementos a ter em consideração para alcançar maior sucesso na implantação de uma rota, esses são os exemplos que a Organização Mundial de Turismo refere como sendo fatores chave para que se opere no sentido do sucesso. E relativamente à mesma questão, Meyer (2004) enumera e detalha aqueles que considera alguns “ingredientes chave” (Meyer, 2004, p. 14) para o desenvolvimento de rotas bem-sucedidas, dos quais se podem inferir cinco categorias distintas (Figura 22): a cooperação; os produtos e os equipamentos; a comunidade local; a promoção turística; e as oportunidades.

Cooperação	Produtos e Equipamentos	Comunidade Local	Promoção Turística	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Redes cooperativas entre entidades • Pensamento regional • Liderança 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos inovadores • Equipamentos direcionados ao visitante e à comunidade • Facilidade de acesso 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento no planeamento e na manutenção • Desenvolvimento de microempresas • Inovação nas suas formas de envolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de uma procura constante e estável 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco na inclusão e coesão social

Figura 22: Os Cinco Conjuntos Chave para a Criação de Rotas Bem-Sucedidas

Fonte: Meyer (2004) (adaptado)

Meyer (2004) compõe uma listagem bastante heterogénea daqueles que considera os elementos principais para que uma rota consiga ser bem-sucedida, posicionando-se favoravelmente no mercado turístico. Porém, é importante salientar o terceiro conjunto de fatores por este se apresentar focado nas comunidades locais que, como já foi referido, têm um papel fundamental no desenvolvimento da rota. Neste sentido, tanto Meyer (2004) como a Organização Mundial de Turismo (2015) consideram este fator imperativo no sucesso de uma rota turística, dado que a vontade de colaboração da população local e o nível de empenho que esta coloca na sua participação, traduz-se no maior ou menor sucesso da rota. Assim, geralmente, quanto mais benéfica for a criação de uma rota turística para a comunidade local, maior é a sua colaboração no seu desenvolvimento e também o seu empenho para que esta seja implementada com sucesso.

Em relação a esta questão, Claudete Moreira (2013) aponta algumas componentes essenciais aquando da estruturação de uma rota turística, afirmando que “lacunas em termos de identificação, ausência de marcação, de sinalética, de placas direcionais, de painéis interpretativos, de uma ficha técnica, compromete a sua frequência por parte dos turistas” (Moreira, 2013, p. 266). A autora associa estas falhas a uma débil estruturação da rota, que condicionam o seu posicionamento entre o mercado de oferta e, conseqüentemente, o seu sucesso perante a procura. Posto isto, tendo em consideração, por um lado, os elementos que mais se cruzam entre os diferentes modelos para o desenvolvimento eficiente de uma rota e, por outro, os expostos fatores para o seu sucesso, segue-se um agrupamento daqueles considerados os elementos fundamentais para o sucesso na implementação de uma rota turística, nomeadamente:

- (i) **planeamento estratégico** com as etapas bem definidas;
- (ii) **gestão adequada dos recursos** endógenos disponíveis;
- (iii) **procura de parcerias** com benefícios para ambas as partes interessadas;

- (iv) envolvimento da comunidade local** em todas as etapas de planeamento e implementação da rota;
- (v) aposta na inovação e na diferenciação** perante os produtos já existentes no mercado, com recurso à criação de uma marca que defina a identidade da rota;
- (vi) proporcionar experiências e atividades** únicas e pessoais;
- (vii) preparação de infraestruturas e equipamentos** (como a sinalética) adequados e suficientes para o bom funcionamento da rota;
- (viii) captação de diferentes públicos** através de uma oferta mais direcionada;
- (ix) plano de marketing e promoção turística adequado** e que recorra às novas tecnologias;
- (x) monitorização contínua** para dar resposta imediata a qualquer adversidade ou evitá-la.

Não querendo com isto afirmar que se devem descurar todos os outros elementos, pois cada um deles detém um papel fundamental no desenvolvimento de uma rota, é importante que haja um maior foco em algumas componentes, em particular quando esta já está implementada. Ou seja, realizado o planeamento adequado à rota em questão e com o uso eficiente de todos os seus recursos, após a implementação da rota destacam-se algumas componentes que requerem maior atenção para que continue a responder às necessidades do turismo e da população local. Neste contexto é de destacar a importância de uma monitorização próxima e continuada, de modo a que os propósitos da rota sejam sempre cumpridos e também que esta não perca a sua qualidade, antes pelo contrário, que seja regularmente alvo de melhorias. Uma monitorização que a adeque às circunstâncias, ao tempo e ao espaço.

4.2.2. O Marketing Aplicado às Rotas Turísticas

Na Enciclopédia de Turismo coordenada por Jafar Jafari e Honggen Xiao (2016), o marketing é definido como uma noção dinâmica que “evoluiu num grande salto de um conceito puramente orientado para vendas e mecanicista (fluxo de bens e serviços de produtor para consumidor) para uma filosofia de negócio e pesquisa orientada para o mercado” (Mazanec, 2016, p. 589). Deste modo, o processo de marketing envolve o estabelecimento de objetivos e um planeamento adequado para os alcançar, cuja finalidade passa fundamentalmente por influenciar o comportamento das pessoas. Para que tal seja possível, é importante que as organizações tenham em consideração as necessidades do público, particularmente do seu público-alvo, de modo a criar produtos ou serviços que consigam satisfazê-las e, conseqüentemente, alcançar uma vantagem competitiva (Mazanec, 2016). Esta vantagem representa um passo fundamental para que o destino se consiga afirmar e posicionar-se estrategicamente no mercado local e global.

Philip Kotler e Gary Armstrong (2018), na sua primária definição do conceito, vão além da referida orientação para o mercado e defendem que “marketing é envolver os clientes e gerir relacionamentos lucrativos com os clientes” (Kotler & Armstrong, 2018, p. 28). O plano de marketing deve, deste modo, formar uma estratégia no sentido da criação desse relacionamento, recorrendo a um conjunto de ferramentas de *marketing mix*, que se agrupam nos denominados Quatro Ps: produto (*product*); preço (*price*); lugar (*place*); e promoção (*promotion*) (Kotler & Armstrong, 2018). Por conseguinte, estes quatro campos de atuação devem ser considerados de modo a que se consiga criar um serviço ou produto que seja valorizado pelo consumidor e se posicione entre a oferta (Figura 23). Além disso, a criação de uma imagem de marca identifica e acrescenta valor ao produto ou serviço no momento da sua aquisição, tornando-se uma base sólida para a obtenção da confiança do público-alvo e, conseqüentemente, para o posicionamento da empresa no mercado.



Figura 23: Os Três Principais Efeitos Pretendidos com o *Marketing Mix*

Fonte: Kotler & Armstrong (2018) (adaptado)

No que respeita ao marketing de rotas turísticas, este tem como característica intrínseca o facto do seu planeamento contemplar todos os pontos de interesse de modo holístico, criando uma marca que é utilizada para a sua comercialização coletiva. Deste modo, permite-se um “uso mais eficaz dos recursos agrupados dos membros da rota, mas também aumenta as hipóteses de sucesso para a rota como um todo e para os membros da rota individualmente” (McLaren, 2011, p. 72). Contudo, “é uma tarefa desafiadora criar uma marca coesa para a rota” (McLaren, 2011, p. 73), pelo que a colaboração ativa de todos os envolvidos é fundamental para a criação dessa marca e para o seu estabelecimento e posicionamento no mercado.

Por outro lado, uma entidade ou empresa pode também recorrer ao benchmarking para melhorar os seus serviços ou produtos e destacar-se por uma proatividade que se torna vantajosa,

comparativamente a outras que optam pela passividade. Este processo permite às organizações ter “uma base para construir planos operacionais para alcançar e superar o padrão e promover uma consciencialização geral das oportunidades de melhoria de negócio” (Wöber, 2002, p. 2), ou seja, fornece-lhes conhecimentos teóricos que lhes permitem a criação de oportunidades para um melhor posicionamento no mercado. No sistema turístico, o benchmarking afirma-se, cada vez mais, como uma ferramenta fundamental para o posicionamento de serviços, produtos ou destinos no mercado turístico. Isto é, a partilha de conhecimento inerente a este processo, “ajuda a manter um negócio focado em satisfazer clientes, melhorar procedimentos e alcançar reputação de classe mundial” (Wöber, 2002, p. 11).

Por conseguinte, as rotas, como produtos turísticos podem e devem fazer uso deste processo, pois a recolha de conhecimento e a perceção de diferentes práticas proporciona uma maior facilidade em encontrar os procedimentos estratégicos mais adequados a cada caso. Além disso, ter a perceção do modo de atuação das rotas turísticas de outros destinos é essencial para que se consiga trabalhar o conhecimento adquirido e empreendê-lo no fomento dos seus recursos endógenos, agindo em direção à diferenciação. Estrategicamente, “observar exemplos de outras Rotas é avisado, porque os ganhos de projeto podem ser consideráveis” (Figueira, 2013, p. 71), isto se o benchmarking for bem planeado, devidamente executado e contínuo. Desta forma, num mundo cada vez mais globalizado, torna-se imperativo o uso de estratégias de observação e análise externas, de maneira a que se evite a reprodução de erros e se aprenda com as melhores práticas vigentes.

Em suma, as rotas apenas conseguem exercer o seu papel na valorização e dinamização dos territórios se forem corretamente estruturadas e dinamizadas, conseguindo adquirir notoriedade e atrair a procura que as entidades públicas e privadas ambicionam. Para tal, é importante que se adotem estratégias de marketing adequadas e é fundamental que haja uma contínua aquisição de conhecimento, tanto através das tentativas e erros da própria entidade, como através da observação e análise do trabalho realizado pelas entidades criadoras de outras rotas. Como tal, considerando a pretensão da MosaicoLab em utilizar a “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó” como motor para promover um destino de turismo criativo, é crucial um processo de marketing aplicado ao destino e à rota como produto turístico. Isto de modo a que se venha a consolidar um destino de turismo criativo competitivo e que responda às necessidades do seu público-alvo. Neste processo é imperativo que se realize uma avaliação interna e externa, visando um aperfeiçoamento progressivo.

4.3. As Rotas e o Turismo Criativo

Nos últimos anos tem-se assistido a uma afirmação da noção de Economia Criativa, que se incorporou no desenvolvimento económico a nível mundial e se destaca no sistema turístico sob a forma de turismo criativo. Esta vertente criativa na economia dos países, inicialmente abordada em alguns governos como no Reino Unido (1983) ou na Austrália (1994), tornou-se o foco do autor John Howkins que decidiu compilar numa obra as componentes pertinentes da relação entre a economia e a criatividade. O autor defende que a “criatividade não é necessariamente uma atividade económica, mas pode tornar-se quando produz uma ideia com implicações económicas ou um produto comercializável” (Howkins, 2002, p. 8), sendo que a conjugação destes dois conceitos permite a valorização de produtos e a obtenção de maior capital. Posto isto, a significância da criatividade na economia dos países tem vindo a receber um reconhecimento global, nomeadamente por parte das entidades governativas que procuram dar força às suas atividades criativas.

Neste seguimento, desde 2004 que a *United Nations Conference on Trade and Development* se tem esforçado no sentido de posicionar a Economia Criativa na agenda de desenvolvimento mundial, recorrendo à criação do programa *UNCTAD Creative Economy Programme* e da plataforma de partilha de informação *UNCTAD Creative Economy Network*. A entidade defende que o conceito não possui uma definição universal e salienta o seu carácter evolutivo, cuja base está na interligação entre criatividade, conhecimento e tecnologia. Três elementos que caracterizam as denominadas ‘indústrias criativas’, que se têm vindo a afirmar conjuntamente com a economia criativa, e que permitem uma constante inovação na criação e prestação de serviços e produtos. Esta é uma abordagem que se aplica adequadamente às indústrias que estão direta e indiretamente relacionadas com o turismo, no sentido em que permite um estímulo mútuo no desenvolvimento turístico, através do recurso às tais atividades criativas.

Desta forma, as indústrias criativas fazem a ponte que relaciona a economia criativa ao desenvolvimento do turismo criativo, pelo que a OECD as define como “atividades criativas baseadas no conhecimento, que ligam produtores, consumidores e lugares, utilizando tecnologia, talento ou habilidade para gerar produtos culturais intangíveis significativos, conteúdo criativo e experiências” (OECD, 2014, p. 14). E como o próprio conceito indica, esta atividade fomenta a criação de redes e sinergias entre os vários produtores e prestadores de serviços, que incrementam o desenvolvimento do sistema turístico, particularmente da oferta turística, através da criatividade, culminando no incremento de um turismo criativo.

Neste âmbito, é fundamental salientar o autor Greg Richards (2014; 2018), que se destaca pelo trabalho realizado nesta área e pela autoria deste conceito. Ao observar a alteração no paradigma da

oferta cultural em que a criatividade tomou o lugar da passividade na maneira como os produtos e serviços estavam dispostos ao consumidor, assim como a sua extensão à oferta turística, Greg Richards e Crispin Raymond (2000) definiram o conceito de turismo criativo como “turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em cursos e experiências de aprendizagem que são características do destino de férias onde são realizados” (Richards & Raymond, 2000, p. 18). Os autores afirmam que a criatividade aplicada ao turismo permite acrescentar maior valor aos produtos e serviços turísticos, assim como permite encontrar novas oportunidades para a inovação nos mesmos.

É igualmente importante referir o trabalho que tem vindo a ser realizado por Nancy Duxbury, investigadora associada ao CES. A autora tem tido um papel ativo na investigação sobre a relação entre a cultura e o turismo criativo, integrando múltiplos projetos, entre os quais se encontra o CREATOUR, do qual a mesma é coordenadora. Neste sentido, Nancy Duxbury e Greg Richards são autores de referência na investigação sobre este segmento turístico, o qual consideram “uma área de turismo de nicho que emergiu tanto como um desenvolvimento do turismo cultural como em oposição à emergência do ‘turismo cultural de massas’” (Duxbury & Richards, 2019, p. 1). Estes autores realçam o papel das ‘pessoas’ e do ‘lugar’ como recursos endógenos capazes de inspirar o desenvolvimento de atividades criativas, fomentando uma interação mais dinâmica dos visitantes com a cultura local.

Esta conjuntura proporcionou o desenvolvimento da *Creative Tourism Network*, uma entidade criada no ano de 2010, que se responsabiliza pelo desenvolvimento e pela gestão do turismo criativo a nível internacional. Esta organização sem fins lucrativos tem como finalidade a promoção dos destinos que enveredem pelo turismo criativo para desenvolverem a sua atividade turística, atribuindo-lhes um selo de *Creative Friendly Destination* que lhes permite um melhor posicionamento no mercado de turismo criativo. Assim, entre os serviços prestados pela CTN encontram-se o acompanhamento de projetos e a organização de eventos que procuram prestar um auxílio personalizado e adequado a cada destino. Por fim, esta organização, que acompanha as pesquisas de Greg Richards, adotou a sua própria definição de turismo criativo como sendo “a nova geração do turismo, que permite aos ‘viajantes’ descobrir e entender a cultura local participando de atividades artísticas e criativas com os moradores (co-criação de experiências)” (CTN, 2014).

Desta forma, o turismo criativo apresenta-se como um modo de materializar numa experiência turística a identidade e a autenticidade do destino, através da criação de cursos, *workshops* e eventos, da promoção de encontros de produtores criativos ou da constituição de espaços criativos (Richards, 2018). Uma das características salientadas entre a literatura científica relativa a este conceito é a valorização da componente intangível da cultura, que se torna a base da experiência turística através da cocriação de experiências. Ou seja, a partilha de conhecimento que é feita entre a comunidade local

e o visitante permite a envolvimento numa experiência de intercâmbio cultural, na qual a comunidade partilha a sua cultura e o visitante adquire o conhecimento através de práticas criativas e mais dinâmicas. E esta progressiva aposta no conteúdo criativo estendeu-se também às rotas turísticas, sendo que cada vez mais estas apresentam aos consumidores experiências que lhes permitem uma maior interação com a cultura local nos vários pontos da rota. Como exemplo desta criatividade podem referir-se as conhecidas rotas de vinhos, nas quais o visitante tem a possibilidade de participar em provas de vinhos ou até nas vindimas, tomando uma posição ativa e fazendo parte de uma experiência que leva consigo para casa.

4.3.1. O Valor da Experiência no Turismo Criativo e nas Rotas Turísticas

Com o decorrer do tempo e a evolução da sociedade, as tendências de consumo e os padrões dos consumidores alteram-se conjuntamente e, neste momento, vive-se aquilo a que Joseph Pine e James Gilmore denominam de Economia de Experiência. Estes autores aperceberam-se da tendência de que os consumidores “desejam experiências inquestionavelmente” (Pine & Gilmore, 1998, p. 97) e que, por esse motivo, as empresas adaptaram os seus produtos e serviços de modo a responder a esta procura, o que levou a uma clara “transição da venda de serviços para venda de experiências” (Pine & Gilmore, 1998, p. 98). Deste modo, é possível ver cada vez mais a oferta de experiências incorporadas em qualquer serviço apresentado ao público. Pelo que a sua promoção e divulgação começou a integrar o apelo às emoções e aos sentimentos que a vivência dessa oferta, como uma experiência particular e em detrimento da sua mera aquisição, pode proporcionar aos indivíduos a nível pessoal.

Este modo de atuar passou a ser adotado entre a oferta no sistema turístico, no qual, além de se venderem os produtos e serviços turísticos, se começaram a vender experiências. Contudo, esta não se foca apenas em entreter o público, algo salientado pelos autores Pine e Gilmore (2011), que determinam as quatro dimensões que envolvem a oferta de uma experiência. Segundo estes, o entretenimento, a educação, o escapismo e a estética apresentam-se como “domínios mutuamente compatíveis que frequentemente se misturam para formar encontros exclusivamente pessoais” (Pine & Gilmore, 2011, p. 47). Os mais evidentes e bem-sucedidos exemplos desta venda de experiências no turismo são os parques temáticos, como é o caso da Disney, uma companhia que consideram marcar o início da proliferação do valor da experiência. Os parques da Disney caracterizam-se pelo envolvimento dos seus trabalhadores e do público num mundo de sonho e imaginação. Aqui a experiência acrescenta um grande valor à oferta e vai ao encontro dos interesses do atual turista, que mostra uma preferência crescente por esta vivência.

A criação de serviços personalizados, orientados para a oferta da experiência, que visa satisfazer “o desejo de auto-atualização e expressão criativa por parte dos consumidores está também a levar a uma maior ‘cocriação’ dessas experiências entre consumidores e produtores” (Richards, 2014, p. 6). O que significa que se observa uma forte tendência para a combinação entre o turismo, a criatividade e a interação entre quem fornece e quem adquire o serviço ou produto, permitindo a criação de toda uma nova dinâmica no campo do turismo, nomeadamente em nichos como o turismo criativo. O património (material e imaterial), as tradições, as práticas e o conhecimento de uma comunidade são ótimas oportunidades para a dinamização do turismo criativo através da oferta de experiências.

No contexto das rotas, a sua criação e apresentação ao público é cada vez mais orientada no sentido da oferta de experiências dinâmicas. A tradicional conceção de rota turística de mera visitação a diferentes espaços através de um percurso pré-definido converteu-se num “modo de inserir o turista no território que visita, ligando-o a esse lugar pela experiência e informação que dele reterá” (Figueira, 2013, p. 108). Posto isto, qualquer rota deve recorrer à cultura e aos recursos do território onde se estende, criando uma narrativa a fim de envolver as pessoas na comunidade que visitam, como ilustram os exemplos da Figura 24, onde estão expostas algumas das experiências que as diferentes rotas têm disponíveis. Por conseguinte, já que o objetivo das rotas passa por transmitir a cultura local através de uma experiência pessoal e irrepetível, o propiciar de “uma ‘experiência memorável’ pode significar a participação em atividades que ajudam os turistas a entender e apreciar a história, o que requer mais do que simplesmente ouvir” (Timothy & Boyd, 2015, p. 113).

Rede das Aldeias do Xisto	Rota da Bairrada	Rota do Fresco	Rota do Românico	Rota Vicentina
<ul style="list-style-type: none"> • Canoagem e escalada • Visitação a monumentos e museus • Oficina de carpintaria • Curso de pintura sobre azulejo 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação às adegas e vinhas • Prova de vinhos • Experiência de surf • Tratamentos de saúde e bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> • Atelier de Pintura Mural a Fresco • Atelier de Caição 	<ul style="list-style-type: none"> • Percursos de BTT • Degustação de produtos locais • Rafting e aulas equestres • Tratamentos de saúde e bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> • Percursos de BTT e a cavalo • Degustação de produtos locais • Atelier de artes e ofícios com artesãos locais • Visitação a horta e apiário

Figura 24: Diversidade de Experiências Disponíveis em Algumas Rotas de Portugal

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Nesta medida, Portugal destaca-se por possuir um vasto e diversificado património que permite a criação de roteiros temáticos e experienciais, constituindo uma parte fundamental da oferta turística um pouco por todo o território. A estratégia de turismo nacional ressalta os ativos estratégicos qualificadores “que enriquecem a experiência turística e/ou acrescentam valor à oferta dos territórios, alavancados pelos ativos diferenciadores do destino” (TP, 2017, p. 46), como é o caso das rotas que assentam nos recursos endógenos e lhes atribuem o fator experiencial através do seu dinamismo. Quanto à região Centro de Portugal, o Plano Regional de Desenvolvimento Turístico segue a mesma linha de pensamento no que concerne à valorização da experiência turística, através da aposta em Experiências Turísticas Integradas (TCP, 2019). Assim como a Estratégia Integrada de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020 quando refere a “criação de conteúdos e a oferta de experiências associadas ao património cultural e ambiental” (CIM|RC, 2014, p. 55) numa das iniciativas para afirmar a região como destino turístico.

Capítulo V – Metodologia da Investigação

No presente capítulo apresenta-se uma componente mais prática, de aplicação de conhecimentos. Deste modo, alia-se uma abordagem ao trabalho já realizado pelo CREATOUR e pela Associação MosaicoLab.pt, com a apresentação da técnica de investigação utilizada no presente trabalho. Numa primeira parte, o capítulo integra aquilo que tem vindo a ser feito em prol da rota, para que se possa perceber o que mais pode vir a ser concretizado para a estruturação da Rota do Mosaico Romano, recorrendo à informação obtida através das entrevistas realizadas a atores estratégicos e expostas numa segunda parte do capítulo.

5.1. Precedências do Projeto da Rota do Mosaico Romano

Como já foi referido, é no projeto **CREATOUR** (Figura 25) que se encontra a génese da Associação MosaicoLab.pt ou MosaicoLab, entidade criadora dos projetos “Mosaico – Conímbriga e Sicó” e “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”. Desde novembro de 2016 até abril de 2020, sob a coordenação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o projeto CREATOUR tem como principal objetivo “desenvolver e implementar uma abordagem integrada e um plano de investigação centrados no turismo criativo em cidades de pequena dimensão e áreas rurais em Portugal” (CREATOUR, 2017). Por outras palavras, o projeto focou-se na procura e seleção de propostas apresentadas por várias entidades, cujo plano de ação passasse pela implementação de iniciativas de turismo criativo em territórios rurais ou em cidades de menores dimensões, com a finalidade de fomentar o seu desenvolvimento.



Figura 25: Logotipo do Projeto CREATOUR

Fonte: CES (s.d.)

Assim, investindo no turismo criativo em Portugal, o CREATOUR prioriza a interligação entre a criatividade e o destino, através da dinamização da cultura local. Com a criação deste projeto, o CES definiu metas cujos resultados espera ver alcançados até ao final do período estabelecido e que integram as linhas de atuação do projeto. Assim, entre estes podem encontrar-se: o fomento integrado dos setores criativo, cultural e turístico nas cidades de pequena dimensão e áreas rurais; a criação de

uma rede constituída por quarenta projetos de turismo criativo; o recurso aos **IdeaLabs** numa ótica de desenvolvimento e aprendizagem; a avaliação e monitorização das iniciativas-piloto; o planeamento de três conferências anuais internacionais; e a promoção de cursos de formação e publicações especializadas. Entre estes aspetos que o CREATOUR tem vindo a executar, salientam-se as três conferências internacionais realizadas na Curia (2017), em Braga (2018) e em Faro (2019), nas quais investigadores e profissionais puderam partilhar as suas experiências.

Por conseguinte, a atividade do CREATOUR debruça-se sobre todo o território nacional (regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve) e engloba três grandes domínios de ação que incluem os **IdeaLabs**, as **Iniciativas-Piloto** e a formação de redes e *clusters*; que vão atuando ao nível da investigação, da realização das conferências e da elaboração de publicações. Os **IdeaLabs** constituem uma ação específica no sentido de manter um contacto contínuo com as **Iniciativas-Piloto**, auxiliando no seu desenvolvimento eficiente, através da concretização de **IdeaLabs** regionais e nacionais. Diretamente relacionadas com o turismo criativo, as **Iniciativas-Piloto** são desenvolvidas e postas em prática pelas entidades que fazem parte do projeto. E a **formação de redes e clusters** apresenta um foco na promoção da inter-relação entre as várias entidades no campo do turismo criativo, promovendo reuniões para a sua interação e discussão de estratégias.

Além disso, a ação do projeto CREATOUR é complementada com a colaboração de cinco centros de investigação de diferentes instituições universitárias, nomeadamente: o Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra); o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Universidade de Évora); o Centro de Investigação Sobre o Espaço e Organizações (Universidade do Algarve); o Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Instituto Universitário de Lisboa); e o Laboratório de Paisagens, Património e Território (Universidade do Minho).

Posto isto, toda a atividade e abrangência territorial observadas são possíveis através da ação exercida por quarenta entidades que se encontram distribuídas pelo território português (dez por cada uma das regiões anteriormente referidas). Estas têm um importante papel na criação e implementação de múltiplas atividades focadas no turismo criativo, através dos seus projetos e das suas iniciativas-piloto. Destacados pelo CREATOUR como co-investigadores, as entidades adquirem grande importância na contribuição para o seu progresso em todo o país e para o êxito no alcance dos objetivos deste projeto.

É de entre as referidas entidades que surge a **MosaicoLab** (Figura 26), uma associação sem fins lucrativos que atua na região Centro de Portugal desde setembro de 2017 e que tem como principal propósito a valorização do Mosaico Romano enquanto património cultural com capacidade para promover o desenvolvimento local e regional. Para atuar nesse sentido, a **MosaicoLab** deu

imediatamente início ao projeto **“Mosaico – Conímbriga e Sicó”**, enquadrado nos municípios de Condeixa-a-Nova, Penela e Ansião, cuja sede se encontra no Museu Monográfico de Conímbriga e a sua coordenação sob a alçada do Doutor Humberto Figueiredo. Este projeto contempla o desenvolvimento de programas culturais e criativos direcionados aos visitantes e turistas interessados na aprendizagem e no conhecimento do Mosaico Romano.



Figura 26: Logotipo da Entidade MosaicoLab

Fonte: Associação MosaicoLab.Pt (s.d.)

Este projeto é caracterizado pelas experiências que promove através de diversas atividades e iniciativas, nos diferentes sítios da rede, associando o património cultural ao turismo criativo. Deste modo, o património cultural que é o mosaico romano serve como base para o desenvolvimento de atividades que possam proporcionar experiências diferenciadoras e, simultaneamente, envolver os visitantes e turistas na paisagem cultural local. Desta forma, a associação MosaicoLab conduz as suas atividades com vista a um desenvolvimento local sustentável, através da dinamização dos sítios arqueológicos localizados nos referidos municípios. No fundo, esta entidade pretende exercer uma atuação inovadora no território, recorrendo ao turismo criativo como motor de projetos que consigam dinamizar o património romano, particularmente o mosaico romano existente na região de Sicó.

Pelo início do ano de 2019, a MosaicoLab complementou o seu projeto-piloto para o CREATOUR e iniciou um projeto autónomo denominado **“Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”**, na região Centro de Portugal, assente no património musivo romano dos três sítios arqueológicos já agregados pelo projeto-piloto. Desde modo, a rota tem como pontos de paragem: as Ruínas Romanas e o Museu Monográfico de Conímbriga (Condeixa-a-Nova); a *Villa* Romana e o Museu do Rabaçal (Penela); e o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Ansião). Tendo como principal objetivo o desenvolvimento de um destino de turismo criativo, esta rota reflete uma missão de valorização, proteção e reconhecimento do mosaico romano como património cultural e como expressão de criatividade. Este trabalho tem vindo a ser realizado por meio de uma oferta turística cultural e criativa, providenciando experiências pontuais, como visitas guiadas especializadas, *workshops* criativos e seminários, destinados a diferentes públicos e em vários idiomas, dando continuidade ao programa iniciado em 2017.

5.1.1. Diagnóstico da Situação do Projeto

Após o enquadramento do surgimento da entidade MosaicoLab e do seu projeto “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”, é importante que se apresente um diagnóstico das iniciativas que se têm realizado para a implementação e dinamização da Rota do Mosaico desde a sua criação. Assim sendo, de forma genérica, é possível perceber que a MosaicoLab tem vindo a realizar, anualmente, atividades em torno da rota que projetou, ou seja: em 2017 concretizou atividades no âmbito das Jornadas Europeias do Património; em 2018 as atividades enquadravam-se no Ano Europeu do Património Cultural; e em 2019 realizou a Festa do Mosaico e ciclos de *workshops*. Todas estas iniciativas encontram-se disponíveis nas plataformas *online* do Facebook, do Instagram e no website da MosaicoLab, através das quais são promovidas todas as atividades realizadas pela entidade, nomeadamente a divulgação da Rota do Mosaico.

Particularizando as ações anteriormente referidas, as atividades da MosaicoLab iniciaram-se em 2017, no âmbito das Jornadas Europeias do Património (22, 23 e 24 de setembro). Desenvolvidas pelo Conselho da Europa e pela União Europeia, estas jornadas visam enfatizar o património cultural e a diversidade de culturas, sendo que nesse ano se enalteceu a relação do património e da natureza na construção da paisagem cultural europeia. E foi neste seguimento que a MosaicoLab programou múltiplas atividades a realizar no mês em que decorreram as jornadas e pelos vários pontos da sua rota. As referidas atividades materializaram-se na realização de duas visitas guiadas com *workshops* integrados, na oferta de *workshops* pontuais nos espaços museológicos dos três pontos da rota e na concretização de um seminário enquadrado na temática das jornadas, em Conimbriga.

No ano seguinte, celebrou-se o Ano Europeu do Património Cultural, fomentado pela Comissão Europeia para advertir sobre o papel do património cultural nas estratégias de desenvolvimento sustentável dos territórios. Neste contexto, o programa de atividades da MosaicoLab desenrolou-se ao longo do ano inteiro, através de visitas guiadas aos três pontos da rota e *workshops* (em formato ocasional ou de curso), no Museu Monográfico de Conimbriga. Na sua programação desse ano destacam-se diversos momentos: a limpeza e monitorização de um dos mosaicos da Casa do Tridente e da Espada, em Conimbriga, e a visita guiada especialmente dedicada ao mosaico intervencionado; a sequência de *workshops* de mosaico na Páscoa; e a Festa do Mosaico, nas ruínas e no museu de Conimbriga, com atividades que permitiram aos participantes realizarem o seu próprio mosaico.

Já em 2019, sem qualquer enquadramento em atividades de carácter internacional ou a nível europeu, as atividades da MosaicoLab restringiram-se à realização: das visitas guiadas; dos *workshops* para visitantes ocasionais, oferecidos semanalmente ao longo de todos os meses; e da Festa do Mosaico, decorrendo no mesmo período e local do ano anterior. Exposto todo este conjunto de

iniciativas e atividades realizadas até ao momento por esta associação, no âmbito da Rota do Mosaico (Figura 27), torna-se pertinente uma referência ao Festival do Mosaico, que se encontrava agendado para junho e julho de 2020, mas teve de ser adiado devido à conjuntura atual, provocada pela pandemia SARS-CoV-2.

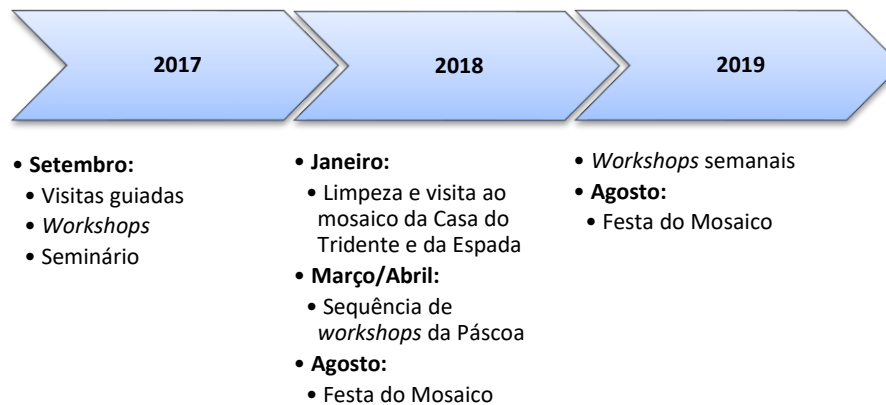


Figura 27: Principais Atividades Realizadas pela MosaicoLab (2017-2019)

Fonte: MosaicoLab (s.d.)

5.1.2. Caracterização da Oferta do Território

Para a implementação de qualquer projeto é fundamental que se proceda a uma exploração inicial do território, a fim de se obter conhecimento da oferta turística já existente no mesmo. Esta análise deve conseguir proporcionar um nível de conhecimento territorial que englobe todos os segmentos da atividade turística, além do foco naquele com que se pretende trabalhar, dado que é fundamental a criação de produtos ou de serviços que se diferenciem e distingam daqueles que o território já possui. Uma importante referência neste aspeto do conhecimento territorial é a Associação Terras de Sicó, cujo foco no desenvolvimento organizado do território visa a criação de “uma marca de referência” (Terras de Sicó, 2017). Neste seguimento, considerando o território que abrange a Rota do Mosaico, é necessário referenciar os diferentes locais de visita que apresentam maior destaque nos três municípios.

Primeiramente, os elementos que se destacam em Condeixa são aqueles que apresentam uma ligação direta com o património romano do município. Ou seja, o património enfatizado pelo próprio município passa primordialmente pelo PO.RO.S, um museu criado em 2017 que visa dar a conhecer a herança romana presente em Sicó, e por Conimbriga, cujo museu e ruínas romanas constituem a excelência do património do concelho. Por outro lado, o município promove igualmente outros locais de visita, entre os quais o Palácio dos Figueiredos (uma residência senhorial do século XVII), a Casa Museu Fernando Namora e as suas igrejas. Numa vertente mais relacionada com a natureza, destaca-

se a visitação ao miradouro da Senhora do Círculo, às Buracas do Casmilo e à Reserva Natural do Paul de Arzila.

Ainda na região de Coimbra, mas relativamente a Penela, verifica-se uma grande variedade de espaços naturais, capazes de proporcionar diferentes experiências dentro do turismo de natureza ou de aventura. Nesta área o município salienta as grutas de Algarinho e Talismã (importantes focos de espeleologia); a praia fluvial da Louçainha; a cascata da Pedra da Ferida; o miradouro de São João do Deserto ou o do Vale do Rabaçal; o Monte de Vez; e também a aldeia Ferraria de São João. No que se refere ao património edificado, o sítio arqueológico da *villa* romana do Rabaçal e o espaço-museu a este associado é complementado pelos castelos medievais de Penela e do Germanelo, pelas múltiplas igrejas do município, pelo Convento de Santo António e pelos pelourinhos de Penela e de Podentes.

Já pertencente a Leiria, o município de Ansião possui a sua história e cultura refletidas em diversas ofertas que apresentam ao público, nomeadamente: o Complexo Monumental de Santiago da Guarda; o forno medieval do Avelar, fonte de lendas populares da comunidade; a Casa-Museu de Fósseis de Sicó; as ruínas da Torre da Ladeia, uma construção com fins defensivos da Reconquista Cristã; a Quinta de Cima, que outrora fora um palacete real; ou as diversas capelas e igrejas com a sua significância religiosa. É igualmente importante o relevo que o município proporciona à arte tradicional, com a possibilidade de se visitar artesãos e assistir às manufaturas de cantaria, cestaria, latoaria, tecelagem e trapologia. Num ambiente mais ligado à natureza, Olhos d'Água é um local de destaque que permite observar a nascente do rio Nabão, assim como os miradouros da Melriça, da Serra da Portela, do Outeiro e do Quartinho ou as áreas de lazer como o Parque Verde do Nabão.

Particularmente no que diz respeito à oferta existente no segmento das rotas turísticas, em contexto local e de entre as rotas divulgadas pela Associação Terras de Sicó e pelos próprios municípios, existem algumas que passam pelo território em estudo. Por um lado, abrangendo os três municípios, encontra-se a Grande Rota Terras de Sicó, constituída por percursos pedestres distribuídos por oito etapas ao longo do território de Sicó, e cujo percurso da Rota do Queijo do Rabaçal atravessa as mesmas três localidades. Por outro lado, particularizando os municípios, Ansião é aquele que apresenta mais diversidade, contando com oito percursos pedestres; quanto a Penela e Condeixa, além da referida Rota do Queijo do Rabaçal, partilham também da Rota do Vinho Terras de Sicó. No contexto da região Centro de Portugal, estas localidades não se evidenciam em rotas que atravessam o país, contudo, o Turismo do Centro menciona os três concelhos na *road trip* elaborada para a região de Coimbra (percurso entre Coimbra e Lousã), assim como refere a paragem em Ansião no documento elaborado para a região de Leiria (percurso entre Louriçal e Pedrógão Grande).

Por último, a trabalhar em prol do turismo do território, apresentam-se os equipamentos e os agentes turísticos atualmente existentes nos municípios. Os dados disponibilizados pelo Registo Nacional de Turismo distribuem-nos por quatro áreas de atividade: os empreendimentos turísticos; os agentes de animação turística; os agentes de viagens e turismo; e o alojamento local (Figura 28). Desta forma, os dados mostram que, entre as quatro áreas, o alojamento local evidencia-se pela maior quantidade, apresentando oitenta e dois registos entre moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem, no conjunto dos municípios. A esta seguem-se os empreendimentos turísticos com onze registos, entre os quais se observam as casas de campo, os hotéis e o empreendimento de turismo de habitação. Por fim, os agentes de animação turística e os de viagens e turismo apresentam um total de quatro registos cada um, no entanto, enquanto os agentes de animação se distribuem pelos três municípios (em atividades culturais, de natureza ou aventura), os agentes de viagens e turismo localizam-se maioritariamente em Condeixa-a-Nova, sendo que em Ansião não se encontra nenhum registo.

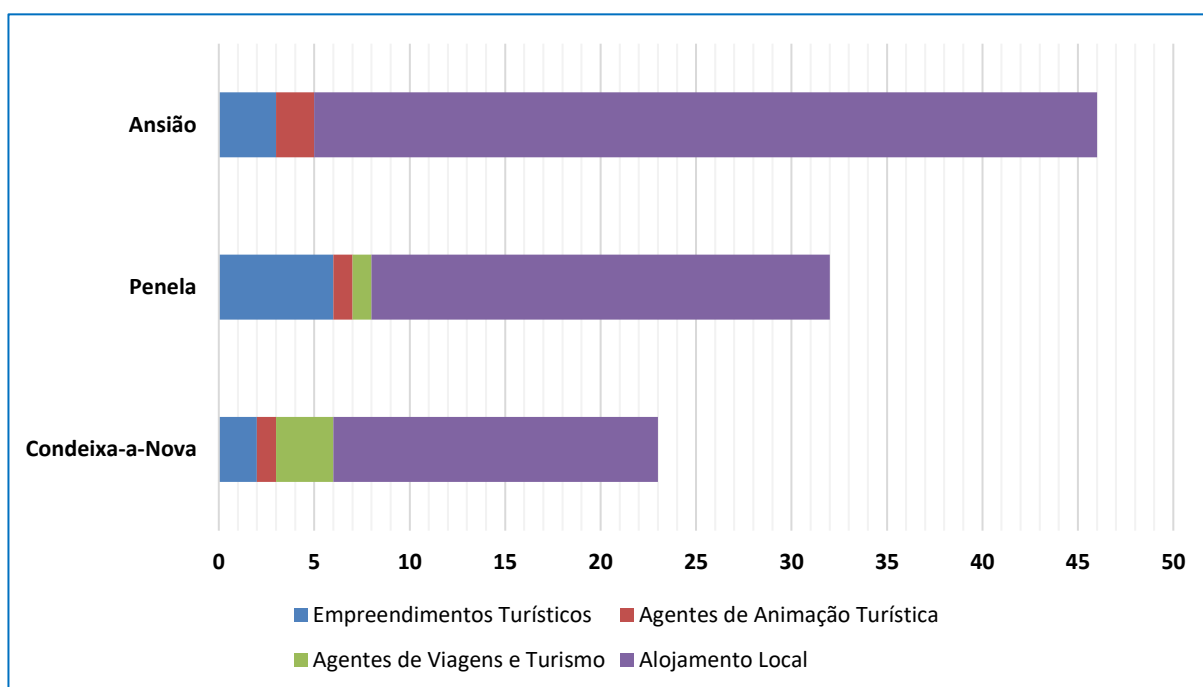


Figura 28: Número de Equipamentos e Agentes Turísticos Registados por Áreas de Atividade nos Municípios da Rota do Mosaico

Fonte dos dados: RNT (09/03/2020)

5.2. Abordagem Metodológica

De modo a complementar e conferir legitimidade à investigação teórica do presente trabalho, apresenta-se uma vertente mais prática do mesmo. No que diz respeito à investigação em turismo, distinguem-se duas abordagens que proporcionam a aquisição de diferentes tipos de informação. É possível proceder com técnicas de pesquisa que resultam em informação quantitativa (dados estatísticos) ou seguir métodos que permitam obter conhecimento qualitativo (tendências comportamentais) ou até uma conjugação de ambas as abordagens. Desta forma, a escolha da metodologia a utilizar por cada investigador depende, fundamentalmente, da natureza da investigação e do tipo de informação que este pretende adquirir. Contudo, “a questão das diferenças e respetivos méritos dos métodos quantitativos e qualitativos é indiscutivelmente a questão metodológica mais discutida nas ciências sociais e na investigação em lazer e turismo” (Veal, 2018, p. 43).

Posto isto, no contexto das ciências sociais, como é o caso dos estudos do turismo, a utilização do método qualitativo evidencia-se pela possibilidade de recolha de informação que reflete comportamentos, atitudes, experiências. Ou seja, em detrimento da informação tendencialmente numérica característica das ciências exatas, “o inquérito qualitativo pode gerar teoria a partir da investigação, deve enfatizar a compreensão do mundo a partir da perspetiva dos seus participantes e deve ver a vida social como sendo um resultado de interação e interpretações” (Phillimore & Goodson, 2004, p. 4). As autoras defendem a necessidade da coexistência de ambos os métodos na investigação em turismo, dado que cada um deles tem as suas valências, contribuindo de formas diferentes para a formação e consolidação de conhecimento turístico. Se, por um lado, a organização de dados estatísticos é importante para conhecer as tendências do turismo, por outro lado, a análise das motivações a estas associadas permite a compreensão da dimensão humana subjacente à atividade turística.

Por conseguinte, as técnicas qualitativas de recolha de informação a que frequentemente se recorre na investigação em turismo são as entrevistas (*in-depth interviews*), entrevistas em grupo (*focus groups*), observação, análise de texto, biografia e etnografia (Veal, 2018). Particularmente “de uma perspetiva prática, a relativa juventude da indústria, junto com a falta de dados limpos, sistemáticos, quantitativos, medindo a indústria do turismo, também contribui para a utilidade da técnica de entrevista no turismo” (Dwyer, Gill & Seetaram, 2012, p. 366). Ou seja, a complexidade e abrangência associada ao turismo e à investigação turística, obrigam a que seja necessário recorrer a técnicas que permitam uma ampla aquisição de informação, resultando em análises quantitativas ou qualitativas aprofundadas, como é o caso da entrevista. E é neste sentido que, ao longo dos últimos anos, o recurso à entrevista em profundidade se tem revelado adequado e tem sido recorrente nas

investigações desta área, podendo a entrevista ser apresentada como o único método de investigação ou utilizada junto com outros.

Quanto às entrevistas, estas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas, fazendo com que existam diferentes tipologias de acordo com a sua extensão, profundidade e estrutura. De acordo com Anthony Veal (2018), as entrevistas em profundidade (de carácter semiestruturado ou não estruturado) distinguem-se das entrevistas por questionário (de carácter mais estruturado) pela ausência de uma estrutura rígida; conferindo alguma liberdade de resposta por parte dos entrevistados e, conseqüentemente, uma maior extensão e profundidade de informação adquirida. Assim, a escolha das entrevistas em profundidade como método de recolha de informação debruça-se, essencialmente, sobre o facto de possibilitar a realização de questões abertas que permitam liberdade de discurso aos entrevistados. Desta forma, a informação recolhida sobre o tema em investigação apresenta uma maior profundidade e, de igual modo, reflete mais acertadamente as perspetivas e as experiências pessoais de cada entrevistado.

Como qualquer outra técnica de recolha de informação na área do turismo, o recurso à entrevista tem vantagens que se apresentam como uma mais valia para a investigação. Entre estas salienta-se a sua possibilidade de aplicação aos mais variados temas; de captação de alguns elementos através da observação da linguagem não verbal; ou de transmissão de conhecimento de carácter mais prático através da partilha de experiências. Por outro lado, existem algumas limitações na aplicação desta técnica de investigação, nomeadamente, o longo e metódico processo que inclui a preparação, realização, transcrição e análise das entrevistas; a eventualidade de uma falha de comunicação entre entrevistador e entrevistado que gere desentendimentos ou interpretações erradas; a falta de experiência na realização de entrevistas em contexto de investigação; as despesas de deslocação associadas à concretização de entrevistas presenciais; ou a forte dependência da palavra do entrevistado, cujo conhecimento que transmite determina a direção da investigação (Dwyer, Gill & Seetaram, 2012).

5.3. Entrevistas Semiestruturadas

A abordagem metodológica utilizada no presente projeto passou por um estruturado processo de preparação e realização de entrevistas. Numa primeira fase, foi estabelecido um primeiro contacto com atores estratégicos, de modo a aferir as suas disponibilidades para participarem nesta investigação, com recurso a um documento de consentimento informado (Apêndice 1). Neste documento foram expostos o enquadramento do trabalho de investigação e os objetivos associados, assim como foi solicitada a participação do seu destinatário e a utilização da informação obtida para

fins académicos. Numa segunda fase, as entrevistas foram elaboradas tendo por base algumas questões-padrão que foram complementadas por questões diferenciadas e individualizadas, de acordo com a área de atividade do entrevistado. Assim, assumindo um carácter semiestruturado, a composição das entrevistas contemplou quatro partes distintas, nomeadamente: a entidade e o território a que pertence o entrevistado; o turismo criativo; as rotas turísticas e o território; e a Rota do Mosaico Romano. Na Figura 29 é possível perceber os conteúdos gerais de cada uma das partes associadas à estruturação das entrevistas, assim como o objetivo principal de cada uma delas.

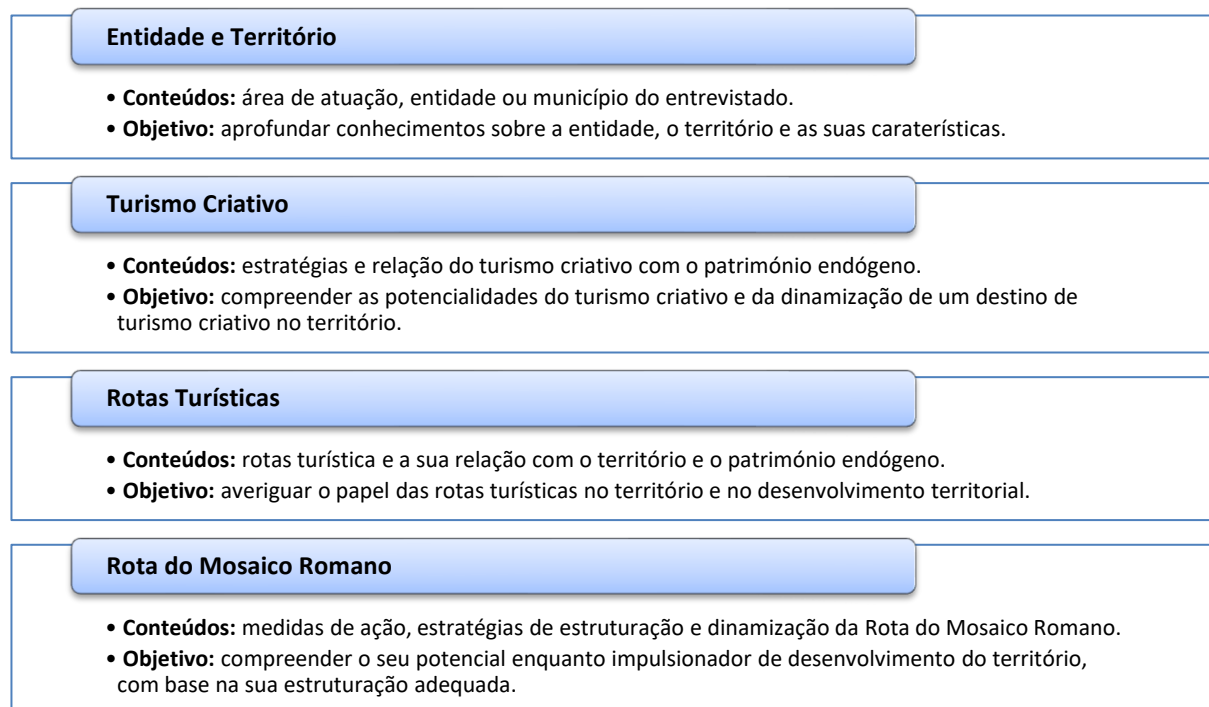


Figura 29: Conteúdo e Objetivo Associado a Cada Uma das Quatro Partes das Entrevistas

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Antes de iniciar a análise aprofundada das entrevistas, torna-se essencial expor os atores estratégicos entrevistados que constituem o painel. Desta forma, no Quadro 4 encontram-se as dez entrevistas realizadas a diferentes atores, durante o mês de julho e agosto do presente ano, tendo sido possível reunir com: dois atores da esfera política de cada um dos municípios de Penela e Ansião, municípios estes que tutelam dois dos sítios arqueológicos pertencentes à rota; dois responsáveis pelo sítio arqueológico de Conimbriga; o responsável pela incubadora HIESE, pelo seu papel como propulsora de novos projetos; e três atores pertencentes ao Turismo Centro de Portugal, por ser a entidade reguladora da atividade turística da região Centro do país. Desta forma, as entrevistas foram realizadas de modo presencial com a maioria dos entrevistados, à exceção de duas que necessitaram de ser concretizadas através de videochamada, contando sempre com a presença e o contributo do Doutor Humberto Figueiredo.

Quadro 4

Entrevistas Realizadas para o Trabalho de Investigação

Entrevistado	Cargo	Duração
José Ruivo	Diretor do MMC	2h08
Rafael Baptista ¹	Vereador no Município de Penela	0h56
Joaquim Sousa	Diretor Executivo da HIESE	1h04
Virgílio Correia	Serviço de Escavações do MMC	1h25
Victor Melo	Blog “Apoio ao Investimento Turístico” (TCP)	1h05
Cristina Bernardino	Vereadora no Município de Ansião	0h33
António Domingues	Presidente do Município de Ansião	0h40
Gonçalo Gomes	Núcleo de Apoio ao Investidor Turístico (TCP)	1h45
Rui Seoane	Vice-Presidente do Município de Penela	0h41
Filomena Pinheiro	Departamento de Operações Turísticas (TCP)	0h43

Elaboração Vanessa Costa (2020)

¹ A entrevista ao Dr. Rafael Baptista contou com a participação e contribuição do Professor Bruno Alves.**5.4. Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas**

Após a realização das entrevistas semiestruturadas, a transcrição das mesmas permitiu a sua leitura atenta, de modo a perceber e mais facilmente trabalhar toda a informação recolhida que, consequentemente, foi alvo de uma categorização (Apêndice 2). Executada como suporte para a devida análise de conteúdo, esta categorização repartiu a informação por três grandes conjuntos, nomeadamente relativos a turismo criativo, a rotas turísticas e à Rota do Mosaico Romano. Exposto esse conteúdo, procede-se a uma análise e discussão mais detalhadas de alguns pontos a destacar na criação de rotas, com um foco em medidas de ação primordiais e contributos concretos para a estruturação da Rota do Mosaico Romano.

Relativamente à primeira categoria, quando questionados sobre as potencialidades do **turismo criativo**, os entrevistados expuseram aspetos tanto do ponto de vista da oferta do território como do mercado de procura. Do primeiro ponto, é possível salientar a predominância de respostas que assentam na diversidade do território e na sua capacidade de criar novos produtos, serviços e experiências através da dinamização de uma oferta de turismo criativo. E do segundo, evidencia-se a capacidade deste segmento de turismo para estimular o público a conhecer o território, numa estada mais prolongada e de maior contacto com a cultura local. Neste sentido, valorizado pelos Doutores José Ruivo e Virgílio Correia, bem como pelos Drs. António Domingues e Filomena Pinheiro, o turista de nicho apresenta a particularidade de ir à procura daquilo que é diferente e genuíno e que pode ser encontrado no património local através da dinamização do turismo criativo.

Já no prisma das estratégias locais (existentes ou perspetivadas) assentes na criatividade para o desenvolvimento do turismo criativo no território, o enfoque passou pelas Residências Artísticas como locais de inspiração e de partilha de conhecimento, algo que segundo o Dr. Victor Melo, do Turismo Centro de Portugal, é “muito bem explorado na zona Centro”. Passou também pelas estratégias assentes no património endógeno da região como elemento diferenciador e possibilitador da criação de novas experiências criativas, um pouco por todo o seu território. Por último no que toca à possível afirmação de um destino de turismo criativo na região, os atores questionados salientam o potencial territorial, através da sua diversidade, identidade e capacidade de criação de equipamentos necessários ao seu desenvolvimento. Isto no sentido de conseguir alcançar metas que passam, essencialmente, pelo fomento da economia local e pela criação de valor territorial através da oferta de experiências. Nestas metas, é fundamental salientar algo referido pelo responsável da incubadora HIESE, Doutor Joaquim Sousa, que é o contrariar da tendência de despovoamento característica dos territórios rurais desta região.

Referente ao que foi mencionado pelos entrevistados no âmbito do turismo criativo, torna-se pertinente indicar dois aspetos. Por um lado, evidencia-se a importância deste segmento de turismo nos territórios de baixas densidades associados ao projeto, dado que, segundo o Dr. Rui Seoane, do município de Penela, “não podemos no nosso território estar a pensar no turismo de massas, porque não temos as capacidades para tal”. Quer isto dizer que o turismo criativo se torna uma alternativa mais sustentável nestes territórios, fazendo uso dos seus recursos endógenos sem comprometer a sua preservação ou a qualidade de vida dos seus habitantes. Este permite um desenvolvimento regional gradual, evitando os impactos associados ao surgimento instantâneo de um destino de turismo de massas. Por outro lado, apesar de esporadicamente mencionado, o recurso às novas tecnologias é fulcral para a dinamização do turismo criativo, pois como refere o Dr. Rafael Baptista, do município de Penela, estas “vêm estimular a criação de novas formas de trabalhar aquilo que é expressivo”. Algo que é complementado pelas palavras do Dr. António Domingues, do município de Ansião, quando afirma que sem as tecnologias da inovação e a criatividade “arriscamo-nos a ficar para trás e a não sermos capazes de acompanhar a evolução de um mundo diferente, moderno”. Deste modo, é preciso aprender com os destinos de turismo criativo existentes em Portugal e no estrangeiro, no sentido de adaptar as suas boas práticas à região de Sicó.

No que à segunda categoria diz respeito, relativamente às **rotas turísticas**, quando inquiridos sobre a sua importância no desenvolvimento territorial local, destacaram-se quatro aspetos. Entre esses, foram transversais ao maior número de entrevistas o desenvolvimento económico e a visibilidade territorial, refletindo-se numa clara noção de que este tipo de investimento no território se traduz num complemento da sua oferta turística e, conseqüentemente, da sua visibilidade perante

outros destinos. No contexto da ação turística do município de Penela, o Dr. Rafael Baptista defende que, além da preservação, a visibilidade e o conhecimento são imperativos, no sentido em que “fomenta o tal princípio de identidade e, também, cria esse sentido de pertença que as pessoas têm que ter”. Por outro lado, de modo mais específico, foram mencionados a criação de sinergias no território e o desenvolvimento de infraestruturas como aspetos importantes para os quais a implementação de rotas turísticas tem a capacidade de contribuir.

No âmbito do planeamento de uma rota turística intermunicipal, o fator que os entrevistados destacam como sendo fundamental é a articulação entre os diferentes atores envolvidos. Ou seja, na base do planeamento deste tipo de rotas encontra-se a necessidade de haver um bom relacionamento entre os intervenientes, que permita uma colaboração proveitosa para todas as partes envolvidas. Neste aspeto, enquadram-se todo o tipo de relações entre as diversas entidades, associações, comunidades, municípios parceiros; pois, como refere o diretor executivo da HIESE, Doutor Joaquim Sousa, “se as pessoas não estiverem articuladas então a rota não faz sentido do ponto de vista intermunicipal”. O segundo fator mais realçado neste tópico é o da divulgação e promoção da rota, que os entrevistados afirmam que deve recorrer a uma forma de comunicação criativa, assim como a uma sinalética adequada. Além disso, a manutenção como um fator relevante no planeamento de rotas intermunicipais é também referida pelo diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, Doutor José Ruivo, no sentido da criação de condições para o seu desenvolvimento, assim como pelo vereador do município de Penela Dr. Rafael Baptista, que salienta a necessidade de um plano de manutenção.

A questão do envolvimento da comunidade e dos seus negócios na conceção e implementação de uma rota turística, obteve respostas que se repartiram entre quatro domínios. O conhecimento territorial por parte da população foi mencionado como uma componente de importância que permite transmitir, de modo autêntico, a região e a sua oferta cultural. O seu papel foi igualmente referido na criação de uma oferta mais tradicional e genuína, passível de apresentar o território com recurso à criatividade. Já outros entrevistados salientaram a atuação das empresas e associações como elementos estratégicos na conceção de uma rota e na criação de condições para o seu funcionamento. Por outro lado, alguns entrevistados encararam o envolvimento da comunidade local no sentido de esta poder obter proveito e benefícios com a implementação de uma rota, possível através de um trabalho de apoio e divulgação mútuos. Neste sentido, como afirma a Dra. Cristina Bernardino, do município de Ansião, é imperativo que as comunidades “se sintam parte integrante e parte sempre ativa neste processo e que, de alguma forma, possamos ver como é que elas podem contribuir e dar-lhes espaço, dar-lhes voz”.

Referente ao que foi mencionado pelos entrevistados no âmbito das rotas turísticas, é possível depreender que a sua especificidade de permanência temporal tem subjacente uma característica de

visão holística com o território envolvente. Ou seja, como refere o Doutor Joaquim Sousa, da incubadora HIESE, “a rota não é efémera, a rota tem em si um sentido transcendental e de continuidade”, o que implica o percorrer de um caminho que se prolonga no tempo e se estende no território. Posto isto em consideração, levanta-se uma questão que o Doutor Virgílio Correia, do Museu Monográfico de Conimbriga, considera ser um obstáculo ao usufruto de uma rota na sua plenitude e que passa pela falta de “um investimento forte ao longo dos entornos da rota”. Por conseguinte, torna-se pertinente frisar o facto de que as rotas turísticas têm uma forte ligação ao território, visto que estas assentam nos seus recursos (patrimoniais, humanos), implicando uma dinâmica de envolvimento com toda a região. Na sua estruturação devem considerar-se todos os elementos a si diretamente relacionados (percurso, sinalética, áreas de descanso), assim como os que se relacionam de modo indireto (alojamento, restauração). Para que isto seja concretizado, é fundamental um trabalho com o meio envolvente e a comunidade local, pois uma rota não se mantém por si só, sendo necessário que no território exista uma oferta de todo o tipo de produtos e serviços que permita aos visitantes: prolongar a sua estada; usufruir da rota na sua plenitude; e relacionar-se com o território e a cultura.

A terceira categoria de análise, sobre a **Rota do Mosaico Romano**, foca-se na recolha de perspetivas para o seu planeamento. Quando questionados sobre as medidas de ação que consideram de maior importância para a estruturação desta rota, as respostas repartiram-se uniformemente por quatro domínios. Por conseguinte, destacou-se a necessidade de atuação de todos os municípios envolvidos (na criação de estratégias conjuntas), e uma proatividade por parte das suas instituições na implementação da estratégia, sendo imperativo, como enfatizou o anterior diretor do Museu Monográfico de Conimbriga Doutor Virgílio Correia, que estas possuam a autonomia que lhes permita exercer a sua ação. Outra medida passou pela criação de parcerias, para que a ação conjunta entre pessoas de diferentes municípios ou entidades se materialize na concretização eficiente da rota. No âmbito da cooperação, em diversos momentos da sua entrevista, o presidente do município de Ansião, Dr. António Domingues, sublinha a relevância das comunidades intermunicipais, a fim de se “valorizar, em conjunto, aquilo que os territórios têm de diferente, mas que ao mesmo tempo pode potenciar a região”. Uma terceira medida focou-se na valorização do mosaico, através da exposição permanente dos mosaicos da *villa* do Rabaçal e da criação de um Centro Internacional de Mosaico, consolidando-o como produto turístico. Por último, alguns entrevistados referiram a oferta de experiências de modo a valorizar e dar a conhecer o mosaico romano, com recurso a atividades criativas.

Relativamente aos elementos que os entrevistados acreditariam constituir os maiores desafios na implementação da Rota do Mosaico Romano, existem dois que se destacam por serem transversais a várias entrevistas. Por um lado, a articulação entre entidades é um dos entraves mais significativos à implementação da rota, pois é necessário que todos os intervenientes trabalhem para o mesmo fim,

caso contrário não é possível fazer a sua implementação coerentemente. Por outro lado, a capacidade de delinear uma estratégia e de dinamizar eficientemente a rota é um desafio que se prende com vários fatores, como a conservação, criação de atividades prolongadas no tempo, obtenção de financiamento ou adaptação a novos propósitos. Pois, como assegura o Dr. Gonçalo Gomes, do Turismo Centro de Portugal, “produto temos, vontade e saber de quem está à frente temos, portanto, tudo o que está dependente é o que vem de fora”. Além destes, o marketing e a promoção turística da rota foram apontados como desafios, no sentido em que é fundamental saber como fazer chegar a rota ao seu público-alvo e executá-lo através de uma estratégia criativa. Já a especificidade temática da rota foi referida pelo presidente do Museu Monográfico de Conimbriga Doutor José Ruivo e pela Dra. Filomena Pinheiro, do Turismo Centro de Portugal, que consideram a temática (mosaico romano) muito específica, direcionada a um turista de nicho, e que poderá ter de se adaptar à procura efetiva.

Por fim, a última questão colocada aos entrevistados pretendeu averiguar as disponibilidades, dos municípios ou das entidades que representam, na colaboração com a Rota do Mosaico Romano. Neste aspeto, as respostas foram todas de carácter positivo, demonstrando-se uma predisposição geral favorável à contribuição para a estruturação da rota. Esta disponibilidade foi apresentada nos mais variados aspetos e sempre com a consciência de que esta se encontra condicionada às possibilidades dos atores ou das entidades. Desta forma, as propostas assumem tanto um carácter generalizado, tal como o acompanhamento do processo de empreendedorismo intrínseco à criação da rota, assim como um carácter mais específico, tal como a cedência de equipamentos ou a efetuação da comunicação.

Referente ao que foi mencionado pelos entrevistados no âmbito da Rota do Mosaico Romano, considera-se que esta possa vir a constituir um produto turístico com potencial para dinamizar a economia e a atividade turística da região de Sicó. O trabalho já realizado pela MosaicoLab, nas palavras do diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, “tem sido muito valioso, tem trazido sinergias, atividades, pessoas, técnicos, tem gerado saberes”. Acima de tudo, no sentido da sustentabilidade territorial, a Rota do Mosaico Romano pode vir a constituir um “ciclo profícuo onde quanto mais gente vem e valoriza isto, mais estímulo há para continuar, para as entidades oficiais continuarem a apostar na exploração do património arqueológico desta zona”, como defende o Dr. Victor Melo, do Turismo Centro de Portugal. Contudo, isto apenas será possível assim que houver recursos humanos e financeiros que possibilitem a estruturação adequada da rota, a sua comercialização e a sua manutenção prolongada no tempo. Por conseguinte, o destaque que ao longo das entrevistas foi sendo dado à ação das instituições, dos municípios e dos parceiros no desenvolvimento desta rota, deve ser complementado com outras medidas de ação que são igualmente fundamentais. Assim, pelo seu carácter crucial na estruturação da rota, além das parcerias, nos pontos que se seguem encontram-se expostas e detalhadas algumas destas medidas de ação.

5.4.1. Parcerias Relevantes para a Rota

De modo mais detalhado, é possível perceber o ênfase e o valor que foi sendo atribuído, ao longo das entrevistas, ao fomento da cooperação entre os vários intervenientes da rota e à criação de parcerias. Esta forma de atuação é defendida como uma estratégia capaz de trazer proveito às comunidades locais, entre “benefícios diretos, através das sinergias que são criadas e parcerias que são criadas; e benefícios indiretos, através da presença de uma maior quantidade de turistas na região e o aumento do consumo dos produtos endógenos e de outras ofertas”, como refere o Dr. Victor Melo, do Turismo Centro de Portugal. Neste contexto, o diretor do Museu Monográfico de Conimbriga defende a estreita relação entre os diferentes sítios arqueológicos da região, numa ótica de trabalho em rede, que permita um crescimento conjunto dos municípios envolventes.

“Nós estamos inseridos no território e a nossa missão e função é sermos um elemento dinâmico mobilizador desse território. Portanto, temos a obrigação de ter um contributo positivo que não se esgote na simples vinda dos visitantes aqui a Conimbriga, na compra de dois ou três produtos na nossa loja, num almoço aqui no restaurante, e as pessoas vão embora e não voltam, não permanecem e não acrescentam nenhuma mais-valia, não há qualquer sinergia para a região. Eu entendo que isso não deve ser assim.” (José Ruivo, Museu Monográfico de Conimbriga)

Contudo, existe também quem defenda que esta questão aparenta não se encontrar bem consolidada na região. Como é o caso do anterior diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, que retrata uma descoordenação interinstitucional na resolução de problemas a nível intermunicipal. Assim, dando como exemplo a tentativa de aumentar a estada média na região de Coimbra, o Doutor Virgílio Correia, do Museu Monográfico de Conimbriga, afirma que “apesar do esforço e do investimento que foi feito, não saímos daí, não saímos da questão da falta de capacidade de colaboração interinstitucional”. Ou seja, ainda que a criação de parcerias seja fortemente defendida como uma ação primordial para o bom funcionamento da atividade turística e, particularmente, para a estruturação da Rota do Mosaico Romano, esta ainda se constata como uma problemática evidente na concretização de projetos.

Desta forma, é fundamental que se considerem os devidos apoios e as parcerias aquando da conceção de qualquer rota, pois há grupos de interesse na criação de parcerias que são fundamentais, tanto para a conceção como para a execução da rota. Nesse sentido, podem diferenciar-se dois grandes grupos de *stakeholders*: as principais entidades, fornecedoras de produtos e serviços

turísticos, que exercem uma ação mais ativa e diretamente ligada à implementação da rota; e as entidades facilitadoras, cujo apoio contribui para o sucesso da rota, entre as quais se encontram as entidades governamentais e a comunidade local (McLaren, 2011). Com isto em consideração, propõe-se que se observem os atuais apoios da entidade MosaicoLab, presentes no Quadro 5, no qual é possível perceber que a MosaicoLab possui, essencialmente, apoios de duas entidades governamentais locais e de algumas organizações fornecedoras de materiais.

Quadro 5

Atuais e Possíveis Parcerias da MosaicoLab

Atuais Parcerias	Possíveis Parcerias
Câmara Municipal de Penela	Turismo de Portugal
Câmara Municipal de Ansião	Turismo Centro de Portugal
Museu Monográfico de Conimbriga	Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova
Escola de Arte de Mérida	Associação Terras de Sicó
Montolit	Associação Ecomuseu de Condeixa
Mapei	Associação Portugal Romano
Cinca	Associação de Produtores do Rabaçal
Mármore Central Porto de Mós	Encosta da Criveira
	Conimbriga Hotel do Paço
	Duecitânia Design Hotel
	Museu PO.RO.S
	Museu Nacional Machado de Castro
	Portugal dos Pequenitos
	Universidade de Coimbra
	Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra
	Instituto Politécnico de Leiria
	Escola Tecnológica e Artística de Pombal

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Contudo, seria benéfico obter o apoio e ter parceria com todos os municípios por onde se estende a rota, além do Turismo de Portugal como entidade nacional do turismo, assim como o Turismo do Centro a nível regional. Além da consolidação do apoio governamental nacional, regional e municipal, as associações locais, como a Associação Terras de Sicó ou Associação Portugal Romano, assumem uma posição de destaque na criação de vínculos de cooperação. Torna-se igualmente imperativo criar parcerias com as entidades locais diretamente ligadas ao turismo, colaborando com museus e hotéis, algo que esta rota não tem e cuja parceria é fundamental para a continuidade da mesma. Além disso, o fomento de estreitas relações com a academia é extremamente benéfico para a rota, não só no sentido do apoio como na transferência de conhecimento. Por último, as

comunidades locais, que se distribuem pelos municípios de Condeixa-a-Nova, Penela e Ansião, constituem uma parte particularmente interessada em envolver-se na rota, dado que o sucesso da mesma pode incrementar os seus próprios negócios e produtos locais.

5.4.2. Sinalética Necessária à Rota

Apesar de escassamente referida nas entrevistas, a sinalética é uma componente fundamental para qualquer rota turística e constitui parte dos equipamentos básicos que a compõem. É importante salientar a necessidade de uma rota possuir sinalética em quantidade suficiente e adequada a que os visitantes consigam identificar a rota e percorrê-la. Desta forma, sendo este o primeiro elemento físico da rota com o qual os visitantes contactam imediatamente antes de a realizarem, assim como um elemento constante ao longo do percurso, a sinalética torna-se capaz de influenciar a experiência turística, quer num sentido positivo (se esta for suficiente e esclarecedora) ou negativo (se esta for insuficiente ou incompreensível).

A vereadora da cultura do município de Ansião vai mais além no que diz respeito à sinalética como elemento de atratividade e orientação turística, reforçando a importância de haver primeiramente um reconhecimento do produto turístico por parte da sua própria comunidade. Ou seja, antes de direcionar um produto como o Complexo Monumental de Santiago da Guarda à atração de turistas, é imperativo que a população local o conheça e saiba como lá chegar. Nesta linha de pensamento, a sinalética assume uma dupla função de afirmação de um produto perante a sua comunidade e também de atração e orientação de quem o visita.

“há um desconhecimento muito grande aqui à volta, por parte de alguns munícipes, relativamente ao Complexo Monumental. [...] as pessoas não conhecem e por isso não valorizam. É nossa intenção ultrapassar essa barreira e é fundamental para nós que quem cá vive conheça o seu património. Estamos já a trabalhar numa melhor sinalética para que o Complexo Monumental tenha maior visibilidade e chegue muito mais longe.” (Cristina Bernardino, Câmara Municipal de Ansião)

Posto isto, existem dois tipos de sinalética que devem constar ao longo de todo o percurso de uma rota turística. Primeiramente, é fundamental estabelecer uma **sinalética direcional** nas vias rodoviárias que levam à rota (de modo a que esta seja encontrada) e nos itinerários que a constituem (de modo a que seja percorrida com facilidade), sendo algo que seja colocado em pontos estratégicos

e de leitura simples. Em segundo lugar, é importante definir uma **sinalética interpretativa**, que tem como finalidade a compreensão da rota e dos seus pontos de interesse, através da exposição de informação instrutiva relativa aos mesmos. Em suma, apresenta-se pertinente o estabelecimento de placas de orientação, que direcionem as pessoas aos percursos mais adequados e aos melhores acessos da rota, assim como as placas de informação, que na rota forneçam informações claras e com rigor científico.

Por conseguinte, no que respeita à Rota do Mosaico Romano, é imperativo que aquando da estruturação da mesma, seja estabelecida a sinalética necessária à sua execução. Ou seja, é fundamental que sejam colocadas no território placas direcionais, que recorram à imagem de marca da rota para um reconhecimento imediato da direção da mesma (Figura 30), assim como placas de identificação dos pontos de interesse distribuídos pelos três municípios (Figura 31). Além destas, são imprescindíveis também as placas informativas de contextualização presentes no interior dos diferentes espaços: nas Ruínas Romanas e no Museu Monográfico de Conimbriga; no Espaço-Museu e na *Villa Romana* do Rabaçal; e no Complexo Monumental de Santiago da Guarda.

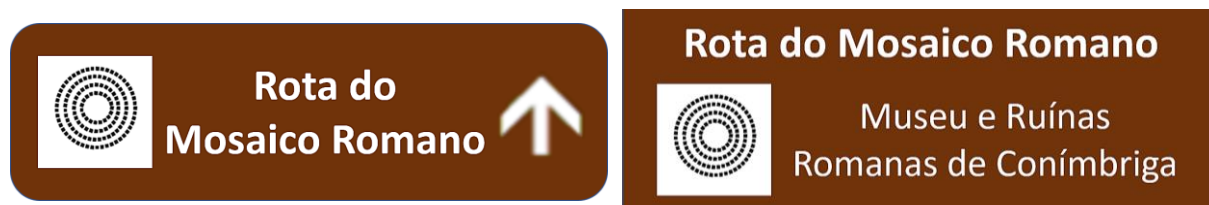


Figura 30: Ilustração da Sinalética Direcional para a Rota do Mosaico Romano (esquerda)

Figura 31: Ilustração da Sinalética Identificativa dos Sítios da Rota do Mosaico Romano (direita)

Elaboração Vanessa Costa (2020)

5.4.3. Financiamento para a Estruturação da Rota

No que concerne à criação de qualquer produto ou serviço turístico, é necessário um financiamento que pode advir de recursos próprios ou exteriores. Quer isto dizer que existem duas maneiras de conseguir financiamento para a implementação e desenvolvimento de um produto ou serviço, ou seja: interno, com recurso a fontes próprias como os seus lucros; ou externo, proveniente de outras entidades ou bancos. Deste modo, o trabalho integrado e a cooperação com *stakeholders* envolvidos é extremamente importante em termos financeiros, neste contexto de início de atividade. Assim, existem entidades que se revelam auxiliares imprescindíveis no processo de conceção de novos projetos, como é o caso das incubadoras, cujo papel é reforçado pelas palavras do diretor executivo da HIESE.

“Implica fazer coisas como ajudar a fazer um plano de negócios, fazer a verificação se os números batem certo, se os pressupostos que as empresas tinham quando se quiseram lançar a este processo batem certo. É preciso fazer coisas como apoiá-los a procurar as oportunidades de financiamento, apoiá-los a procurarem investidores.” (Joaquim Sousa, HIESE)

Um aspeto essencial à obtenção de financiamento externo passa por um planeamento metódico para a apresentação de uma proposta bem estruturada e pertinente aos olhos das possíveis entidades financiadoras, o que implica o conhecimento das mesmas e da tipologia de projetos que elas procuram. E, neste sentido, o investimento necessário à Rota do Mosaico Romano passaria, primordialmente, pela entidade do Turismo de Portugal, no âmbito do programa Valorizar, nomeadamente através da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior ou da Linha de Apoio à Sustentabilidade. O responsável pelo Núcleo de Apoio ao Investidor Turístico do Turismo Centro de Portugal, Dr. Gonçalo Gomes, salienta a pertinência destas duas linhas de apoio para a rota e ainda perspetiva um aumento das oportunidades para projetos como este, considerando que “os fundos, cada vez mais, se vão afastar de tudo o que é obra e, cada vez mais, se vão direccionar para tudo o que é imaterial”.

Por outro lado, é também fundamental a captação de recursos financeiros através da criação de parcerias estratégicas, com as quais se pode beneficiar imenso, quer com os auxílios financeiros como com a partilha de conhecimentos, experiências ou outros recursos. Esta partilha de informação abre caminho a uma aprendizagem mútua que muitas vezes se reflete em contributos para a gestão eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

5.4.4. Exposição dos Mosaicos da *Villa Romana do Rabaçal*

Mais especificamente no que diz respeito a um dos sítios arqueológicos da rota, encontra-se a questão da exposição permanente dos mosaicos da *Villa Romana do Rabaçal*, algo fulcral para o bom funcionamento da Rota do Mosaico Romano. Isto porque, como já foi referido anteriormente na caracterização deste espaço, o conjunto de mosaicos existente neste sítio arqueológico apresenta-se normalmente coberto por areia, como forma de preservação destes vestígios. Contudo, esta situação de exposição esporádica do pavimento musivo resulta numa restrição às visitas realizadas ao local, nas quais os visitantes não conseguem ter uma experiência completa de visita ao sítio arqueológico da *villa* e contemplação dos mosaicos *in situ* da mesma. Quem se debruçou sobre esta importante questão foi o Doutor Joaquim Sousa, diretor executivo da HIESE, ao considerar a devida exposição permanente destes mosaicos “logo como primeira medida de ação”.

Ora, para a implementação de visitas regulares e para o desenvolvimento de uma rota que permita ao visitante ou turista uma experiência completa, é imperativo que este conjunto de mosaicos estejam visíveis continuamente. Pois, quer realizada de modo autónomo ou através de uma visita guiada, a rota deve proporcionar a melhor experiência turística possível, e os seus espaços devem permitir a observação de todos os vestígios musivos. Desta forma, para que seja possível a exposição permanente dos mosaicos do Rabaçal, são necessários recursos financeiros que permitam a execução de soluções como a cobertura utilizada na Casa dos Repuxos, em Conimbriga. Esta visa a proteção e atenuação dos impactos ambientais a que estão sujeitos os painéis de mosaico por estarem a descoberto, permitindo uma exposição permanente do pavimento musivo.

Neste contexto é importante referir que, em agosto do presente ano, o município de Penela realizou o primeiro concurso público de Conceção do Complexo Arqueológico da *Villa Romana* do Rabaçal. Este concurso teve como principal objetivo propiciar uma análise e um debate sobre as atuais condições de preservação do sítio arqueológico, no sentido de que seja ponderada uma futura intervenção no local. Desta forma o município pretende impulsionar um procedimento adequado do modo de visita da *villa* através da criação de equipamentos de apoio, assim como encontrar soluções para uma correta conservação dos seus mosaicos. Por conseguinte, é fundamental que de iniciativas como esta consigam surgir soluções para a exposição permanente e segura do pavimento musivo e para a sua adequada apresentação ao público, caso contrário esta questão afirmar-se-á sempre como um dos maiores entraves à devida execução da rota.

5.4.5. Programação de Visitação Turística à Rota

Um dos aspetos fulcrais para o correto funcionamento da Rota do Mosaico Romano, mencionado recorrentemente ao longo das entrevistas, é a articulação entre entidades e municípios. Esta tão referida articulação não pode ser meramente teórica, ou seja, além de surgir na delineação da estratégia, tem de ser concretizada nas várias componentes da implementação da rota. Um exemplo é dado pelo Doutor Virgílio Correia, responsável pelo serviço de escavações do Museu Monográfico de Conimbriga, quando refere a importância da concordância horária entre todos os pontos associados a uma rota, de modo a que os seus visitantes consigam facilmente percorrê-la.

“Em abstrato, se tiver uma rota incluindo sete sítios diferentes e cada um fecha a seu dia da semana, nunca tem uma rota a funcionar por completo. [...] Aqui é que está o que é a gestão de uma rota. Uma rota faz-se disto, faz-se das pequenas articulações entre os vários polos.”
(Virgílio Correia, Museu Monográfico de Conimbriga)

Esta uniformidade de horários entre os diferentes pontos de uma rota permite a concretização de múltiplos programas de visitas disponíveis para realização durante o ano inteiro, apesar de existirem duas possibilidades de realização da rota, ou seja, visitas autónomas ou guiadas (que diferem tanto nos gastos associados como na duração ou modo de percorrê-la). Não obstante, moldando à presente investigação a programação da MosaicoLab, anteriormente utilizada na realização das suas visitas, seguem-se detalhadas algumas possibilidades de programação para a concretização da rota. Assim sendo, além da possibilidade de realização de uma visita de um dia apenas, expõem-se três alternativas prolongadas no tempo e direcionadas a três públicos-alvo distintos (Figura 32): um público mais especializado na temática que percorre a rota a fim de consolidar conhecimentos; um público familiar que pretende conhecer diferentes espaços; e um público mais aventureiro que privilegie a descoberta do território envolvente.

Os três programas propostos apresentam-se como modelos *standard* de visita, passíveis de se praticar ao longo do ano inteiro, tanto de modo acompanhado como a título individual. Nas circunstâncias atuais, estas visitas são possíveis de serem facilmente realizadas durante a semana, de terça a sexta feira, isto pois são estes os dias da semana em que os horários dos diferentes pontos da rota são mais compatíveis. Mas para que as visitas pudessem também ocorrer com a mesma facilidade e fluidez aos fins de semana, seria pertinente proceder à referida uniformização horária entre os três pontos de interesse da rota.

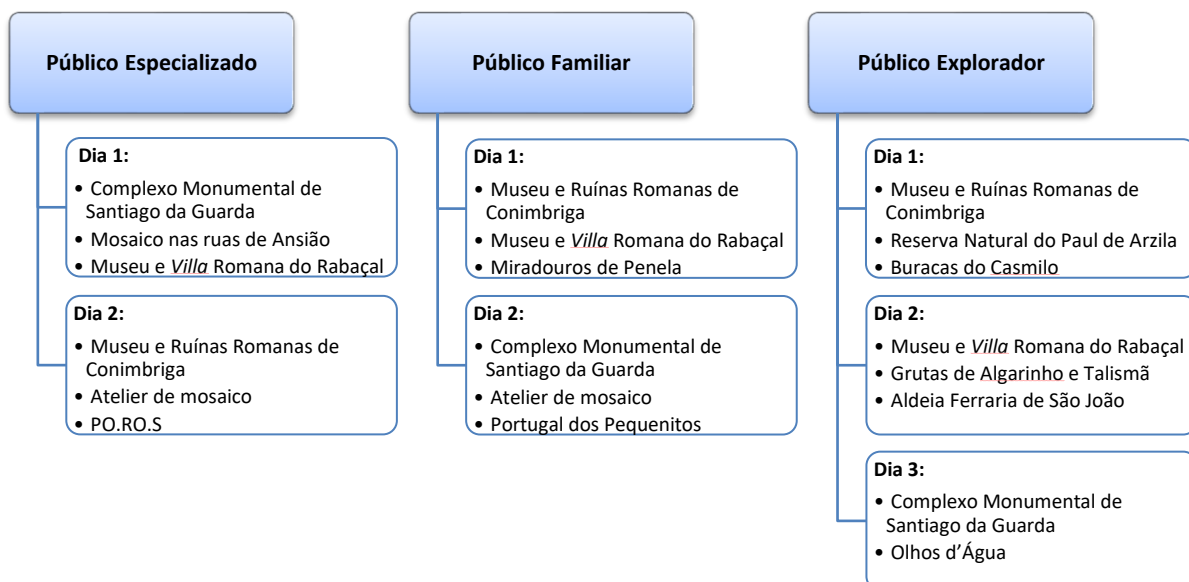


Figura 32: Propostas de Visitação à Rota do Mosaico Romano para Públicos-Alvo Distintos

Elaboração Vanessa Costa (2020)

5.4.6. Centro de Interpretação da Rota do Mosaico Romano

Os centros de interpretação têm vindo a afirmar-se como equipamentos fundamentais no turismo, particularmente na vertente da educação patrimonial. Estes centros constituem um modo de comunicação e compreensão do património de uma localidade ou região e dos seus valores associados, através da explicitação dos seus significados e da inter-relação entre o património, a cultura e a comunidade local. É neste contexto que a vereadora da cultura da Câmara Municipal de Ansião, Dra. Cristina Bernardino, defende a criação de um Centro de Interpretação do Mosaico no município, respondendo às necessidades de fomento do turismo e de divulgação do património.

“É também prioritário canalizar os esforços para uma intervenção mais estrutural, que passa pela criação de um Centro Internacional de Interpretação do Mosaico, porque temos ali uma riqueza, ao nível do mosaico, que tem que ser valorizada e mostrada aos turistas, mas também a investigadores e artistas. Portanto, precisamos de ter outra comunicação, investir nessa comunicação e depois criar condições para que as pessoas quando vierem possam, não só ver, mas criar mosaico.” (Cristina Bernardino, Câmara Municipal de Ansião)

No que respeita às rotas turísticas, a educação patrimonial passa também pela compreensão da região e do seu património como um todo, ou seja, pelo modo como os diferentes pontos da rota se interrelacionam entre si e com as comunidades locais. Por conseguinte, torna-se pertinente a criação de um Centro de Interpretação da Rota do Mosaico Romano que, à semelhança do Centro de Interpretação do Românico, proporcione aos seus visitantes uma contextualização histórico-cultural da rota e dos sítios arqueológicos que esta abrange.

Deste modo, torna-se adequada a construção deste equipamento no município de Ansião, pois este já se encontra a trabalhar no sentido de criar condições para a sua concretização, podendo igualmente ser uma mais valia para o território em termos de dinamização turística. Este equipamento possibilitaria a exibição de exposições (permanentes e temporárias) sobre a presença romana na região de Sicó e também a realização de atividades (como *workshops* formativos ou encenações históricas), alusivas à cultura e ao mosaico romano. Desta forma, este local tornar-se-ia num importante foco, tanto de educação histórico-cultural regional como de comunicação da Rota do Mosaico Romano ao público.

5.4.7. Comunicação e Promoção Turística da Rota

Apontada como um dos maiores desafios da Rota do Mosaico Romano, a sua adequada comunicação ao público e promoção turística são fundamentais para a estruturação da rota e para a sua continuidade. Esta é uma componente que deve ser corretamente trabalhada em todos os pontos da rota, através do recurso a uma estratégia integrada de marketing que seja adequada à mesma e permita evidenciar aquilo que a diferencia das outras rotas turísticas. O Dr. Victor Melo, do Blog Apoio ao Investimento Turístico (TCP), reforça este aspeto ao defender uma promoção turística da rota que tenha por base toda a sua valência criativa e de experiência.

“não só ser bem-sucedido na materialização do projeto e na instituição desse projeto, como depois promovê-lo de uma forma atrativa, de uma forma apelativa, não de uma forma assim tão cinzenta como geralmente se faz, mais convencional. De forma criativa, procurar uma forma apelativa de chegar às pessoas e de mostrar não só o que eles têm, mas sensorialmente o que as pessoas recebem ao lá ir. Ou seja, o que é que as pessoas ganham ao investir o seu tempo em ir ali.” (Victor Melo, Turismo Centro de Portugal)

Nesta vertente da comunicação, salienta-se um trabalho continuado e com estratégias de promoção adaptadas ao público cuja atenção se pretende atrair. Por um lado, o desenvolvimento de atividades direcionadas às crianças, como a elaboração de pequenos cadernos de atividades lúdicas, pode captar o interesse dos mais novos. Por outro, o apelo ao valor do tempo passado em família, aliado à criação de programas ou descontos de família, tende a despertar a atenção deste público. E ainda é possível chegar aos especialistas da área de arqueologia romana através da promoção de colóquios ou *press trips* junto de revistas especializadas. Ou seja, existe a necessidade de apresentar diferentes modos de comunicação ao público, algo que o atual diretor do Museu Monográfico de Conimbriga reforça que deve ser bem trabalhado.

“a comunicação pressupõe vários níveis de discurso, consoante o público-alvo a que a dirigimos. Porque eu não posso fazer a mesma comunicação para um público especializado - não posso ter o mesmo nível de linguagem - que tenho para um público geral ou para um público infantil ou juvenil.” (José Ruivo, Museu Monográfico de Conimbriga)

Ainda relativamente ao público-alvo que se pretende atrair a este território, é possível perceber-se que existe uma certa preferência em despertar o interesse do turista, em detrimento do excursionista. Isto quer dizer que, numa região que o presidente do município de Ansião considera como “um território de passagem”, é fundamental desenvolver produtos turísticos que se direcionem ao turista de nicho e lhe permitam uma estada mais prolongada no destino. Algo que, segundo diferentes entrevistados, pode ser alcançado com a dinamização da rota e o recurso ao turismo criativo, adaptando e dirigindo o seu discurso ao perfil de turista que pretende, efetivamente, pernoitar e conhecer o território.

“O que nos interessa é um turismo mais de qualidade e o turismo criativo, nesse aspeto, é para nós muito mais vantajoso, uma vez que permite um trabalho mais profundo [...] aquele turismo que permite ficar no território mais uns dias, poder usufruir de outras alternativas, outras ofertas que nós tenhamos...” (Rui Seoane, Câmara Municipal de Penela)

“é evidente que temos de aproveitar o nosso património cultural, para que as pessoas nos visitem e fiquem aqui durante alguns dias, para exploração deste território, que é riquíssimo em termos de paisagem natural.” (Cristina Bernardino, Câmara Municipal de Ansião)

“nós estamos num território que tem oferta turística [...] e que a maior dificuldade que tem é manter os turistas mais que uma ou duas noites. Eles rapidamente vão visitar aquilo que há à volta e querem ir para Fátima, eventualmente Coimbra. E este tipo de produtos permite mantê-los mais tempo no território, fixá-los mais e criar valor aqui.” (Joaquim Sousa, HIESE)

Neste sentido, os esforços da MosaicoLab passaram já pelo desenvolvimento de várias atividades focadas no mosaico romano, pela sua participação na Bolsa de Turismo de Lisboa de 2019 ou pela sua presença nas plataformas digitais (Instagram, Facebook e website da Associação MosaicoLab.pt). Por conseguinte, é primordial constatar que o seu projeto tem como grande objetivo o desenvolvimento de um destino de turismo criativo, pelo que é imperativo que as estratégias sejam realizadas nesse sentido. Posto isto, torna-se fundamental realçar a rota autonomamente, comunicando-a ao público através de uma imagem de marca, como a que se apresenta atualmente (Figura 33). Portanto, antes de mais, a estruturação de uma Rota do Mosaico Romano tem de passar

pela determinação de uma imagem de marca que a identifique com clareza e simplicidade, de modo a que esta seja utilizada na sua promoção turística.



ROTA DO MOSAICO : CONÍMBRIGA E SICÓ

Figura 33: Atual Logotipo da “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sicó”

Fonte: Associação MosaicoLab.Pt (s.d.)

Neste tópico adquire particular destaque a pertinência da criação de um website dedicado à rota, como algo capaz de impulsionar a divulgação globalizada da Rota do Mosaico Romano entre os destinos de turismo criativo. A execução deste website, que pode ser criado através da colaboração com instituições de ensino, permite a disponibilização de toda a informação necessária ao visitante ou turista que pretenda realizar a rota, designadamente aspetos fundamentais como aqueles que são apresentados na Figura 34.

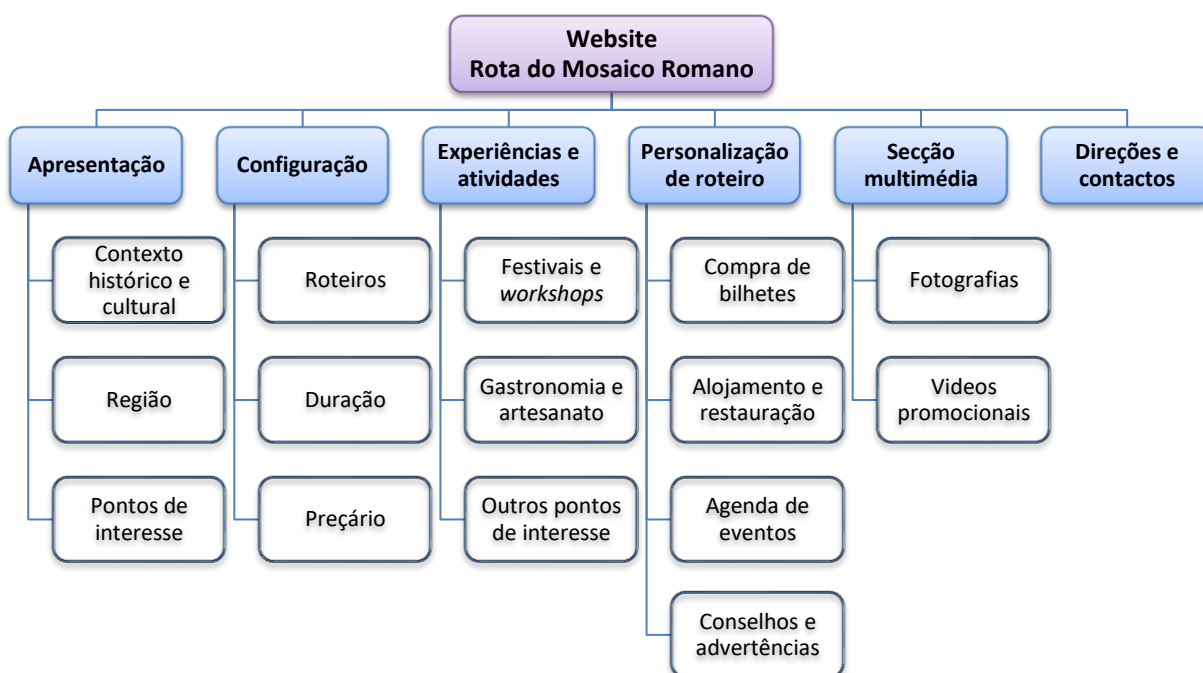


Figura 34: Informações a Atentar na Criação do Website da Rota do Mosaico Romano

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Em suma

A análise das entrevistas permitiu obter uma percepção mais concreta e completa de como o turismo se pode afirmar como motor de desenvolvimento local, integrando os setores estratégicos de atuação dos municípios. Percebe-se que, atualmente, a aposta no segmento do turismo criativo é cada vez maior e que a criatividade tem vindo a assumir um papel preponderante na afirmação de novos destinos turísticos. Por conseguinte, é possível compreender que a região de Sicó apresenta os recursos patrimoniais naturais, históricos, culturais e paisagísticos necessários para a dinamização de produtos turísticos que assentem na criatividade como estratégia de diferenciação. De modo geral, os entrevistados mostram confiança de que os recursos e o património endógeno presentes na região podem ser trabalhados, apresentados ao público de forma criativa e tornarem-se fortes elementos de atratividade. É ainda importante referir que em municípios como o de Penela, em que a densidade populacional é bastante reduzida, são também realizados esforços que recorrem ao turismo no sentido de se criarem condições para a fixação de população, além da atração de visitantes.

Considerando a possibilidade de afirmação da Rota do Mosaico Romano como uma estratégia de desenvolvimento territorial, é fundamental que esta seja devidamente estruturada para que o território consiga beneficiar na sua plenitude com a implantação da mesma. Contudo, para que isso aconteça, é imperativo que haja um diálogo entre os intervenientes, que este se materialize numa colaboração intermunicipal e, conseqüentemente, no estabelecimento do seu plano estratégico. Somente com esta articulação é que será possível concretizarem-se as diferentes medidas de ação necessárias à correta dinamização da rota, como é o caso da conservação dos mosaicos, da implementação da sinalética ou da sua promoção turística. Não esquecendo, igualmente, o importante papel da comunidade local ao longo de todo o processo de conceção e implementação da rota, pois esta é quem melhor conhece o território, contribuindo para a autenticidade da experiência turística através do seu saber e ofícios. E é com este trabalho integrado que se consegue definir uma estratégia capaz de se materializar no produto turístico sustentável a que aspira ser a Rota do Mosaico Romano.

Capítulo VI – Proposta para a Estruturação da Rota do Mosaico Romano

6.1. A Configuração da Rota do Mosaico Romano

Já enquadrados no seu contexto histórico-territorial no segundo capítulo deste trabalho de investigação, apresentam-se três pontos de paragem que integram a “Rota do Mosaico – Conímbriga e Sícó”, criada pela MosaicoLab. Estes pontos de interesse formam os alicerces onde têm decorrido todas as atividades promovidas no âmbito da rota e é nesse seguimento, sem que se altere o fundamento da mesma e das atividades anteriormente concretizadas, que surge a configuração da Rota do Mosaico Romano.

Relativamente aos pontos de interesse da Rota do Mosaico Romano, apresentam-se três sítios arqueológicos, entre os quais dois deles incluem o respetivo museu. Ou seja, no município de Condeixa-a-Nova encontram-se as Ruínas Romanas e o Museu Monográfico de Conimbriga, localizados em Penela estão o Espaço-Museu e a *Villa* Romana do Rabaçal, em Ansião situa-se o Complexo Monumental de Santiago da Guarda. Além de estes sítios arqueológicos serem de grande relevância entre os vestígios romanos e de mosaico romano no Centro de Portugal, estes são atualmente possuidores de equipamentos que facilitam a organização de visitas turísticas e que permitem a realização de atividades criativas.

Por conseguinte, a rota estende-se por uma distância de cerca de 25km, a percorrer entre os três locais através de um percurso linear. O seu carácter linear e a estrada relativamente retilínea na deslocação entre os pontos da rota, permitem que se atravesse os três municípios num itinerário que possibilita a observação da paisagem cultural característica do território. Além disso, é importante referir que a configuração desta rota faz com que esta deva ser realizada de transporte, como o carro ou o autocarro, podendo a utilização da bicicleta ser também uma possibilidade que permite uma maior aproximação ao meio envolvente. Certamente que numa rota realizada de modo autónomo a flexibilidade itinerária e temporal é sempre maior do que quando esta é realizada em grupo de viagem organizada.

6.2. Experiências, Atividades e Atrações Secundárias

O crescimento do turismo criativo e a importância que tem vindo a ser dada à experiência turística, tornam-se dois pontos chave passíveis de se aliar na estruturação da Rota do Mosaico Romano. Por conseguinte, dadas as características da presente rota, é imperativo recorrer à atividade criativa que é o fabrico do mosaico romano para o desenvolvimento de visitas mais dinâmicas.

Diretamente relacionados ao mosaico romano e já realizados pela MosaicoLab, os *workshops* ocasionais constituem uma atividade interessante que estimula a criatividade e o envolvimento dos participantes e que, por isso, deve continuar a ser realizada. Além dos *workshops* disponibilizados ao público, é de uma importância significativa que se consiga continuar a promover a Festa do Mosaico, que tem vindo a ser realizada nos últimos dois anos, pois é uma atividade dinâmica e criativa que pode ser executada na Rota do Mosaico Romano. E a estas atividades e experiências podem igualmente acrescentar-se tantas outras, como por exemplo:

- (i) a elaboração de um caderno infantojuvenil da Rota do Mosaico Romano, com atividades educacionais e lúdicas sobre o património e o mosaico romano;
- (ii) a realização de visitas inclusivas a pessoas com incapacidades motoras, com recurso a instrumentos auxiliares como áudio-guias ou maquetes de relevo;
- (iii) a observação ou participação em encenações históricas representadas regularmente no anfiteatro das ruínas de Conimbriga ou no pátio interior do complexo de Santiago da Guarda;
- (iv) a exploração do mosaico colocado nas ruas de Ansião e a possibilidade de o complementar com ações semelhantes à que levou a essa intervenção musiva;
- (v) ou a criação de passatempos de resolução de enigmas ao longo dos pontos da rota, como um jogo de caça ao tesouro.

Além da elaboração de atividades que permitam às pessoas uma participação ativa durante a visita à Rota do Mosaico Romano, uma boa experiência turística deve igualmente suscitar nas pessoas a vontade de voltar ou recomendar a visita a familiares e amigos. E atualmente, um dos aspetos essenciais à valorização de uma experiência é o envolvimento com o território e a sua cultura, pelo que é importante que a oferta da rota seja complementada pela comunidade, através da oferta de produtos locais. A título de exemplo, é possível fazer uso da gastronomia local, na qual se destaca o queijo do Rabaçal ou o vinho das Terras de Sicó, proporcionando aos visitantes da rota a possibilidade de ter uma experiência mais completa, junto de produtores locais.

Para além das atividades que podem melhorar a experiência da rota, também há atrações de segunda-ordem que podem contribuir para a valorização da experiência do visitante ou turista no território. Deste modo, entre as atrações que foram anteriormente mencionadas aquando da caracterização da oferta turística do território, encontram-se diversos espaços culturais e naturais cuja visita pode ser igualmente enriquecedora. Entre estes destacam-se a cidade romana de *Aeminium* e o Museu PO.RO.S, que apresentam uma relação direta à cultura romana. Por conseguinte, por estes dois locais constituírem fortes atrativos secundários à Rota do Mosaico Romano, é igualmente relevante que se fomente o apoio mútuo ou a parceria entre os mesmos, com vista ao desenvolvimento integrado dos diferentes espaços.

6.3. Proposta para o Projeto de Estruturação da Rota do Mosaico Romano

Relativamente à estruturação de rotas turísticas e tendo como ponto de partida os aspetos essenciais defendidos pelos autores para a criação de uma rota, segue-se uma proposta para a estruturação da Rota do Mosaico Romano. Este é um plano de atuação que se apresenta organizado por três grandes etapas, dentro das quais se detalham as ações fundamentais a realizar para a implementação desta rota. Assim, encontra-se exposto um conjunto de procedimentos estruturantes que englobam a fase de conceção, passando pela implementação, até à pós-implementação da Rota do Mosaico Romano.

Contudo, é importante referir que o processo de planeamento que se segue não é definitivo nem inalterável, ou seja, as ações e a sua ordenação estabelecem-se como linhas orientadoras num conjunto de etapas que tem um carácter dinâmico e que requer uma adaptação às circunstâncias que se impuserem em cada um dos momentos. Posto isto, o projeto de estruturação da Rota do Mosaico Romano apresenta o seguinte planeamento:

Etapa 1 – Investigação e conceção da rota

- Análise histórico-territorial da região que a rota abrange.
- Averiguação e estudo aprofundado dos possíveis pontos de interesse.
- Estudos de mercado:
 - do público-alvo,
 - dos impactos no território,
 - de benchmarking.
- Procura de apoios, parcerias e financiamento externo:
 - para a viabilização dos *workshops* e da Festa do Mosaico,
 - para a criação de ofertas complementares.
- Envolvimento da comunidade local no planeamento estratégico.
- Estruturação do roteiro e do programa de visitas.

Etapa 2 – Implementação da rota

- Exposição permanente dos mosaicos da *Villa Romana* do Rabaçal.
- Estabelecimento de equipamentos:
 - sinalética direcional e interpretativa,
 - Centro de Interpretação.
- Organização de serviços auxiliares:

- restauração,
- alojamento,
- áreas de descanso.
- Integração da comunidade local:
 - como colaboradores na rota,
 - como promotores de atividades complementares.
- Marketing e promoção turística:
 - criação do website e da app da Rota do Mosaico Romano,
 - elaboração de roteiros e *flyers*.
- Introdução no mercado e comercialização da rota.
- Dinamização através de atividades e eventos regulares.

Etapas 3 – Pós-implementação da rota

- Avaliação.
- Monitorização continuada.

Por se focar na estruturação em particular da Rota do Mosaico Romano, a proposta apresentada delinea etapas bastante específicas, que são fundamentais para a execução adequada e estruturada da mesma. É igualmente importante salientar que a monitorização de todo o processo de planeamento se trata de uma ação contínua e que deve ser começada logo na fase inicial de conceção da rota, todavia, tanto a monitorização como a avaliação da rota devem ser assertivas após a implementação da mesma. Por conseguinte, o planeamento trata-se apenas de uma das fases que constituem as diferentes etapas de todo o ciclo de vida de uma rota como produto turístico.

Neste âmbito, em 1969, Rolando Polli e Victor Cook elaboraram um modelo para o ciclo de vida de um produto, considerando que a discriminação de diferentes períodos temporais facilita a escolha da estratégia e das medidas de ação adequadas a cada momento. Os autores associam quatro fases distintas a este ciclo de vida, nomeadamente a **introdução** do produto no mercado, o **crescimento** do número de vendas, a **maturidade** atingida com o auge das mesmas e o subsequente **declínio** do seu consumo. E à semelhança do que Rolando Polli e Victor Cook criaram, Richard Butler concebe, em 1980, um ciclo de vida para os destinos turísticos. Neste são identificadas seis etapas, especificamente o **envolvimento** dos locais, a **exploração** pelos primeiros visitantes, o **desenvolvimento** da atividade turística, a **consolidação** como destino turístico, a **estagnação** e a **pós-estagnação** (resultando num rejuvenescimento ou declínio do destino).

Assim, sendo possível a adaptação às rotas dos referidos ciclos de vida, a Figura 35 apresenta uma proposta de apresentação do ciclo de vida de uma rota turística conforme as suas diferentes fases, entre as quais foram identificadas cinco etapas distintas e, dentro de cada uma delas, constam as principais ações associadas.

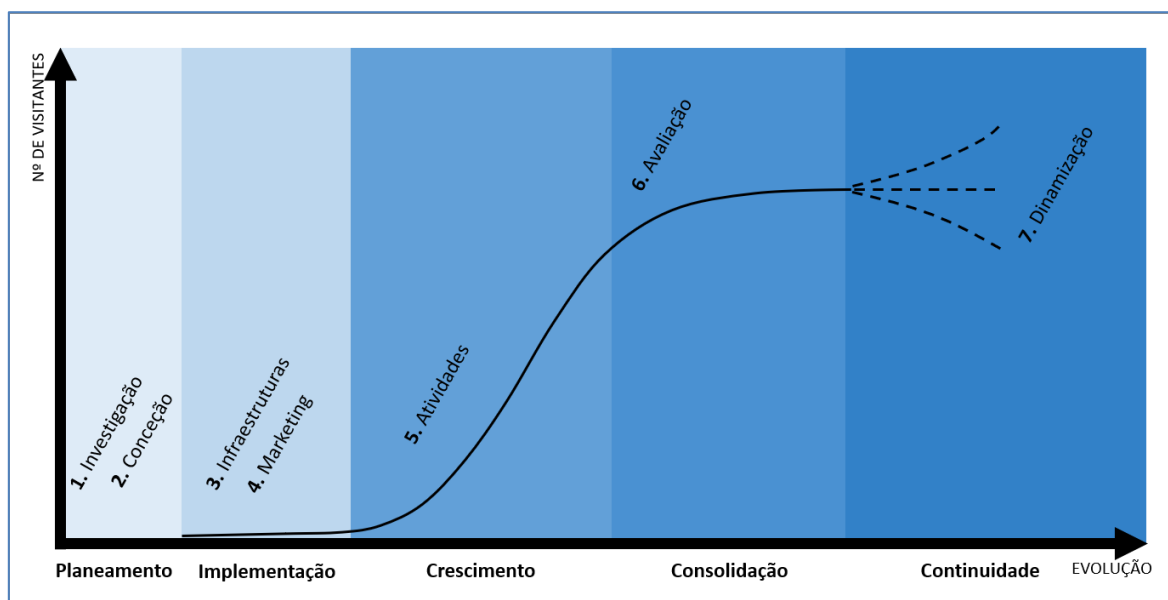


Figura 35: O Ciclo de Vida de uma Rota Turística (adaptação de Polli & Cook e de Butler)

Elaboração Vanessa Costa (2020)

6.4. Impactos da Rota do Mosaico Romano no Território

Assim como qualquer outra rota, a estruturação e dinamização da Rota do Mosaico Romano traz consigo múltiplos impactos no território que abrange. E apesar desses impactos tanto poderem ser positivos como negativos, é importante que se façam esforços no sentido de atenuar os impactos negativos e potencializar os aspetos positivos. Deste modo, com vista ao objetivo máximo de alcançar um desenvolvimento local sustentável, existem diversos benefícios que a dinamização desta rota pode trazer ao território e à sua população. Na Figura 36, apresentam-se alguns dos impactos mais significativos que a Rota do Mosaico Romano pode ter na atividade turística, na economia e na comunidade local.

Na atividade turística

- incremento da atividade turística no território, nomeadamente em Penela e Ansião
- maior distribuição da procura turística pelo território da região
- estímulo do fluxo existente entre Coimbra e Tomar (polos de maior atração)
- contribuição para o aumento da estada média na região
- promoção de um novo produto que complemente a oferta existente
- estabelecimento de uma imagem de marca para a região abrangida pela rota
- desenvolvimento de um destino de turismo criativo

Na economia local

- maior receita para o comércio e as empresas locais
- impulso à renovação de antigos ou ao desenvolvimento de novas infraestruturas e equipamentos
- estímulo a uma maior visibilidade dos produtores locais e dos seus produtos
- possibilidade de atração de futuros investimentos aos municípios da rota
- geração de novas oportunidades de emprego para a população local

Na comunidade local

- criação de vínculos de colaboração e cooperação inter e intra municipais
- incremento à criação de novas parcerias e redes
- fomento do sentido de pertença e identificação da população com a História do seu território
- reconhecimento e valorização da comunidade artesã que trabalha as artes e os ofícios locais
- consciencialização para a preservação e valorização do património local, nomeadamente o romano

Figura 36: Possíveis Impactos da Rota do Mosaico Romano no Território que Esta Abrange

Elaboração Vanessa Costa (2020)

Capítulo VII – Considerações Finais

7.1. Retrospectiva do Trabalho de Investigação

O significativo desenvolvimento da atividade turística ao longo dos últimos anos foi sendo acompanhado pelo surgimento de diversas tendências por parte da procura, que obrigam a que os destinos turísticos se adaptem a estas para melhor conseguirem responder às suas necessidades. Quer isto dizer que o visitante ou turista não procura hoje aquilo que procuraria há alguns anos e muitos daqueles que pretendem fugir ao turismo massificado de alguns destinos turísticos já consolidados, tendem a escolher, cada vez mais, destinos menos conhecidos ou áreas mais ruralizadas. É neste contexto que surge a crescente necessidade de criação de uma oferta mais diversificada e diferenciada, que tenha a capacidade de atrair esta tipologia de turista ao território e que, em simultâneo, contribua para um desenvolvimento territorial sustentável. E é desta forma que a criação de rotas se tem tornado numa aposta cada vez mais evidente no mercado de oferta turística, havendo uma crescente preocupação com que estas evidenciem a autenticidade e a singularidade de cada território, da sua cultura e do seu património endógeno.

Posto isto, numa primeira abordagem teórica, procurou-se expor um enquadramento histórico e territorial dos vestígios romanos em território português. Foi possível compreender que a presença deste povo na Península Ibérica remonta a um longo período da história de grande complexidade, que suscita a necessidade de cruzamento de autores. Contudo, e apesar de algumas disparidades regionais, por todo o território nacional a sua presença encontra-se atualmente refletida em inúmeras construções e obras públicas, como estradas, cidades, aquedutos, pontes ou termas. Particularmente nos vestígios da região Centro de Portugal, foi possível encontrar quatro sítios arqueológicos de origem romana que têm em comum um importante espólio de mosaico. Entre esses, os três que se encontram geograficamente mais próximos e incorporam os projetos da MosaicoLab são a cidade romana de Conimbriga, a *villa* romana do Rabaçal e o complexo monumental de Santiago da Guarda. Sendo que, com a sua exposição no trabalho, foi possível perceber a coexistência temporal e as semelhanças musivas existentes entre estes três sítios arqueológicos, no contexto do romano em Portugal.

Por outro lado, a particularização do mosaico romano permitiu uma análise mais aprofundada desta forma de arte. Foi possível perceber que na sua génese se encontra uma forte influência helenística, cuja apropriação por parte do povo romano levou ao desenvolvimento de uma expressão e de um estilo muito próprios. Em edifícios públicos ou residências senhoriais, o mosaico é comumente encontrado nos seus pavimentos e apresenta uma considerável variedade de temáticas, formas e estilos. Em Portugal, entende-se que a arte do mosaico romano não possui um estudo criterioso e

existe a necessidade de criação de um *Corpus* aprofundado. No entanto, a crescente descoberta de sítios com mosaico em território nacional exhibe um panorama geral que data de entre os séculos II e IV d.C., caracterizado pela sua policromia e pelos seus padrões geométricos. Por fim, o capítulo permite também perceber a singularidade desta manifestação artística, que reflete a criatividade e a cultura de um povo através da arte musiva.

Já numa segunda abordagem teórica, direcionada às rotas turísticas, a inicial distinção de rota, circuito e itinerário mostra que estes são conceitos de difícil concetualização e múltiplas abordagens. Contudo, tendo por base as diretrizes do ICOMOS e da UNESCO, assim como os investigadores desta área, é possível referir alguns elementos fundamentais à rota, nomeadamente, o património, a temática, o dinamismo intercultural e a noção de continuidade. Além disso, todos os autores que abordam o tema das rotas turísticas, defendem e reforçam o papel destas como impulsionadoras do desenvolvimento local e da dinamização turística. Este facto torna-se mais evidente quando se trata de territórios de baixas densidades, pois estas têm a capacidade de dinamizar a economia local, valorizar o território e fomentar a cooperação inter-regional. Porém, para que seja alcançado este desenvolvimento territorial sustentável, é necessário que a criação da rota passe por um processo de planeamento sistemático, consciente e de objetivos bem definidos.

Assim, esta componente teórica procedeu com a exposição de alguns modelos de planeamento de rotas turísticas, que permitiram compreender a complexidade do processo de criação de uma rota, assim como a ausência de um paradigma claro e definido que sirva de modelo de orientação. E é por esta razão que o processo de criação deste produto turístico varia consideravelmente de acordo com o modo de atuar da entidade criadora e as características da rota pretendida. Contudo, existem alguns elementos chave a considerar neste processo, particularmente a cooperação, os produtos, os equipamentos, a comunidade local e a promoção turística. Sendo importante o destaque dado ao marketing e promoção turística, no sentido de ser fundamental para o posicionamento da rota e do território no mercado de oferta turística. Por último, a associação do turismo criativo às rotas turísticas pretendeu mostrar que a junção destes dois elementos possibilita a criação de novas atividades (como desportos de aventura) e experiências criativas (como *workshops* ou ateliers), que dinamizam a rota e acrescentam valor à experiência turística.

Num primeiro capítulo de vertente mais prática, a realização e análise das entrevistas semiestruturadas permitiu dar consistência à investigação e concluir que a criação de rotas turísticas pode fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento territorial local, nomeadamente em territórios de baixas densidades. Assim, considerando a oferta presente no território, que vai desde o património material (histórico, natural, cultural) até ao património imaterial, os entrevistados consideram pertinente o recurso às rotas turísticas e ao turismo criativo como estratégias de dinamização da

região. E no que diz respeito à estruturação da Rota do Mosaico Romano, destacam-se entre os elementos chave: a colaboração intermunicipal no estabelecimento da estratégia; a criação de diferentes parcerias e o desenvolvimento de sinergias no território; o envolvimento da comunidade na dinamização da rota, contribuindo com a oferta de produtos e serviços locais; ou a aposta na oferta de experiências diferenciadas, com base na valorização do mosaico romano.

No seguimento da análise das entrevistas, procurou-se aprofundar algumas medidas de ação referidas ao longo das mesmas, que se consideram imperativas para o avanço do projeto. Desta forma, considerou-se: a exposição da pertinência e de exemplos de potenciais parcerias da rota com entidades, associações, atrações locais; a criação de sinalética direcional e de identificação, fundamental à estruturação adequada da rota; o financiamento, que demonstra crucial pertinência e no qual se destacou a importância de recorrer aos apoios do Turismo de Portugal para a manutenção da mesma; a exposição permanente dos mosaicos do Rabaçal para permitir uma visita mais completa à *villa*; a concordância horária entre os pontos da rota para uma agilização das possibilidades de visita; a aposta num Centro de Interpretação, no sentido da interação com o público e da sua educação histórico-cultural do território; e a promoção turística direcionada ao público-alvo da rota, com a sugestão de criação de um website oficial da Rota do Mosaico Romano.

Continuando na componente prática do trabalho de investigação, de aplicação de conhecimentos, o capítulo seguinte teve por base a configuração da Rota do Mosaico Romano para a exposição de algumas propostas. Entre estas encontram-se atividades (como a realização de encenações históricas) que possam proporcionar experiências diferenciadas e alusivas ao património, assim como atrações de segunda-ordem que podem complementar a rota e melhor dar a conhecer o seu território. E finalizou-se a investigação com uma proposta de planeamento para a estruturação da Rota do Mosaico Romano, que procurou ser sustentada tanto pela informação presente no capítulo teórico relativo às rotas turísticas, como pelo conhecimento adquirido nas entrevistas realizadas. Este conjunto de procedimentos para a estruturação da rota, procurou fasear o projeto consoante as diferentes atividades a realizar em contexto de investigação, implementação e dinamização da rota. Seguidamente, a exposição dos possíveis impactos da rota no território pretenderam demonstrar o potencial da contribuição da mesma para a dinamização da atividade turística e para o fomento da economia da região.

7.2. Limites da Investigação e Futura Atuação

Assim como acontece em qualquer investigação, esta apresenta algumas limitações. Um dos mais evidentes constrangimentos advém da aquisição de conhecimento teórico, tanto relativo ao mosaico romano, como às rotas turísticas. Por um lado, sobre os vestígios romanos no geral ou o mosaico romano em particular, em Portugal, não existe um *Corpus* que reúna toda a informação, limitando a precisão de informação e de numeração dos mesmos. Por outro lado, a ausência de um modelo de planeamento de rotas turísticas impossibilita a apresentação de um modelo que se mostre o mais adequado ao desenvolvimento da Rota do Mosaico Romano, fazendo com que o apresentado não seja mais do que uma proposta idealizada tendo por base os autores estudados. Quanto à vertente prática da investigação, a impossibilidade de realizar um maior número de entrevistas a atores estratégicos e de se efetuar uma análise mais aprofundada a outras questões pertinentes ao tema, limitou também o conhecimento adquirido e outras perspetivas que poderiam ter sido valorizadas.

Não obstante, a Rota do Mosaico Romano apresenta uma enorme potencialidade que consiste na grande quantidade de património e de mosaico romano concentrado num reduzido espaço geográfico. Assim sendo, de modo a que se possa avançar com um projeto como esta rota, seria pertinente estabelecer um contacto com possíveis parceiros estratégicos à rota, numa lógica de benefício mútuo. Seria também adequada a execução de uma futura investigação, mais aprofundada, que se debruce sobre os três sítios arqueológicos desta rota de modo holístico, permitindo a aquisição de conhecimento mais preciso relativamente ao seu património musivo. Igualmente pertinente seria uma pesquisa contínua sobre rotas, numa vertente de criação de oferta turística, de forma a encontrar o modo mais adequado de implementar a rota e mantê-la através de uma correta manutenção.

Por agora, encontram-se os contributos da presente investigação e dos seus entrevistados, que mostram que é possível proceder-se à implementação da Rota do Mosaico Romano, de forma adequada e sustentável para o território. Isto pode ser feito através da realização de algumas ações fundamentais como: a primordial exposição dos mosaicos da *villa* do Rabaçal, recorrendo a uma cobertura permanente e retirando a areia que os cobre; o diálogo e a articulação entre municípios, para uma cooperação intermunicipal; a criação de um plano de marketing e promoção turística adequados; e a procura de financiamento. De igual modo, terminados os trabalhos arqueológicos nas ruínas romanas descobertas em São Simão (Penela) e aquando da possibilidade de visita turística das mesmas, seria interessante a sua incorporação na rota, dado o espólio musivo que este sítio arqueológico possui. Por conseguinte, se for tomada em consideração a perspetiva e o conhecimento de quem conhece a rota e o território, é possível implementar-se esta rota e fazer com que a mesma contribua para a região como motor de desenvolvimento.

Bibliografia

- Abraços, M. F. (2008). O inventário e o corpus dos mosaicos romanos de Portugal. *Revista de História da Arte*, (6), 215–227. Disponível em:
https://run.unl.pt/bitstream/10362/16622/1/RHA_6_ART_15_MFAbra%c3%a7os.pdf
- Alarcão, J. (1983). *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Alarcão, J. (1988). *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, Lda.
- Alarcão, J. (2018). *A Lusitânia e a Galécia – do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Arruda, A. M. (1997). Conímbriga. In J. Medina (1ª ed.), *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (vol. 2, pp. 263–274). Amadora: Clube Internacional do Livro.
- Briedenhann, J. & Wickens, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas – Vibrant hope or impossible dream?. *Tourism Management*, 25(1), 71–79. Doi: 10.1016/S0261-5177(03)00063-3.
- Caetano, M. T. (2014). A “proto-indústria do mosaico romano”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 17, 207–219. Disponível em:
http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/rpa/rpa17/rpa_vol.17_11.pdf
- Câmara Municipal de Ansião. (2016). *Visitantes*. Disponível em:
<https://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes>
- Câmara Municipal de Penela (2020). *Concurso público de concepção para o complexo arqueológico da villa romana do Rabaçal*. Disponível em: <https://www.cm-penela.pt/noticia-6979>
- Câmara Municipal de Penela. (2020). *O que visitar*. Disponível em:
<https://www.cm-penela.pt/artigos-41>
- Cardia G. (2018) Routes and itineraries as a means of contribution for sustainable tourism development. In Katsoni V. & Velander K. (1ª ed.), *Innovative approaches to tourism and leisure* (pp. 17–33). Malta: Springer Proceedings in Business and Economics.
- Carvalho, A. (1997). O mosaico romano em Portugal. In J. Medina (1ª ed.), *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (vol. 2, pp. 340–343). Amadora: Clube Internacional do Livro.
- Carvalho, P. C. (2019). Leituras Históricas das paisagens do império romano na área fronteiriça entre Portugal (Beira Interior) e Espanha (Extremadura / Castilla y León). In R. Jacinto (1ª ed.), *Novas fronteiras, outros diálogos: Paisagens, patrimónios, cultura* (pp. 127–140). Lisboa: Âncora Editora.
- Carvalho, P. (2009). Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade. *Biblos*, 7, 483-504. Doi: 10.14195/0870-4112_7_22.

Centro de Estudos Sociais. (s.d.). *CREATOUR*. Disponível em:

<https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/creatour>

CIM Região de Coimbra. (2014). *Estratégia integrada de desenvolvimento territorial da região de Coimbra (2014-2020)*. Disponível em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/estrategia-2020/>

CIM Região de Coimbra. (2017). *Região de Coimbra turismo 2020 – Promoção integrada dos produtos turísticos da região de Coimbra*. Disponível em:

<https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/projeto-regiao-de-coimbra-turismo-2020-promocao-integrada-dos-produtos-turisticos-da-regiao-de-coimbra/#>

Correia, V. H. (2008). Conimbriga: oitenta anos de um projecto. *Al-Madan*, (16), 71–81.

Correia, V. H. (2017). New mosaics of Conimbriga (prov. Lusitânia, Portugal) – New observations on the activity of their workshops and on their decorative programs. *Journal of Mosaic Research*, 10, 125–160. Doi: 10.26658/jmr.357032.

Correia, V. H. & Ruivo, J. (2012-2013). Conimbriga: História, gestão e proteção de uma cidade romana. *Arqueologia e História*, 64–65, 141-151. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10400.26/19557>

Council of Europe. (2020). *Cultural Routes*. Disponível em:

<https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/about>

Creative Tourism Network. (2014). *O conceito*. Disponível em:

<http://www.creativetourismnetwork.org/about/?lang=pt-pt>

CREATOUR. (2017). *Objetivos*. Disponível em: <http://creatour.pt/sobre/visao-geral/#objectives>

CREATOUR. (2017). *Visão geral*. Disponível em: <http://creatour.pt/sobre/visao-geral/>

Dunbabin, K. M. D. (2012). Mosaic. In S. Hornblower, & A. Spawforth (4^a ed.), *The oxford classical dictionary* (p. 969). Oxford: Oxford University Press.

Durusoy, E. (2014). *From an ancient road to a cultural route: Conservation and management of the road between Milas and Labraunda*. Doi: 0.4000/books.ifeagd.211.

Duxbury, N. & Richards, G. (2019). *A research agenda for creative tourism*. Disponível em:

<https://doi.org/10.4337/9781788110723>

Dwyer, L., Gill, A. & Seetaram, N. (2012). *Handbook of research methods in tourism*.

Doi: 10.4337/9781781001295.

Fabião, C. (2006). *A herança romana em Portugal*. Lisboa: CTT Correios.

Figueira, L. M. (2013). *Manual para elaboração de roteiros de turismo cultural*. Disponível em:

http://www.cespoga.ipt.pt/new/?page_id=340

Gonçalves, A. R., Marques, J. F., Tavares, M. & Cabeça, S. M. (2020). *Creative tourism: The CREATOUR recipe book*. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/14040>

- Grimal, P. (1993). *O império romano*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Howkins, J. (2002). *The creative economy: How people make money from ideas*. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/1000466/e64f8d>
- ICOMOS. (2008). *The ICOMOS charter on cultural routes*. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/culturalroutes_e.pdf
- Kotler, P. & Armstrong, G. (2018). *Principles of marketing*. Disponível em: <https://1lib.eu/book/3412984/94146a>
- Kremer, M. J. D. (2015). Mosaicos romanos em Portugal - Expressão de uma cultura universal no extremo ocidental do império romano. *Abelterivm*, 2(1), 26–38. Disponível em: https://www.academia.edu/13477282/MOSAICOS_ROMANOS_EM_PORTUGAL_EXPRESS%C3%83O_DE_UMA_CULTURA_UNIVERSAL_NO_EXTREMO_OCIDENTAL_DO_IMP%C3%89RIO_ROMANO
- Equipa MOSUDHIS. (2008). *A rota do mosaico romano: O sul da Hispânia (Andaluzia e Algarve)*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/5906>
- Lancha, J. (2016). As produções musicais na Lusitânia. In A. Carvalho & L. C. Coito (1ª ed.), *Lusitânia romana: origem de dois povos* (pp. 330–341). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lopes, M. C. (2008). *Arte portuguesa: Da pré-história ao século XX*. Fubu Editores, SA.
- Mantas, V. G. (2016). Rede viária e rede urbana na Lusitânia imperial. In A. Carvalho & L. C. Coito (1ª ed.), *Lusitânia romana: Origem de dois povos* (pp. 100–109). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mazanec, J. A. (2016). Marketing. In J. Jafari & H. Xiao (1ª ed.), *Encyclopedia of tourism* (pp. 588–592). Suíça: Springer Reference.
- McLaren, L. (2011). *Critical marketing success factors for sustainable rural tourism routes: A KwaZulu-Natal stakeholder perspective* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Económicas e de Gestão da Universidade de Pretória). Disponível em: <https://repository.up.ac.za/handle/2263/28529>
- Mendes, A. R., Marques, B. P., Vicente, S., Freire, D., Emiliano, R., Oliveira, L., ... Loux, C. (2015, Setembro). *Conservação de mosaicos in situ na villa romana do Rabaçal*. In J. Maciel (moderador). Mosaicos Romanos – Fragmentos de Cultura nas Proximidades do Atlântico. Simpósio realizado no encontro Portugal-Galiza, Penela.
- Meyer, D. (2004). *Tourism routes and gateways: Key issues for the development of tourism routes and gateways and their potential for pro-poor tourism*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242371864_Key_issues_for_the_development_of_tourism_routes_and_gateways_and_their_potential_for_Pro-Poor_Tourism
- Moreira, C. C. O. (2013). *Turismo, território e desenvolvimento: Competitividade e gestão estratégica de destinos* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/24446>

MosaicoLab. (s.d.). *Ano europeu do património cultural (2018)*. Disponível em:

<https://mosaicolab.pt/pt/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>

MosaicoLab. (s.d.). *Festa do mosaico | 2019*. Disponível em: [https://mosaicolab.pt/pt/mosaic-week-](https://mosaicolab.pt/pt/mosaic-week-festa-do-mosaico-2019-2/)

[festa-do-mosaico-2019-2/](https://mosaicolab.pt/pt/mosaic-week-festa-do-mosaico-2019-2/)

MosaicoLab. (s.d.). *Festival do mosaico | 2020*. Disponível em: [https://mosaicolab.pt/pt/festival-do-](https://mosaicolab.pt/pt/festival-do-mosaico-2020/)

[mosaico-2020/](https://mosaicolab.pt/pt/festival-do-mosaico-2020/)

MosaicoLab. (s.d.). *Jornadas europeias do património*. Disponível em:

<https://mosaicolab.pt/pt/jornadas-europeias-do-patrimonio/>

MosaicoLab. (s.d.). *Mosaico – Conímbriga e Sicó*. Disponível em: [https://mosaicolab.pt/pt/projecto-](https://mosaicolab.pt/pt/projecto-mosaico-conimbriga-e-sico/)

[mosaico-conimbriga-e-sico/](https://mosaicolab.pt/pt/projecto-mosaico-conimbriga-e-sico/)

MosaicoLab. (s.d.). *Rota do mosaico – Conímbriga e Sicó*. Disponível em:

<https://mosaicolab.pt/pt/rota-do-mosaico-conimbriga-e-sico/>

MosaicoLab. (s.d.). *Workshops 2019*. Disponível em: <https://mosaicolab.pt/pt/workshops/>

OECD. (2014). *Tourism and the creative economy*. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/22239804>

Oliveira, C. (2006). Mosaicos romanos: balanço de uma década de investigação em Portugal (1995-

2005). *Conimbriga*, 45, 275–299. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/37732>

Oliveira, C. F. (2010). *Mosaicos romanos de Portugal: O Algarve oriental* (Tese de Doutoramento,

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10316/14291>

Pereira, P. (2011). *Arte portuguesa: História essencial*. Círculo de Leitores.

Pereira, R. M. (2017). The roman mosaics of the roman villa in the monumental complex of Santiago da Garda, municipality of Ansião (Portugal). *Journal of Mosaic Research*, 10, 285–298.

Doi: 10.26658/jmr.357097.

Pessoa, M. (2005). Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das civitates de Aeminium e de Conímbriga, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8(2), 363–401.

Disponível em:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/8_2/6/14_p.363-402.pdf

Pessoa, M. (2007). Mosaicos da villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal: Prelúdio de arte

bizantina?. *Revista do Instituto de História da Arte*, (3), 84–101. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10362/12473>

Pessoa, M. S. F. (2011). *Villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal: Um centro na periferia do império*

e do território da civitas de Conímbriga (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e

Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/7879>

- Phillimore, J. & Goodson, L. (2004). *Qualitative research in tourism: Ontologies, epistemologies and methodologies*. Disponível em: <https://1lib.eu/book/922927/11fa40>
- Pine, B. J. & Gilmore, J. H. (1998). *Welcome to the experience economy*. Disponível em: https://www.academia.edu/7079929/Pine_and_gilmore_welcome_to_experience_economy
- Pine, B. J. & Gilmore, J. H. (2011). *The experience economy*. Disponível em: <https://1lib.eu/book/3714145/3a51ea>
- Ramírez, J. H. (2011). Los caminos del patrimonio: Rutas turísticas e itinerarios culturales. *PASOS*, 9(2), 225–236. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_01.pdf
- Ribeiro, L. C. (2015, Setembro). *Contributo para uma visão global dos pavimentos de mosaico da villa romana de Santiago da Guarda, Ansião*. In J. Maciel (moderador). *Mosaicos Romanos – Fragmentos de Cultura nas Proximidades do Atlântico*. Simpósio realizado no encontro Portugal-Galiza, Penela.
- Richards, G. & Raymond, C. (2000). Creative tourism. *ATLAS News*, (23), 16–20.
- Richards, G. (2014). *Tourism trends: The convergence of culture and tourism*. Disponível em: https://www.academia.edu/9491857/Tourism_trends_The_convergence_of_culture_and_tourism
- Richards, G. (2018). Tourism, an underestimated driving force for the creative economy. *Revista Turismo Em Análise*, 29(3), 387–395.
- Roma Atlantiaca. (s.d.). *Rede 'Roma Atlantiaca'*. Disponível em: <https://romaatlantiaca.com/pt/>
- Rota da Bairrada. (2020). *Experiências*. Disponível em: <http://www.rotadabairrada.pt/experiencias/>
- Schattner, T. (2016). A cidade: Entre a tradição indígena e o modernismo romano. In A. Carvalho & L. C. Coito (1ª ed.), *Lusitânia romana: Origem de dois povos* (pp. 136–159). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Silva, C. (2011). *Sicó – A dimensão cultural das paisagens* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/18466>
- Simas, H. M. B. S. (2015). *Planeamento de circuitos temáticos: Quando o Deus endovélico se cruza com São Tiago* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19443>
- Terras de Sicó. (2017). *Associação – Quem somos*. Disponível em: <http://www.terrasdesico.pt/associacao-quem-somos>
- Terras de Sicó. (2017). *Turismo – Rotas*. Disponível em: <http://www.terrasdesico.pt/turismo-rotas>
- Timothy, D. J. & Boyd, S. W. (2015). *Tourism and trails: Cultural, ecological and management issues*. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/2472768/c10a7b>

Turismo Centro de Portugal. (2019). *Plano regional de desenvolvimento turístico*. Disponível em: <https://cister.fm/cister/wp-content/uploads/2019/12/Turismo-Centro-de-Portugal-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Plano-2020-2030.pdf>

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia turismo 2027*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

Turismo de Portugal. (s.d.). *Redes colaborativas*. Disponível em: <http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/estrategia-turismo/programas-iniciativas/Paginas/redes-colaborativas.aspx>

Turismo de Portugal. (s.d.). *Registo nacional de turismo*. Disponível em: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx>

UNESCO. (1994). *Routes as part of our cultural heritage*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/routes94.htm>

UNTAD. (s.d.). *Creative economy programme*. Disponível em: <https://unctad.org/en/Pages/DITC/CreativeEconomy/Creative-Economy-Programme.aspx>


UNWTO. (2015). *Global report on cultural routes and itineraries*. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417704>

Veal, A. J. (2018). *Research methods for leisure and tourism*. Disponível em: <https://1lib.eu/book/3555175/6dcd91>

Wöber, K. W. (2002). *Benchmarking in tourism and hospitality industries: The selection of benchmarking partners*. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/933282/353de3>

APÊNDICES

1. Consentimento Informado

	1 2 9 0 FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA	DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E TURISMO
Investigação de mestrado em Turismo, Território e Patrimónios		
Orientadores: Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira e Doutor João Humberto Morgado Figueiredo Silva		
Mestranda: Vanessa Carapinha Costa		
Consentimento Informado		
<p>O presente trabalho de projeto enquadra-se no âmbito do segundo ano de mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, com o título Rotas Turísticas como Estratégia de Desenvolvimento Territorial – A Rota do Mosaico Romano. O seu principal objetivo é o de analisar a importância das rotas turísticas enquanto motor de desenvolvimento local sustentável, nomeadamente em territórios de baixas densidades, sendo o foco deste trabalho os municípios de Condeixa, Penela e Ansião.</p>		
<p>Por conseguinte, no sentido de adquirir conhecimento no que concerne à estruturação de uma rota turística regional e ao envolvimento da comunidade na implementação da mesma, solicita-se a sua participação voluntária numa entrevista que visa obter a sua perspetiva nesta temática.</p>		
<p>Com o intuito de adquirir perspetivas por parte de instituições locais, a sua cooperação neste trabalho de projeto proporcionará informações que serão exclusivamente utilizadas para fins académicos.</p>		
<p>Para que se proceda ao correto levantamento da informação aquando a sua posterior análise, solicita-se igualmente a sua autorização para a gravação áudio da entrevista, sendo possível interrompê-la se assim o desejar. A sua utilização terá como propósitos principais orientar o projeto supramencionado e evitar impressões no tratamento das entrevistas, sendo eliminado de seguida.</p>		
<p>Deste modo, pretende-se averiguar se aceita fazer parte desta pesquisa académica.</p>		
<p>Agradeço, desde já, o tempo disponibilizado.</p>		
<p>Data: ___/___/___</p>		
Mestranda	Participante	
_____	_____	

2. Grelhas de Análise das Entrevistas

E1 Doutor José Ruivo	E6 Dra. Cristina Bernardino
E2 Dr. Rafael Baptista	E7 Dr. António Domingues
E3 Doutor Joaquim Sousa	E8 Dr. Gonçalo Gomes
E4 Doutor Virgílio Correia	E9 Dr. Rui Seoane
E5 Dr. Victor Melo	E10 Dra. Filomena Pinheiro

Tema 1 – Turismo			
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Excertos
Turismo Criativo	Potencialidades	Oferta	<p>“E depois, cria valor aqui, cria empresas de serviços e uma série de outros agentes que vão viver em simbiose com este produto” – E3</p> <p>“são coisas que necessitam de um acompanhamento de muita qualidade. Ou seja, como as coisas estão, eventualmente, o turismo criativo funciona melhor em estruturas de menor dimensão” – E4</p> <p>“A experiência, o viver algo, o sentir o estímulo sensorial, criativo, imaginário. É algo que é cada vez mais exigido e é algo que está a ser cada vez mais oferecido aqui na região Centro” – E5</p> <p>“trabalharmos numa oficina, onde as pessoas venham e possam aprender a fazer, onde haja uma aquisição de conhecimentos acerca do mosaico; e que possam, também, construir as próprias peças e contribuir para o espólio do próprio Complexo” – E6</p> <p>“Tem que haver aqui, efetivamente, uma capacidade de sermos diferentes, inovadores” – E7</p> <p>“Para poder criar, assim, sinergias” – E9</p> <p>“nós temos uma diversidade tão grande que nos permite criarmos uma excelente oferta de experiências criativas no nosso território” – E10</p>
		Procura	<p>“este turismo criativo tem essa possibilidade de trazer mais formas de manter mais tempo o turista” – E3</p> <p>“seria uma forma extraordinária de captar públicos muito específicos, muito interessados, com uma enorme capacidade de replicação, de reprodução nos seus pontos de origem. [...] cria um nicho de público importante” – E4</p> <p>“essa procura do estímulo da criatividade em sítios edílicos, é algo que é transversal, é algo que existe ao longo das décadas, séculos” – E5</p> <p>“projetando os olhos no futuro [...] numa visão mais criativa, numa visão mais transversal, criando projetos diferenciadores e que sejam atrativos para nichos de pessoas” – E7</p> <p>“a participação das pessoas; o estar na região mais tempo; o poder usufruir de outro tipo de oferta [...] ser um público alvo que pode ser também diferente” – E9</p>

			<p>“a procura de novas experiências, de imersões turísticas no território com vivências e experiências, o turista passa a ser ator e assume os dois papéis” – E10</p>
Estratégias locais assentes na criatividade	Residências Artísticas		<p>“acabámos de concluir a Residência das Indústrias Criativas, que é um espaço de alojamento e <i>coworking</i> na área criativa, em tudo aquilo que o conceito criativo possa abranger” – E2</p> <p>“o Cerdeira Village que aposta mesmo nisso, tem residências, casas antigas de xisto reconstruídas, precisamente para quem quiser ir lá em busca de inspiração. Uma espécie de um exílio criativo” – E5</p>
	Património Endógeno		<p>“Aqui não há só o alinhamento do turismo, mas entra naquilo que é a espinha dorsal do HIESE, que são os recursos endógenos do território, que é algo diferenciador” – E3</p> <p>“o DNA Travel & Events que, por exemplo, no palco da Batalha do Bussaco, eles fazem um percurso com <i>storytelling</i> [...]. Coolaboola [...] tem experiências turísticas onde, por exemplo, tem uma que é vivenciar Coimbra pelos olhos de um estudante” – E5</p> <p>“fazemos o nosso Fórum Romano [...] e está-se a canalizar mais para que se façam eventos à volta do romano” – E6</p> <p>“Santiago da Guarda está preparado para que o visitante possa ter, só por si, uma outra perceção do que vai encontrar ali, ou seja, houve aqui uma evolução a nível da digitalização, a nível da criatividade” – E7</p> <p>“Foi o aproveitamento do território, que não acontecia; há lojas de produtos; há um emergir, um recuperar, um preservar do artesanato, dos produtos tradicionais que estavam quase em extinção” – E10</p>
Afirmação de um destino de turismo criativo	Potencial Territorial		<p>“A quantidade de coisas que existem... a diversidade, a possibilidade de tocar em todos os produtos turísticos... são estes projetos que valorizam realmente os produtos endógenos, são aqueles que fazem perpetuar memórias” – E8</p> <p>“estamos a tentar criar a infraestrutura [...] temos capacidade para receber as pessoas que queiram trabalhar connosco” – E9</p> <p>“traz para o negócio, para a atividade turística e económica, algo que é identitário, que existe ali e não noutra território” – E10</p>
	Metas a Alcançar		<p>“trazer pessoas para terem experiências, no sentido de poderem desenvolver algo ou de se capacitarem” – E2</p> <p>“porque cria valor no território; porque dá negócio às outras empresas; porque pode atrair novos empreendedores; porque pode atrair novos criadores; porque vai fazer com que este território, que está a sofrer um despovoamento brutal, se possa inverter esta tendência” – E3</p> <p>“por um lado, a visibilidade, que surge por várias vias; em segundo lugar, a noção de haver efeito de arrastamento na economia” – E8</p> <p>“podemos construir experiências à medida, em função dos perfis e dos vários segmentos, apresentando-se como uma oportunidade de negócio e de afirmação do destino” – E10</p>

Tema 2 – Rotas e Território			
Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Excertos
Rotas Turísticas	Importância para o desenvolvimento territorial local	Impactos Económicos	<p>“Mas isso não se traduz extraordinariamente em termos económicos, em termos de visitantes, numa grande vantagem; embora isto não seja certo em todos os sítios” – E1</p> <p>“investir no território nas visitas que fazem, no consumo que fazem, no consumo da oferta turística que há” – E5</p> <p>“efeitos de arrastamento na economia, [...], muitas vezes a criação de novos negócios... aqui não há dúvida” – E8</p> <p>“contribui para criarmos oferta turística consistente, estruturada e sustentável” – E10</p>
		Sinergias	<p>“criar sinergias no território, porque nós não podemos olhar para limites geográficos” – E3</p> <p>“as coisas deixam de estar isoladas umas das outras, há uma agregação, as coisas estão interligadas” – E5</p> <p>“só num pequeno espaço, temos ali 'N' sinergias a desenvolver” – E9</p>
		Equipamentos	<p>“a falta de infraestruturas não incentiva a que se desenvolva este tipo de oferta” – E1</p> <p>“porque não tenho visto, [...], que estas rotas sejam verdadeiramente acompanhadas por um investimento forte ao longo dos entornos da rota” – E4</p>
		Visibilidade Territorial	<p>“É das formas mais proveitosas, digamos assim, de podermos evidenciar tudo aquilo que temos no nosso território, mostrar e atrair as pessoas” – E2</p> <p>“uma rota, obrigatoriamente, traz público à região” – E5</p> <p>“uma rota permite conhecer outras realidades que vão para além de um único local, se cruzam no mesmo território” – E6</p> <p>“potenciam, dão a conhecer o território, mas queremos que as rotas não sejam tanto de passagem e que possam também ser de fixação” – E7</p> <p>“da visibilidade dos destinos” – E8</p>
	Planeamento de uma rota intermunicipal	Articulação de Entidades	<p>“o fator mais importante é uma articulação entre os vários intervenientes, uma articulação entre os parceiros ou potenciais parceiros” – E1</p> <p>“mais importante é a disponibilidade dos decisores [...] 'disponibilidade não é só tempo, é vontade e competência'” – E2</p> <p>“absolutamente determinante é o relacionamento entre as pessoas” – E3</p> <p>“a colaboração interinstitucional” – E4</p> <p>“planear, consertar estratégias com os outros municípios para fortalecer estas rotas comuns e, para tal, a comunicação entre todos é um pilar fundamental” – E6</p> <p>“é importante que haja aqui uma abrangência, uma capacidade de diálogo entre todos os municípios [...] para, em conjunto, perceberem o que é que interessa a todos para valorizar o território” – E7</p> <p>“o envolvimento de todos os municípios, garantidamente, o envolvimento das comunidades, o envolvimento das associações locais. Toda a gente que possa beneficiar, incluindo os privados, é preciso conhecê-los e trazê-los, fazê-los perceber que todos têm a ganhar com isto.” – E8</p> <p>“o compromisso dos diferentes territórios, dos diferentes municípios. [...] que se estenda no tempo” – E10</p>
		Manutenção da Rota	<p>“Não basta ter as ideias, é preciso criar as condições para que elas depois se possam desenvolver” – E1</p> <p>“tem que haver um plano de manutenção, não é só criá-las” – E2</p>

		Promoção da Rota	<p>“dêem-lhes qualidade, abram os caminhos, limpem-nos, ponham sinalética adequada e mostrem aquilo que têm” – E2</p> <p>“De forma criativa, procurar uma forma apelativa de chegar às pessoas e de mostrar não só o que eles têm, mas sensorialmente o que as pessoas recebem ao lá ir” – E5</p> <p>“nós não podemos ter património, identificá-lo e depois não o sabermos nem comunicar, nem valorizar” – E9</p>
	Envolvimento da comunidade na conceção e implementação	Conhecimento do Território	<p>“envolver a comunidade, porque ela tem, certamente, riqueza, conhecimento e vontade... não só de aprender, mas também de ensinar” – E6</p> <p>“são estas questões das visitas àquilo que é absolutamente endógeno e único; não há mais ninguém a fazer aquilo no mundo inteiro” – E8</p>
		Criação de Oferta	<p>“não é a Câmara que vai fazer o restaurante para as pessoas servirem pratos tradicionais. É preciso, no fundo, haver uma articulação com quem está no terreno, com os operadores da restauração, da hotelaria e de outras áreas.” – E1</p> <p>“É oferta, de facto criativa [...]. Se não há os serviços associados, que são prestados pela comunidade, que são as pessoas que conhecem, não é bem a mesma coisa” – E3</p> <p>“Há aqui algo que é característico dos territórios... é que as pessoas gostam de receber bem... e esse património natural social também é muito importante de ser mostrado” – E9</p>
		Papel das Empresas	<p>“As pessoas também têm que perceber que isto não passa tudo pelas Câmaras, pelos políticos, tem que haver uma componente também da iniciativa privada” – E1</p> <p>“Devia ser a comunidade empresarial que devia estar a trabalhar ativamente no terreno, a procurar e a insistir para com as instituições públicas” – E4</p> <p>“As associações desempenham um papel muito importante no nosso concelho e elas devem ser chamadas, porque de alguma forma também representam, nas comunidades, as pessoas” – E7</p>
		Benefícios para a Comunidade Local	<p>“Os próprios agentes locais, quer na criação, quer na conceção, quer até no próprio usufruto das rotas e daquilo que elas podem proporcionar, eles tiram sempre proveito” – E2</p> <p>“é uma relação de <i>win-win</i> ao envolver as comunidades e estabelecer parcerias e sinergias. Porque em termos divulgativos só ganha, há uma multiplicação de divulgação, onde todos os canais, todas estas entidades que se unem, acabam por amplificar a divulgação e a promoção” – E5</p> <p>“A comunidade tem sempre a ganhar. [...] É preciso que aquilo que se faça envolva a comunidade e a faça sentir como parte ativa e insubstituível neste processo todo” – E6</p>
Rota do Mosaico Romano	Importantes medidas de ação na estruturação	Atuação Municipal e Institucional	<p>“Autonomia das instituições. [...] Autonomia dos polos âncora, obviamente. Conimbriga tinha que ter a capacidade de estabelecer os protocolos que tivesse que estabelecer com os vários outros polos da rede” – E4</p> <p>“que as entidades municipais tenham noção do valor que isto tem e que tenham um papel preponderante e ativo na materialização, divulgação e dinamização destes projetos” – E5</p> <p>“envolvendo os concelhos, para já, das terras de Sicó; e começar a definir uma linha orientadora daquilo que pode ser uma estratégia” – E7</p>
		Criação de Parcerias	<p>“obviamente, com a colaboração das entidades” – E2</p> <p>“Eu acho que são as sinergias que se criam. Sinergias e parcerias que se criam” – E5</p>

			<p>“Envolvendo as entidades; envolvendo quem no terreno tem já conhecimento sobre esta temática” – E7</p> <p>“associar o património histórico existente com toda a importância dos nossos mosaicos e depois poder, juntamente com isso, promover outro tipo de sinergias” – E9</p>
		Valorização do Mosaico	<p>“Nós não conseguimos ir com facilidade ver os mosaicos que estão ali no Rabaçal [...] colocar a cobertura que ficará definitiva na zona do Rabaçal, [...] isto tem que ser feito” – E3</p> <p>“Julgo ser fundamental a criação do Centro Internacional do Mosaico para possibilitar novas experiências e o contacto com o processo criativo do mosaico” – E6</p> <p>“Ansião está disponível para ceder um espaço onde se possa criar uma oficina criativa e demonstrativa do valor do mosaico, esse pode ser um primeiro passo” – E7</p>
		Oferta de Experiências	<p>“Aquilo que é mais importante é, de facto, as pessoas perceberem a história do mosaico [...] para não só trazer as pessoas a experimentarem como também a fomentar criadores de mosaico” – E2</p> <p>“que as pessoas venham ver, experimentar e poder criar também, ou seja, acaba por ser uma experiência muito mais completa.” – E9</p> <p>“Por isso, tem que ser uma oferta flexível, aberta e capaz de se adaptar à procura que vai surgindo. E, depois, estar disponível” – E10</p>
	Maiores desafios na implementação	Articulação entre Entidades	<p>“passam sempre pela dificuldade de articulação entre várias vontades, de várias instituições, para conseguir pôr uma coisa dessas a funcionar” – E1</p> <p>“Todas as peças desta engrenagem, que juntas são necessárias para que isto funcione [...] é contactar entidades locais; é contactar parcerias” – E5</p> <p>“perceber também se todos estão imbuídos do mesmo espírito, temos que perceber se há aqui uma vontade de, a nível intermunicipal, apostar neste projeto” – E7</p> <p>“vontade política não tem que ser absolutamente fundamental, mas ajuda, ajuda a abrir o resto das portas” – E8</p> <p>“é pôr os decisores políticos a olharem no mesmo sentido [...] para poder também criar as sinergias necessárias” – E9</p>
		Marketing e Promoção	<p>“está sempre do lado de quem promove. Nós é que temos que estimular, obviamente, e perceber como é que podemos estimular as pessoas a sentirem-se atraídas pelo mosaico” – E2</p> <p>“É ir atrás, angariar as pessoas, ter uma estratégia de comunicação que faça chegar este produto aos clientes” – E3</p>
		Turismo de Nicho	<p>“rota precária, provavelmente, de ter outras componentes associadas. Porque torna-se um produto muito, muito específico e os produtos muito, muito específicos acabam por se dirigir sempre para nichos de mercado” – E1</p> <p>“temos que ver, do lado da procura, se é mesmo só o mosaico romano ou se até pode ir para outra coisa, termos essa capacidade de não sermos estanques” – E10</p>
		Estratégia e Dinamização	<p>“esses problemas de conservação podem transformar-se num dos grandes ativos, se forem bem acompanhados, nomeadamente, pelo conceito de rota e, nomeadamente, pelo investimento a sério na conservação e pela conjugação da conservação com o turismo criativo” – E4</p> <p>“dinamizar, dar-lhe vida... atividades, criar roteiros que possam cativar os públicos mais diversos... acho que o maior desafio é dar-lhe continuidade” – E6</p>

			<p>“delinearmos uma estratégia, definirmos efetivamente o que é que queremos fazer” – E7</p> <p>“tudo precisa de financiamento neste tipo de projetos” – E8</p> <p>“ter a capacidade de se adaptar, não nos cingirmos àquilo que criámos, aos objetivos primários; e depois criar escala para este produto” – E10</p>
	Disponibilidade para colaboração com a rota	Posição Favorável	<p>“O museu, dentro das suas possibilidades, das suas disponibilidades, das suas capacidades, nunca pode estar fora de projetos que, de alguma forma, tenham como objetivo trazer uma mais valia, seja para o museu seja para a região” – E1</p> <p>“Sempre que fomos solicitados colaborámos nos limites daquilo que também nos é possível” – E2</p> <p>“Nós apoiamos processos de empreendedorismo, é a nossa missão, portanto a nossa forma de apoio direta é esta” – E3</p> <p>“Conimbriga, na colaboração num projeto desse género, tem sempre a responsabilidade de ser o polo consolidado da rede” – E4</p> <p>“fica aqui <i>on the record</i> que nós vamos fazer uma reportagem sobre a rota. Quando a rota estiver implementada vou fazer uma reportagem diferente desta vez” – E5</p> <p>“Tem toda a disponibilidade, assim haja meios, recursos humanos e financeiros para tal” – E6</p> <p>“Se for necessário avançarmos e, paulatinamente, criarmos a tal estratégia” – E7</p> <p>“Mas aqui interessa não só o nosso apoio, que o nosso apoio é muito específico. Mas depois existe também a possibilidade do apoio do Departamento de Estratégia e Operação, que é o do lado da promoção, que também é fundamental” – E8</p> <p>“esta questão de aproveitar o que já temos, nesse sentido, para o poder valorizar” – E9</p> <p>“naquilo que nos diz respeito e naquilo que diz respeito à nossa missão e às nossas atribuições, estamos disponíveis para dar eco à rota, obviamente. Como? Através da comunicação e através, também, do estabelecimento destas redes” – E10</p>